

Exercício 1

(Ufms 2019) Leia atentamente o texto a seguir:

“Neste ponto, o filósofo compreendeu que havia uma crença da qual ele não podia duvidar: a crença na própria existência. Cada um de nós pensa ou diz: ‘Sou, existo’ – e, enquanto pensamos ou dizemos isso, não podemos estar errados. Quando o filósofo tentou aplicar o teste do gênio maligno a sua crença, percebeu que o gênio só podia levá-lo a acreditar que ele existe se ele, o próprio filósofo, de fato existir – como ele poderia duvidar da própria existência, se é preciso existir para ter dúvida?

O axioma ‘Eu sou, eu existo’ constitui a primeira certeza desse filósofo. Em sua obra anterior, *Discurso sobre o método*, ele a apresentou como ‘Penso, logo existo’, mas abandonou a frase ao escrever suas *Meditações*, pois o uso de ‘logo’ leva a afirmação a ser lida como premissa e conclusão. O filósofo queria que o leitor – o ‘eu’ que medita – percebesse que, assim que considero o fato de que existo, sei que isso é verdadeiro. Tal verdade é instantaneamente apreendida. A percepção de que existo é uma intuição direta, não a conclusão de um argumento.”

(Vários colaboradores. *O livro da Filosofia*. Tradução Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011. p. 120. Adaptado).

O texto desse enunciado exprime uma vertente do pensamento racionalista de um importante filósofo ocidental. Assinale a alternativa correta que apresenta o filósofo racionalista autor das reflexões apresentadas.

- a) Nicolau Maquiavel.
- b) São Tomás de Aquino.
- c) René Descartes.
- d) Voltaire.
- e) Immanuel Kant.

Exercício 2

(Ufsj 2013) “A soberania é a alma do Estado, e uma vez separada do corpo os membros deixam de receber dela seu movimento”.

Esse fragmento representa o pensamento de

- a) Hume em sua memorável defesa dos valores do Estado e da sua ligação direta com a sua “alma”, tomada aqui por intransferível soberania.
- b) Hume e a descrição da soberania na perspectiva do sujeito em termos de impressões e ideias, que a partir daí cria um Estado humanizado que dá movimento às criações dos que nele estão inseridos.

- c) Nietzsche, em sua mais sublime interpretação do agón grego. Ao centro daquilo que ele propôs como sendo a alma do Estado e onde a indagação sobre o lugar da soberania, no permanente desafio da necessária orquestração das paixões, se faz urgente.
- d) Hobbes e o seu conceito clássico de soberania, entendido como o princípio que dá vida e movimento ao corpo inteiro do Estado, por sua vez criado pelo artifício humano para a sua proteção e segurança.

Exercício 3

(Uece 2019) Atente para o seguinte trecho de um artigo de jornal: “Segundo o coordenador do Setor de Ciências Naturais e Sociais da Unesco no Brasil, Fabio Eon, os direitos humanos estão sendo alvo de uma onda conservadora que trata a expressão como algo politizado. — ‘Existe hoje uma tendência a enxergar direitos humanos como algo ideológico, o que é um equívoco. Os direitos humanos não são algo da esquerda ou da direita. São de todos, independentemente de onde você nasceu ou da sua classe social. É importante enfatizar isso para frear essa onda conservadora’ — ressalta Eon, que sugere um remédio para o problema: — ‘Precisamos promover uma cultura de direitos humanos’”.

Disponível em: *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/os-direitos-humanos-nao-sao-da-esquerda-ou-da-direita-sao-de-todos-23088573>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Já a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada durante a primeira fase da Revolução Francesa, pela Assembleia Nacional Constituinte.

No que diz respeito à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, é correto afirmar que

- a) apesar de ser um documento revolucionário moderno, tem suas premissas filosóficas no pensamento político de Aristóteles.
- b) é de inspiração hobbesiana, tendo seus primórdios nos inícios do Estado moderno.
- c) é de inspiração iluminista e liberal, sob influência de grandes pensadores do século XVIII, tais como Locke e Rousseau.
- d) é de inspiração marxista, no influxo dos grandes movimentos grevistas e reivindicatórios que aconteceram na França durante o século XIX.

Exercício 4

(Unicamp 2015) A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato. LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.13.

O empirismo, corrente filosófica da qual Locke fazia parte,

- a) afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.
- b) é uma forma de ceticismo, pois nega que os conhecimentos possam ser obtidos.
- c) aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.
- d) defende que as ideias estão presentes na razão desde o nascimento.

Exercício 5

(Ueg 2019) John Locke afirmou que a mente é como uma folha em branco na qual a cultura escreve seu texto e Descartes demonstrava desconfiança em relação aos sentidos como fonte de conhecimento. A respeito desses dois filósofos, verifica-se o seguinte:

- a) Locke é um representante do racionalismo e Descartes é um representante do empirismo.
- b) Locke é um representante do empirismo e Descartes é um representante do racionalismo.
- c) Descartes e Locke possuíam a mesma concepção, pois ambos eram críticos do iluminismo.
- d) Descartes é um representante do teologismo e Locke é um representante do culturalismo.
- e) Descartes é um representante do materialismo e Locke é um representante do idealismo.

Exercício 6

(Uff 2012) De acordo com o filósofo iluminista Montesquieu, no livro clássico *O Espírito das Leis*, quando as mesmas pessoas concentram o poder de legislar, de executar e de julgar, instaura-se o despotismo, pois, para que os cidadãos estejam livres do **abuso de poder**, é preciso que “o poder freie o poder”.

Identifique a sentença que melhor resume esse pensamento de Montesquieu.

- a) Para que a sociedade seja bem governada é necessário que uma só pessoa disponha do poder de legislar, agir e julgar.
- b) A separação dos poderes enfraquece o Estado e toma a sociedade vulnerável aos ataques de seus inimigos.
- c) A separação e independência entre os poderes é uma das condições fundamentais para que os cidadãos possam exercer sua liberdade.
- d) A sociedade melhor organizada é aquela em que o executivo goza de poder absoluto.
- e) As mesmas pessoas podem concentrar o poder, desde que sejam bem intencionadas.

Exercício 7

(Ufu 2017) Leia a citação a seguir.

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha, continuam no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que

explicam porque é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? (*Aufklärung*). In: _____. *Textos seletos*. Tradução de Raimundo Vier. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 64.

A menoridade de que fala Kant é a condição daqueles que não fazem o uso da razão. Essa condição evidencia a ausência

- a) do idealismo necessário para a ampliação dos horizontes existenciais.
- b) da autonomia para fazer uso próprio da razão sem a tutela de outrem.
- c) da religião encarregada de fazer feliz o homem indigente de pensamento.
- d) da ignorância, pois quem se deixa guiar pelos outros acerta sempre.

Exercício 8

(Unioeste 2018) Referindo-se à Filosofia, Montaigne escreve:

“É singular que em nosso século as coisas sejam de tal forma que a filosofia, até para as pessoas inteligentes, seja um nome vão e fantástico, que se considera de nenhum uso e de nenhum valor, tanto por opinião como de fato. Creio que a causa disso são esses ergotismos [que significa abuso de silogismos na argumentação] que invadiram seus caminhos de acesso. É um grande erro pintá-la inacessível às crianças e com um semblante carrancudo, sobranceiro e terrível. Quem a mascarou com esse falso semblante, lívido e medonho? Não há nada mais alegre, mais jovial, mais vivaz e quase digo brincalhão. Ela só prega festa e bons momentos. Uma fisionomia triste e inteiriçada mostra que não é ali sua morada”

(MONTAIGNE I, 26, p. 240).

Depois de ler o texto acima, atentamente, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Montaigne entende que a filosofia destina-se somente a algumas pessoas muito inteligentes, pois é inacessível para a maioria delas.
- b) Montaigne considera que a filosofia é carrancuda e triste porque é crítica e precisa assustar as pessoas.
- c) Montaigne concorda que a filosofia é um nome vão e fantástico: não tem nenhum uso e nenhum valor para as pessoas inteligentes.
- d) Montaigne argumenta que a filosofia é brincalhona e jovial, aberta a muitos, inclusive para as crianças.
- e) Montaigne julga que a filosofia deve ser sempre terrível e se contrapor à festa e à alegria.

Exercício 9

(Unesp 2018) Posto que as qualidades que impressionam nossos sentidos estão nas próprias coisas, é claro que as ideias produzidas na mente entram pelos sentidos. O entendimento não tem o poder de inventar ou formar uma única ideia simples na

mente que não tenha sido recebida pelos sentidos. Gostaria que alguém tentasse imaginar um gosto que jamais impressionou seu paladar, ou tentasse formar a ideia de um aroma que nunca cheirou. Quando puder fazer isso, concluirei também que um cego tem ideias das cores, e um surdo, noções reais dos diversos sons.

(John Locke. *Ensaio acerca do entendimento humano*, 1991. Adaptado.)

De acordo com o filósofo, todo conhecimento origina-se

- a) da reminiscência de ideias originalmente transcendententes.
- b) da combinação de ideias metafísicas e empíricas.
- c) de categorias *a priori* existentes na mente humana.
- d) da experiência com os objetos reais e empíricos.
- e) de uma relação dialética do espírito humano com o mundo.

Exercício 10

(Uece 2020) Relacione, corretamente, as definições sobre o papel do poder político ou do Estado, com seus respectivos pensadores, numerando os parênteses abaixo, de acordo com a seguinte indicação:

1. Karl Marx
2. John Locke
3. Thomas Hobbes
4. Agostinho de Hipona

() Poder político do Estado, como resultante de um pacto de consentimento, constituído para consolidar os direitos naturais e individuais de cada homem.

() Poder do Estado, como poder de origem espiritual, voltado às necessidades mundanas e à vigilância da retidão dos indivíduos.

() Poder político do Estado, originário da necessidade de um grupo manter seu domínio econômico, pelo domínio político, sobre outros grupos.

() Poder político do Estado, com poder absoluto, fruto da renúncia de direitos naturais originários e garantidores da paz.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 3, 1, 4, 2.
- b) 2, 3, 4, 1.
- c) 2, 4, 1, 3.
- d) 4, 1, 3, 2.

Exercício 11

(Unesp 2016) Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstruem a ponto de ser difícil o acesso da verdade, como, mesmo depois de superados, poderão ressurgir como obstáculo à própria instauração das ciências, a não ser que os homens, já precavidos contra eles, se cuidem o mais que possam. O homem se inclina a ter por verdade o que prefere. Em vista disso, rejeita as dificuldades, levado pela impaciência da investigação; rejeita os princípios da natureza, em favor da superstição; rejeita a luz da experiência, em favor da arrogância e do orgulho, evitando

<https://www.biologiatotal.com.br/medio/filosofia/exercicios/filosofia-moderna/ex.-8-rene-descartes>

parecer se ocupar de coisas vis e efêmeras; rejeita paradoxos, por respeito a opiniões vulgares. Enfim, inúmeras são as fórmulas pelas quais o sentimento, quase sempre imperceptivelmente, se insinua e afeta o intelecto.

(Francis Bacon. *Novum Organum* [publicado originalmente em 1620], 1999. Adaptado.)

Na história da filosofia ocidental, o texto de Bacon preconiza

- a) um pensamento científico racional afastado de paixões e preconceitos.
- b) uma crítica à hegemonia do paradigma cartesiano no âmbito científico.
- c) a defesa do inatismo das ideias contra os pressupostos da filosofia empirista.
- d) a valorização romântica de aspectos sentimentais e intuitivos do pensamento.
- e) uma crítica de caráter ético voltada contra a frieza do trabalho científico.

Exercício 12

(Ufu 2013) Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Cap. XVII. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 103.

Em relação ao papel do Estado, Hobbes considera que:

- a) O seu poder deve ser parcial. O soberano que nasce com o advento do contrato social deve assiná-lo, para submeter-se aos compromissos ali firmados.
- b) A condição natural do homem é de guerra de todos contra todos. Resolver tal condição é possível apenas com um poder estatal pleno.
- c) Os homens são, por natureza, desiguais. Por isso, a criação do Estado deve servir como instrumento de realização da isonomia entre tais homens.
- d) A guerra de todos contra todos surge com o Estado repressor. O homem não deve se submeter de bom grado à violência estatal.

Exercício 13

(Unicamp 2014) A dúvida é uma atitude que contribui para o surgimento do pensamento filosófico moderno. Neste comportamento, a verdade é atingida através da supressão provisória de todo conhecimento, que passa a ser considerado como mera opinião. A dúvida metódica aguça o espírito crítico próprio da Filosofia.

(Adaptado de Gerd A. Bornheim, *Introdução ao filosofar*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 11.)

A partir do texto, é correto afirmar que:

- a) A Filosofia estabelece que opinião, conhecimento e verdade são conceitos equivalentes.
- b) A dúvida é necessária para o pensamento filosófico, por ser espontânea e dispensar o rigor metodológico.
- c) O espírito crítico é uma característica da Filosofia e surge quando opiniões e verdades são coincidentes.
- d) A dúvida, o questionamento rigoroso e o espírito crítico são fundamentos do pensamento filosófico moderno.

Exercício 14

(Unesp 2020) Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia [...]. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de *cidade* e, hoje, o de *república* ou de *corpo político*, o qual é chamado por seus membros de *Estado* [...].

(Jean-Jacques Rousseau. *Os pensadores*, 1983.)

O texto, produzido no âmbito do Iluminismo francês, apresenta a doutrina política do

- a) coletivismo, manifesto na rejeição da propriedade privada e na defesa dos programas socialistas de estatização.
- b) humanismo, presente no projeto liberal de valorizar o indivíduo e sua realização no trabalho.
- c) socialismo, presente na crítica ao absolutismo monárquico e na defesa da completa igualdade socioeconômica.
- d) corporativismo, presente na proposta fascista de unir o povo em torno da identidade e da vontade nacional.
- e) contratualismo, manifesto na reação ao Antigo Regime e na defesa dos direitos de cidadania.

Exercício 15

(Unioeste 2017) Na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant apresenta uma formulação do imperativo categórico: "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal".

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 129

Em relação ao pensamento de Kant, é CORRETO afirmar.

- a) O propósito do imperativo categórico é o de permitir que o indivíduo decida suas ações sem que tenha que se preocupar com os demais.
- b) O imperativo categórico tem por objetivo desfazer o conflito entre a providência divina, relacionada à cidade de Deus, e o espaço terreno.

c) O imperativo categórico vincula a conduta moral a uma norma universal.

d) Para Kant, não é possível que o indivíduo constitua um fim em si mesmo. Por isso mesmo, ele precisa espelhar-se na ação dos demais para a sua ação.

e) O imperativo categórico corresponde à condição do estado de natureza, que é anterior à instituição do Estado civil.

Exercício 16

(Uema 2015) Para Thomas Hobbes, os seres humanos são livres em seu estado natural, competindo e lutando entre si, por terem relativamente a mesma força. Nesse estado, o conflito se perpetua através de gerações, criando um ambiente de tensão e medo permanente. Para esse filósofo, a criação de uma sociedade submetida à Lei, na qual os seres humanos vivam em paz e deixem de guerrear entre si, pressupõe que todos renunciem à sua liberdade original. Nessa sociedade, a liberdade individual é delegada a um só dos homens que detém o poder inquestionável, o soberano.

Fonte: MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora NOVA Cultural, 1997.

A teoria política de Thomas Hobbes teve papel fundamental na construção dos sistemas políticos contemporâneos que consolidou a (o)

- a) Monarquia Paritária.
- b) Despotismo Soberano.
- c) Monarquia Republicana.
- d) Monarquia Absolutista.
- e) Despotismo Esclarecido.

Exercício 17

(Ufsm 2015) A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias, como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções. Essa teoria é a ética

- a) deontológica ou kantiana.
- b) das virtudes.
- c) utilitarista.
- d) contratualista.
- e) teológica.

Exercício 18

(Uece 2020) "Toda a obra de Francis Bacon se destina a substituir uma cultura do tipo retórico-literário por uma do tipo técnico-científico. Bacon está perfeitamente consciente de que a realização deste programa de reforma comporta numa ruptura

com a tradição. De que tal ruptura diz respeito não só ao modo de pensar, mas também ao modo de viver dos homens. O tipo de discurso filosófico elaborado no mundo clássico pressupõe, segundo Bacon, a superioridade da contemplação sobre as obras, da resignação diante da natureza sobre a conquista da natureza, da reflexão acerca da interioridade sobre a pesquisa voltada para os fatos e as coisas.”

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas:1400-700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.75/adaptado.

A passagem acima expõe a relação entre o pensamento filosófico moderno, representado por Francis Bacon, e o pensamento filosófico clássico. Sobre essa relação, é correto afirmar que

- a) não houve nenhuma mudança substantiva entre a forma como os modernos pensavam o mundo e a forma como os antigos interpretavam a realidade, a não ser no aspecto da adoção de um processo metodológico diferenciado do pensamento.
- b) a filosofia dos modernos buscava compreender a forma do pensamento e a partir de um raciocínio dedutivo, ao contrário dos antigos que baseavam o pensamento na forma indutiva e experimental de abordagem da realidade.
- c) a mudança da maneira com que os filósofos da modernidade passaram a pensar a realidade foi radical em relação aos antigos, representando uma ruptura com um tipo de saber retórico e a adoção de um pensamento focado na pesquisa sobre os fatos e as coisas.
- d) embora ancorada em raciocínio lógico e em um método mais preciso de análise, a filosofia dos modernos mostrava-se inferior ao pensamento antigo, em decorrência tanto de sua dependência excessiva da experiência, como do abandono do raciocínio.

Exercício 19

(Unioeste 2018) Considerando-se o seguinte fragmento de Maquiavel, indique qual das alternativas abaixo está CORRETA.

“Um príncipe prudente deve, portanto, conduzir-se de uma terceira maneira escolhendo no seu Estado homens sábios, e só a esses deve dar o direito de falar-lhe a verdade a respeito, porém apenas das coisas que ele lhes perguntar. Deve consultá-los a respeito de tudo e ouvir-lhes a opinião e deliberar depois como bem entender e com conselhos daqueles; conduzir-se de tal modo que eles percebam que com quanto mais liberdade falarem, mais facilmente as suas opiniões serão seguidas”

(MAQUIAVEL, 1973, p. 105).

- a) De acordo com Maquiavel, o príncipe, na direção do seu Estado, não deve consultar ninguém ao tomar decisões.
- b) Maquiavel considera que todos têm o direito de criticar as ações do príncipe.
- c) Maquiavel afirma que homens sábios podem falar ao príncipe o que quiserem, e na hora que bem entenderem, sendo obrigação do príncipe acatá-los.
- d) Conforme Maquiavel, o príncipe deve cercar-se de conselheiros sábios, mas eles nunca devem ter liberdade para falar a verdade.

e) Maquiavel defende que, como o príncipe precisa da opinião livre dos sábios, deve dar-lhes o direito de falar-lhes a verdade, mas apenas das coisas que ele lhe perguntar.

Exercício 20

(Unioeste 2017) **Texto 1**

“[...] Quando um homem deseja professar a bondade, natural é que vá à ruína, entre tantos maus. Assim, é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade”.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 2004, p. 99.

Texto 2

“[...] Assim deve o príncipe tornar-se temido, de sorte que, se não for amado, ao menos evite ódio, pois é fácil ser, a um só tempo, temido e não odiado, o que ocorrerá uma vez que se prive da posse dos bens e das mulheres dos cidadãos e dos súditos, e, mesmo quando forçado a derramar o sangue de alguém, poderá fazê-lo apenas se houver justificativa apropriada e causa manifesta” [...].

Idem, p. 106-7.

Considerando o pensamento de Maquiavel e os textos citados, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O pensamento de Maquiavel volta-se à realidade e busca alternativas para estabelecer um Estado estável onde a ordem possa reinar.
- b) Maquiavel, assim como Platão, revela-se um idealista ao estabelecer padrões ao governante fundamentados na bondade natural do homem.
- c) O príncipe deve ser um homem dotado de boas virtudes (*virtù*) e dinheiro (*fortuna*) para que todos o respeitem e ele possa fazer reinar a estabilidade.
- d) Estado e Igreja se fundem, de acordo com o filósofo. De nada adianta ao príncipe tentar estabelecer a ordem, já que ela depende de um estado natural das coisas e de uma força extraterrena, tornando todo seu esforço em vão.
- e) O objetivo último do pensamento político de Maquiavel é o de evitar a guerra a todo custo, pois as atrocidades da guerra desafiam os valores éticos que determinam a ação política.

Exercício 21

(Unesp 2021) Aquele que ousa empreender a instituição de um povo deve sentir-se com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual de certo modo esse indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente, que todos nós recebemos da natureza, por uma existência parcial e moral. Em uma palavra, é preciso que destitua o homem de suas próprias forças para lhe dar outras [...] das quais não possa fazer uso sem socorro alheio.

(Jean-Jacques Rousseau. *Do contrato social*, 1978.)

De acordo com a teoria contratualista de Rousseau, é necessário superar a natureza humana para

- a) assegurar a integridade do soberano.
- b) conservar as desigualdades sociais.
- c) evitar a guerra de todos contra todos.
- d) promover a efetivação da vontade geral.
- e) garantir a preservação da vida.

Exercício 22

(Uff 2010) Segundo o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), o ser humano tem o direito de dominar a natureza e as técnicas; as ciências são os meios para exercer esse poder.

Que processo histórico pode ser diretamente associado a essas ideias?

- a) Os ideais de retorno à vida natural.
- b) O bloqueio continental imposto à Europa por Napoleão Bonaparte.
- c) A Contrarreforma promovida pela Igreja Católica.
- d) O surgimento do estilo barroco nas artes.
- e) A Revolução Industrial.

Exercício 23

(Uece 2019) Leia atentamente o seguinte excerto:

“A liberdade do homem em sociedade consiste em não estar submetido a nenhum outro poder legislativo senão àquele estabelecido no corpo político mediante consentimento, nem sob o domínio de qualquer vontade ou sob a restrição de qualquer lei afora as que promulgar o poder legislativo, segundo o encargo a este confiado”.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. Martins Fontes, 1998, p. 401-402. Adaptado.

Considerando a definição de liberdade do homem em sociedade, de John Locke, atente para as seguintes afirmações:

- I. A concepção de liberdade do homem em sociedade de Locke elimina totalmente o direito de cada um de agir conforme a sua vontade.
- II. A concepção de liberdade do homem em sociedade de Locke consiste em viver sob a restrição das leis promulgadas pelo poder legislativo.
- III. A concepção de liberdade do homem em sociedade de Locke consiste em viver segundo uma regra permanente e comum que todos devem obedecer.

É correto o que se afirma em

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II e III.

Exercício 24

(Ufpr 2019) Quando se conquistam Estados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade, há três modos de manter a sua posse: primeiro, arruiná-los; segundo, ir habitá-los; terceiro, deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos, que se conserve amigos. [...] Quem se torna senhor de uma cidade tradicionalmente livre e não a destrói será destruído por ela. Tais cidades têm sempre por bandeira, nas rebeliões, a liberdade e suas antigas leis, que não esquecem nunca, nem com o correr do tempo, nem por influência dos benefícios recebidos. Por muito que se faça, quaisquer que sejam as precauções tomadas, se não se promovem o dissídio e a desagregação dos habitantes, não deixam eles de se lembrar daqueles princípios e, em toda oportunidade, em qualquer situação, a eles recorrem [...]. Assim, para conservar uma república conquistada, o caminho mais seguro é destruí-la ou habitá-la pessoalmente.

(MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 21-22.)

Com base nessa passagem, extraída da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, assinale a alternativa correta.

- a) O poder emanado do príncipe deve ter a capacidade de não apenas levar a cabo os planos de expansão de seu próprio governo, mas sobretudo criar condições para que esse poder mantenha-se de forma plena e garanta a legitimidade da própria dominação.
- b) A passagem refere-se em especial às repúblicas que ainda não passaram por um processo de amadurecimento de suas instituições democráticas. Repúblicas que dependem de orientação externa e de outras nações na formação da sua própria identidade política, a fim de suplantar o ódio típico dessas repúblicas.
- c) Para Maquiavel, “habitar” a república conquistada é uma possibilidade mais condizente com a posição do Príncipe. Considerando que o autor tinha laços com o pensamento humanista, “destruir” uma república conquistada implicaria lançar mão da força militar, com a qual Maquiavel não concordava.
- d) No mundo moderno e contemporâneo, o Príncipe, garantidor da ordem e da segurança pública, pode e deve intervir com o argumento de preservar as instituições democráticas e republicanas, mesmo que para isso seja necessário o uso da força.
- e) O Príncipe pode, por meio de pleito eleitoral, plebiscito ou consulta popular, agir em nome do povo e garantir a soberania de seu Estado. Pode invadir as nações que coloquem em risco a sua própria liberdade. Pode combater o ódio das outras repúblicas, e que essa nação seja destruída ou habitada pelo Príncipe, a fim de assegurar a ordem democrática.

Exercício 25

(Unesp 2018) Os homens, diz antigo ditado grego, atormentam-se com a ideia que têm das coisas e não com as coisas em si. Seria grande passo, em alívio da nossa miserável condição, se se provasse que isso é uma verdade absoluta. Pois se o mal só tem acesso em nós porque julgamos que o seja, parece que estaria em

nosso poder não o levarmos a sério ou o colocarmos a nosso serviço. Por que atribuir à doença, à indignação, ao desprezo um gosto ácido e mau se o podemos modificar? Pois o destino apenas suscita o incidente; a nós é que cabe determinar a qualidade de seus efeitos.

(Michel de Montaigne. *Ensaio*, 2000. Adaptado.)

De acordo com o filósofo, a diferença entre o bem e o mal

- a) representa uma oposição de natureza metafísica, que não está sujeita a relativismos existenciais.
- b) relaciona-se com uma esfera sagrada cujo conhecimento é autorizado somente a sacerdotes religiosos.
- c) resulta da queda humana de um estado original de bem-aventurança e harmonia geral do Universo.
- d) depende do conhecimento do mundo como realidade em si mesma, independente dos julgamentos humanos.
- e) depende sobretudo da qualidade valorativa estabelecida por cada indivíduo diante de sua vida.

Exercício 26

(Uece 2019) “[É] uma coisa bem notável que não haja homens [...] que não sejam capazes de arranjar em conjunto diversas palavras e de compô-las num discurso pelo qual façam entender seus pensamentos; [...] os homens que, tendo nascido surdos e mudos, são desprovidos dos órgãos que servem aos outros para falar, [...] costumam inventar eles próprios alguns sinais, pelos quais se fazem entender por quem, estando comumente com eles, disponha de lazer para aprender a sua língua.”

DESCARTES, R. *Discurso do método*, V.

A passagem acima informa sobre a relação entre pensamento e linguagem no racionalismo moderno.

Sobre essa relação, pode-se afirmar corretamente que

- a) a linguagem, quer seja sonora quer seja em sinais, tem a função de fazer o pensamento ser entendido pelos outros.
- b) a capacidade de produzir discursos, isto é, a linguagem, é o que permite aos homens ter pensamentos.
- c) o entendimento entre homens se dá através da linguagem, que, todavia, é anterior ao pensamento.
- d) o pensamento existe independentemente do discurso e, como ocorre entre surdos e mudos, não precisa ser entendido.

Exercício 27

(Unesp 2018) De um lado, dizem os materialistas, a mente é um processo material ou físico, um produto do funcionamento cerebral. De outro lado, de acordo com as visões não materialistas, a mente é algo diferente do cérebro, podendo existir além dele. Ambas as posições estão enraizadas em uma longa tradição filosófica, que remonta pelo menos à Grécia Antiga. Assim, enquanto Demócrito defendia a ideia de que tudo é composto de átomos e todo pensamento é causado por seus

movimentos físicos, Platão insistia que o intelecto humano é imaterial e que a alma sobrevive à morte do corpo.

(Alexander Moreira-Almeida e Saulo de F. Araujo. “O cérebro produz a mente?: um levantamento da opinião de psiquiatras”. www.archivespsy.com, 2015.)

A partir das informações e das relações presentes no texto, conclui-se que

- a) a hipótese da independência da mente em relação ao cérebro teve origem no método científico.
- b) a dualidade entre mente e cérebro foi conceituada por Descartes como separação entre pensamento e extensão.
- c) o pensamento de Santo Agostinho se baseou em hipóteses empiristas análogas às do materialismo.
- d) os argumentos materialistas resgatam a metafísica platônica, favorecendo hipóteses de natureza espiritualista.
- e) o progresso da neurociência estabeleceu provas objetivas para resolver um debate originalmente filosófico.

Exercício 28

(Ufsm 2015) O conhecimento é uma ferramenta essencial para a sobrevivência humana. Os principais filósofos modernos argumentaram que nosso conhecimento do mundo seria muito limitado se não pudéssemos ultrapassar as informações que a percepção sensível oferece. No período moderno, qual processo cognitivo foi ressaltado como fundamental, pois permitia obter conhecimento direto, novo e capaz de antecipar acontecimentos do mundo físico e também do comportamento social?

- a) Dedução.
- b) Indução.
- c) Memorização.
- d) Testemunho.
- e) Oratória e retórica.

Exercício 29

(Uepg 2018) Sobre o pensamento de Nicolau Maquiavel, assinale o que for correto.

- 01) A moral cristã é algo de grande importância para o fortalecimento do poder monárquico.
- 02) Maquiavel utiliza as expressões "virtú" e "fortuna", para descrever a ação do príncipe.
- 04) Maquiavel estabelece uma distinção entre moral política e moral pessoal.
- 08) O poder está fundamentado na força, porém, é necessário "virtú" para o exercício da manutenção desse poder.

Exercício 30

(Uel 2017) Leia o texto a seguir.

Podemos definir uma causa como um objeto, seguido de outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro são seguidos por objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, tal que, se o primeiro objeto não existisse, o segundo jamais teria existido. O aparecimento de uma causa sempre conduz a mente, por uma

transição habitual, à ideia do efeito; disso também temos experiência.

Em conformidade com essa experiência, podemos, portanto, formular uma outra definição de causa e chamá-la um objeto seguido de outro, e cujo aparecimento sempre conduz o pensamento àquele outro. Mas, não temos ideia dessa conexão, nem sequer uma noção distinta do que é que desejamos saber quando tentamos concebê-las.

Adaptado de: HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Seção VII, 29. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. p. 115.

Com base no texto e nos conhecimentos acerca das noções de causa e efeito em David Hume, assinale a alternativa correta.

- a) As noções de causa e efeito fazem parte da realidade e por isso os fenômenos do mundo são explicados através da indicação da causa.
- b) A presença do efeito revela a causa nele envolvida, o que garante a explicação de determinado acontecimento.
- c) A causa e o efeito são noções que se baseiam na experiência e, por meio dela, são apreendidas.
- d) A causa e o efeito são conhecidos objetivamente pela mente e não por hábitos formados pela percepção do mundo.
- e) A causa e o efeito proporcionam, necessariamente, explicações válidas sobre determinados fatos e acontecimentos.

Exercício 31

(Uel 2011) Leia o texto a seguir.

O pensamento moderno caracteriza-se pelo crescente abandono da ciência aristotélica. Um dos pensadores modernos desconfortáveis com a lógica dedutiva de Aristóteles – considerando que esta não permitia explicar o progresso do conhecimento científico – foi Francis Bacon. No livro *Novum Organum*, Bacon formulou o método indutivo como alternativa ao método lógico-dedutivo aristotélico.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Bacon, é correto afirmar que o método indutivo consiste

- a) na derivação de consequências lógicas com base no corpo de conhecimento de um dado período histórico.
- b) no estabelecimento de leis universais e necessárias com base nas formas válidas do silogismo tal como preservado pelos medievais.
- c) na postulação de leis universais com base em casos observados na experiência, os quais apresentam regularidade.
- d) na inferência de leis naturais baseadas no testemunho de autoridades científicas aceitas universalmente.
- e) na observação de casos particulares revelados pela experiência, os quais impedem a necessidade e a universalidade no estabelecimento das leis naturais.

Exercício 32

(Uel 2015) Leia o texto a seguir.

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.
- b) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.
- c) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.
- d) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.
- e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

Exercício 33

(Unesp 2017) Todas as vezes que mantenho minha vontade dentro dos limites do meu conhecimento, de tal maneira que ela não formule juízo algum a não ser a respeito das coisas que lhe são claras e distintamente representadas pelo entendimento, não pode acontecer que eu me equivoque; pois toda concepção clara e distinta é, com certeza, alguma coisa de real e de positivo, e, assim, não pode se originar do nada, mas deve ter obrigatoriamente Deus como seu autor; Deus que, sendo perfeito, não pode ser causa de equívoco algum; e, por conseguinte, é necessário concluir que uma tal concepção ou um tal juízo é verdadeiro.

René Descartes. *Vida e Obra*. Os pensadores, 2000.

Sobre o racionalismo cartesiano, é correto afirmar que

- a) sua concepção sobre a existência de Deus exerceu grande influência na renovação religiosa da época.
- b) sua valorização da clareza e distinção do conhecimento científico baseou-se no irracionalismo.
- c) desenvolveu as bases racionais para a crítica do mecanicismo como método de conhecimento.
- d) formulou conceitos filosóficos fortemente contrários ao heliocentrismo defendido por Galileu.
- e) se tratou de um pensamento responsável pela fundamentação do método científico moderno.

Exercício 34

(Ufpr 2020) Nas primeiras linhas das *Meditações Metafísicas*, Descartes declara que “recebera muitas falsas opiniões por verdadeiras” e que “aquilo que fundou sobre princípios mal assegurados devia ser muito duvidoso e incerto”.

(DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*, In: MARÇAL, J. CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (org.) *Antologia de textos filosóficos*, Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 153.)

A fim de dar bom fundamento ao conhecimento científico, Descartes entende que é preciso:

- a) confiar nas próprias opiniões.
- b) certificar-se de que os outros pensam como nós.
- c) seguir as opiniões dos mais sábios.
- d) partir de princípios seguros e proceder com método.
- e) aceitar que o conhecimento é duvidoso e incerto.

Exercício 35

(Ufsj 2007) Leia o seguinte trecho.

“Não há palavra que tenha recebido as mais diferentes significações e que, de tantas maneiras, tenha impressionado os espíritos como a palavra liberdade. Uns tomaram-na pela facilidade em depor aquele a quem outorgaram um poder tirânico; outros, pela faculdade de eleger aquele a quem deveriam obedecer; outros, pelo direito de se armar, e de exercer a violência: estes, pelo privilégio de só serem governados por um homem de sua nação, ou por suas próprias leis”.

(MONTESQUIEU. Livro 11º. Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição, cap. II, p. 147, Rio de Janeiro: Pensadores, 1979)

De acordo com esse trecho, a palavra “Liberdade”

- a) significa proibir o armamento a fim de promover segurança ao povo e aos governantes da nação.
- b) significa deixar o tirano governar e eleger a quem se deve obedecer.
- c) está sendo usada conforme adequação de costumes e inclinação de cada povo.
- d) é o mesmo que ser governado por leis elaboradas por homens que têm ideal político igual ao do povo.

Exercício 36

(Upe-ssa 2 2017) O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa, não costumam desejar tê-lo mais do que o têm. E não é verossímil que todos se enganem a tal respeito; mas isso antes testemunha que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*, 1973, p. 37.

Na perspectiva de René Descartes,

- a) o conhecimento filosófico prioriza a sensação, deixando à margem o valor da razão, isto é, o que vale é ter bom senso.
- b) o conhecimento filosófico é natural em todos os homens, mesmo sem fazerem uso do bom senso.
- c) o conhecimento filosófico salienta a importância capital de bem conduzir a própria razão para a aquisição da ciência.
- d) o conhecimento filosófico delimita a faculdade de julgar o absoluto, desprezando o valor do conhecimento.
- e) o conhecimento filosófico enfatiza que a essência do homem consiste nos sentidos, uma vez que o bom senso acentua o caráter relativo e particular da razão.

Exercício 37

(Ufu 2018) Na obra *Discurso do método*, o filósofo francês René Descartes descreve as quatro regras que, segundo ele, podem levar ao conhecimento de todas as coisas de que o espírito é capaz de conhecer.

Quanto a uma dessas regras, ele diz que se trata de "dividir cada dificuldade que examinasse em tantas partes quantas possíveis e necessárias para melhor resolvê-las".

Descartes. *Discurso do método*, I-II, citado por: MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. Tradução de Marcus Penchel.

Essa regra, transcrita acima, é denominada

- a) regra da análise.
- b) regra da síntese.
- c) regra da evidência.
- d) regra da verificação.

Exercício 38

(Uel 2015) Leia o texto a seguir.

As ideias produzem as imagens de si mesmas em novas ideias, mas, como se supõe que as primeiras ideias derivam de impressões, continua ainda a ser verdade que todas as nossas ideias simples procedem, mediata ou imediatamente, das impressões que lhes correspondem.

HUME, D. *Tratado da Natureza Humana*. Trad. De Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p.35.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a questão da sensibilidade, razão e verdade em David Hume, considere as afirmativas a seguir.

- I. Geralmente as ideias simples, no seu primeiro aparecimento, derivam das impressões simples que lhes correspondem.
- II. A conexão entre as ideias e as impressões provém do acaso, de modo que há uma independência das ideias com relação às impressões.
- III. As ideias são sempre as causas de nossas impressões.
- IV. Assim como as ideias são as imagens das impressões, é também possível formar ideias secundárias, que são imagens das ideias primárias.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Exercício 39

(Uel 2014) Leia o texto a seguir.

A República de Veneza e o Ducado de Milão ao norte, o reino de Nápoles ao sul, os Estados papais e a república de Florença no centro formavam ao final do século XV o que se pode chamar de mosaico da Itália sujeita a constantes invasões estrangeiras e conflitos internos. Nesse cenário, o florentino Maquiavel desenvolveu reflexões sobre como aplacar o caos e instaurar a ordem necessária para a unificação e a regeneração da Itália.

(Adaptado de: SADEK, M. T. "Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de *virtú*". In: WEFORT, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. v.2. São Paulo: Ática, 2003. p.11-24.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia política de Maquiavel, assinale a alternativa correta.

- a) A anarquia e a desordem no Estado são aplacadas com a existência de um Príncipe que age segundo a moralidade convencional e cristã.
- b) A estabilidade do Estado resulta de ações humanas concretas que pretendem evitar a barbárie, mesmo que a realidade seja móvel e a ordem possa ser desfeita.
- c) A história é compreendida como retilínea, portanto a ordem é resultado necessário do desenvolvimento e aprimoramento humano, sendo impossível que o caos se repita.
- d) A ordem na política é inevitável, uma vez que o âmbito dos assuntos humanos é resultante da materialização de uma vontade superior e divina.
- e) Há uma ordem natural e eterna em todas as questões humanas e em todo o fazer político, de modo que a estabilidade e a certeza são constantes nessa dimensão.

Exercício 40

(Uepg-pss 2 2020) Conforme a moral kantiana, assinale o que for correto.

- 01) A lei moral tem fundamento exterior (heteronomia).
- 02) A lei moral implica apenas o ato heterônomo no que diz respeito à ação moral em sua subjetividade e particularidade.
- 04) A lei moral pode ser entendida com implicação à consciência do dever, da necessidade de ação moral e da universalidade da moral.
- 08) O imperativo categórico pode ser designado também como um imperativo universal.

Exercício 41

(Ufsc 2019) Sobre a relação do ser humano com o meio ambiente e a ética kantiana, é correto afirmar que:

- 01) a economia de mercado vem, nas últimas décadas, afastando a humanidade de um colapso ambiental global porque propõe o pensamento político, econômico e, sobretudo, social voltado ao respeito à natureza.
- 02) sendo Kant um defensor da lei moral, ele não concordaria com a ação de empresas que poluem o meio ambiente visando ao lucro desordenado.
- 04) a ética kantiana é utilitarista, deste modo Kant não apoiaria os princípios da agricultura sustentável, pois a maximização dos lucros deve ser o maior bem.
- 08) para Kant, devemos pensar e agir de tal modo que todas as nossas ações se transformem em lei universal; assim, o uso indiscriminado de agrotóxicos pelas indústrias alimentícias não está de acordo com o imperativo categórico de Kant.
- 16) uma característica marcante do capitalismo é o seu desenvolvimento por igual no tempo e no espaço, fato que possibilitou a defesa intransigente do meio ambiente ao longo da sua história.
- 32) na ética kantiana, a mentira só é admitida em situações muito específicas; desse modo, se as empresas mentem quanto aos danos que causam ao meio ambiente para gerar emprego e movimentar a economia, essas mentiras devem ser aceitas porque auxiliam as pessoas a ter emprego e renda.
- 64) após a Segunda Guerra Mundial, a questão ambiental emergiu como importante movimento social que se refletiu em mudanças na visão do mundo, pois percebeu-se que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o seu fim, surgindo, dessa forma, a consciência ambiental.

Exercício 42

(Uel 2019) Leia o texto a seguir.

Por que só o homem é suscetível de tornar-se imbecil? [...] O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado, 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. 243; 259.

Com base nos conhecimentos sobre sociedade civil, propriedade e natureza humana no pensamento de Rousseau, assinale a alternativa correta.

- a) A instauração da propriedade decorre de um ato legítimo da sociedade civil, na medida em que busca atender às necessidades do homem em estado de natureza.
- b) A instauração da propriedade e da sociedade civil cria uma ruptura radical do homem consigo mesmo e de distanciamento da natureza.
- c) A fundação da sociedade civil é legitimada pela racionalidade e pela universalidade do ato de instauração da propriedade privada.

d) O sentimento mais primitivo do homem, que o leva a instituir a propriedade, é o reconhecimento da necessidade da propriedade para garantir a subsistência.

e) A sociedade civil e a propriedade são expressões da perfectibilidade humana, ou seja, da sua capacidade de aperfeiçoamento.

Exercício 43

TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:

Analise a figura abaixo e responda à(s) questão(ões) a seguir.



RIGAUD, F. J. H. Retrato de Luís XIV. 1701. Óleo sobre tela, 277×184cm. Museu do Louvre (Paris, França).

(Uel 2020) Leia o texto a seguir.

A “Querela do luxo” foi um dos mais intensos debates do século XVIII na França e consistiu em defender o luxo como sinal do progresso da humanidade, ou em atacá-lo como signo de decadência. Rousseau, partidário da segunda via, num dos seus textos, afirma:

A vaidade e a ociosidade, que engendram nossas ciências, também engendram o luxo. [...] Eis como o luxo, a dissolução e a escravidão foram [...] o castigo dos esforços orgulhosos que fizemos para sair da ignorância feliz na qual nos colocara a sabedoria eterna. [...] Creem embaçar-me terrivelmente perguntando-me até onde se deve limitar o luxo. Minha opinião é que absolutamente não se precisa dele. Para além da necessidade física, tudo é fonte de mal.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre as ciências e as artes*. Trad. Lourdes Santos Machado, 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.395; 341; 410.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria política e antropológica de Rousseau e a compreensão do autor acerca das ciências, das artes e do luxo, considere as afirmativas a seguir.

I. A crítica de Rousseau às ciências e às artes e, por extensão, ao luxo, resulta da sua compreensão da natureza humana, na qual a

necessidade física é o critério decisivo sobre o que é bom para a humanidade.

II. Em sua teoria política, Rousseau dirige a crítica às ciências, às artes e ao luxo, por identificar neles a vigência de um princípio que sacrifica a possibilidade da criação de uma sociedade minimamente justa.

III. A vaidade e a ociosidade, que engendram o luxo, são uma constante da natureza humana, razão pela qual também as ciências e as artes são expressões necessárias da natureza humana.

IV. A defesa da feliz ignorância, na qual nasce cada ser humano, leva Rousseau a legitimar formas de governo caracterizadas pelo sacrifício da inteligência e da crítica e pela obediência a um poder soberano.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Exercício 44

(Ufpr 2019) Mas, logo em seguida, adverti que enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava.

(DESCARTES. *Discurso do método*. Col. Os Pensadores. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 46.)

O texto citado corresponde a uma das passagens mais marcantes da filosofia de Descartes, um filósofo considerado por muitos intérpretes como o pai do racionalismo. Com base no texto e na ideia geral de racionalismo, é correto afirmar:

- a) O racionalismo tem como garantia de verdade a experiência.
- b) Descartes é um filósofo empirista, visto que faz experiências de pensamento.
- c) Descartes inaugura um tipo de busca pela verdade que se ampara no exercício.
- d) A expressão “penso, logo existo” é uma das suposições dos céticos sobre o conhecimento.
- e) Descartes não buscava um princípio seguro, pois duvidava de todas as coisas.

Exercício 45

(Uem 2018) “Com base no que me foi relatado, penso que não há nada de bárbaro e de selvagem nessa nação. Cada um chama de barbárie aquilo que não é de seu costume. Parece verdadeiro dizer que nós só temos como critério para identificar a verdade e a razão o exemplo, as opiniões e os costumes do lugar que estamos. É onde estamos que vemos a verdadeira religião, o

governo perfeito, o mais completo e total uso de todas as coisas. Eles [os chamados bárbaros] são selvagens tanto quanto nós chamamos de selvagens os frutos que a Natureza produz por si e em seu ritmo ordinário. Deveríamos chamar de bárbaro, ao contrário, tudo aquilo que alteramos pelo nosso artifício e desviamos da ordem comum.”

(MONTAIGNE. M. Ensaaios. In: FILHO, J. S. *Filosofia e filosofias: existência e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 480).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) Povos com costumes não adequados às sociedades civilizadas são classificados corretamente como bárbaros.
- 02) Para o filósofo, aquilo que é conforme a natureza não pode ser qualificado como bárbaro.
- 04) O filósofo chama a atenção para o critério de qualificação de outros povos e de seus costumes, mostrando o quanto tais critérios são particulares e não universais.
- 08) Barbárie são costumes antinaturais, inaceitáveis em sociedades civilizadas e cultas.
- 16) Para o filósofo, o critério “bárbaro” ou “selvagem” decorre de uma visão particular e restrita dos costumes dos outros.

Exercício 46

(Uel 2019) Leia o texto a seguir.

Por conseguinte, todo homem, ao consentir com outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original, pelo qual ele, juntamente com outros, se incorpora a uma sociedade, não teria nenhum significado e não seria pacto algum, caso ele fosse deixado livre e sob nenhum outro vínculo além dos que tinha antes no estado de natureza.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 470.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, assinale a alternativa correta.

- a) O ser humano deve superar o estado de natureza fundando a sociedade civil e o Estado, cedendo seus direitos em prol da paz social.
- b) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.
- c) O poder do Estado deve ser absoluto para a garantia dos direitos naturais da humanidade, como a vida, a liberdade e a propriedade.
- d) O pacto ou contrato social é o garantidor das liberdades e direitos, sendo o poder legislativo o menos importante, já que é possível sua revogação por aqueles que participam do poder executivo.

e) O ser humano se realiza como um ser possuidor de bens, sendo sua posse o que garante tolerância religiosa, livre-iniciativa econômica e liberdade individual.

Exercício 47

(Uece 2020) Observe as seguintes citações, que refletem posições divergentes, colocadas por empiristas e racionalistas, sobre o método que deveria ser usado para o estabelecimento do correto processo de conhecimento da realidade:

“Primeiramente, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos”.

DESCARTES, R. *Carta a Elisabeth*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Col. Os Pensadores.

“De onde a mente apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo numa palavra, da experiência. Todo o conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento”.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Col. Os pensadores.

Considerando o que propunham o empirismo e o racionalismo, atente para o que se afirma a seguir e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- () O racionalismo é a forma de compreensão do conhecimento que prioriza a razão e recorre à indução como método de análise.
- () O empirismo, ao contrário do racionalismo, parte da experiência para a construção de afirmações gerais a respeito da realidade.
- () Para o racionalismo, sobretudo o cartesiano, a verdade deveria ser buscada fora dos sentidos, visto que eles são enganosos e podem nos equivocar em qualquer experiência de percepção.
- () O empirismo, vertente de compreensão da qual Locke fazia parte, aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, F, V, F.
- b) V, V, F, V.
- c) F, F, F, V.
- d) F, V, V, F.

Exercício 48

(Ufpa 2013) “Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem afetar lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões.”

Quanto às justificativas de Hobbes sobre a justiça e a injustiça como não pertencentes às faculdades do corpo e do espírito, considere as afirmativas:

- I. Justiça e injustiça são qualidades que pertencem aos homens em sociedade, e não na solidão.
- II. No estado de natureza, o homem é como um animal: age por instinto, muito embora tenha a noção do que é justo e injusto.
- III. Só podemos falar em justiça e injustiça quando é instituído o poder do Estado.
- IV. O juiz responsável por aplicar a lei não decide em conformidade com o poder soberano; ele favorece os mais fortes.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

Exercício 49

(Uece 2020) Analise as seguintes passagens que se referem ao princípio fundamental do *contratualismo* – a existência de um pacto social como fundamento da sociedade:

“As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito. Violando-se o pacto social, cada um volta aos seus primeiros direitos e retoma sua liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciara àquela”.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção “Os Pensadores”.

“E os pactos sem espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis da natureza (que cada um respeita quando tem vontade de as respeitar e quando o pode fazer com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade”.

HOBBS, Thomas. *LEVIATÃ* ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Trad. João P. Monteiro e Maria B. Nizza. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Considere as seguintes proposições sobre o conceito de pacto social:

- I. Para Rousseau, pelo pacto social, o homem abre mão de sua liberdade, mas, ao fazê-lo, abre espaço ao surgimento da soberania e da lei, e obedecer a lei é obedecer a si mesmo, o que o torna livre novamente.
- II. Diferente de Hobbes, Locke não via o estado de natureza dominado pelo egoísmo. O contrato social era necessário para

garantir o direito de propriedade que, segundo Locke, era anterior à própria sociabilidade.

III. Hobbes e Rousseau concordavam ser necessário um pacto ou contrato social, que decorria da necessidade humana de controlar os instintos e impedir a guerra de todos contra todos do estado de natureza.

É correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e III apenas.
- c) I e II apenas.
- d) II e III apenas.

Exercício 50

(Uece 2020) O florentino Nicolau Maquiavel é considerado pela maioria dos historiadores da política como o primeiro grande pensador moderno a romper com a visão aristotélica sobre o sentido da vida política. Se para o filósofo grego o exercício da vida na polis representava a consumação da natureza racional do homem e a manifestação maior da sua excelência e do bem, Maquiavel, nas palavras de Pierre Manent: “foi o primeiro dos mestres da suspeita... o primeiro a trazer a suspeita para o ponto estratégico da vida dos homens: seu convívio, sua vida política. Se empenhou, Maquiavel, em nos convencer do caráter central ou substancial do mal na coisa pública”.

MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo: dez lições*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990. P. 28-29/ adaptado.

A partir da leitura do trecho acima e levando em consideração o surgimento do pensamento político moderno, em Maquiavel, analise as seguintes proposições:

- I. O pensamento político de Maquiavel foi inovador em relação ao pensamento clássico, por considerar que não há um “bem” absoluto em contraposição a um “mal” a ser combatido. Em certas situações, o “bem” advém e é mantido pelo “mal”.
- II. Maquiavel e praticamente todos os filósofos da modernidade negavam a existência do bem comum. Uma característica marcante na concepção de política moderna era a de que a conquista e o exercício do poder político era o principal elemento a considerar.
- III. Muito influenciado pelas disputas políticas de seu tempo, Maquiavel baseou-se na experiência concreta da coisa pública. Ao contrário dos antigos que viam a política como a realização do fim último da cidadania, ele procurou descrever o processo político de seu tempo.

É correto o que se afirma em

- a) I e III apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II e III.

Exercício 51

(Uem 2017) “O trabalho do seu corpo [do ser humano] e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são prioritariamente dele. Seja o que for que ele [o ser humano] retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou [...]”

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 45 e 46.

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) O direito ao trabalho é uma concessão daqueles que têm a propriedade para aqueles que não a têm.
- 02) A propriedade pode ser herdada independentemente de trabalharmos nela ou de adquiri-la.
- 04) O trabalho confere a propriedade de algo, ou seja, somente temos propriedade daquilo que adquirimos com o trabalho.
- 08) Somente haverá possibilidade de trabalho se houver propriedades sem donos, independentemente de estarem ociosas ou não.
- 16) O trabalho se mistura à natureza da coisa, tornando essa coisa própria daquele que trabalhou, tornando-a sua propriedade.

Exercício 52

(Unioeste 2020) “Ao chegar a Londres, um francês encontrará tudo muito mudado em filosofia, e também no resto. Deixou o mundo cheio, encontrou-o vazio. Em Paris, vê-se o universo composto de turbilhões de matéria sutil, em Londres, não se vê nada disso. Entre nós, a pressão da Lua causa o fluxo do mar; entre os ingleses, o mar gravita em direção à Lua (...)”

VOLTAIRE, *Cartas Inglesas*. Carta XIV: Descartes e Sir Isaac Newton.

Na décima quarta das *Cartas inglesas*, Voltaire identifica o atraso francês diante da superioridade inglesa não apenas no campo do conhecimento científico, mas com relação às instituições que o produzem. Ao fim, Voltaire contrapõe o itinerário tortuoso de Descartes às estáveis condições produtivas de Newton a fim de aquilatar duas grandes figuras da filosofia natural na modernidade.

Assinale a alternativa que expressa **CORRETAMENTE** o contraste entre as filosofias naturais de Descartes e de Newton.

- a) A diferença entre a *res cogitans* cartesiana e a *res extensa* newtoniana.
- b) A diferença entre a filosofia empirista de Descartes e o racionalismo apriorista da gravitação de Newton.
- c) A diferença entre a metafísica estritamente mecanicista da física cartesiana e a dinâmica exposta na física newtoniana.

- d) A diferença entre a vida na conturbada capital francesa e nos silenciosos arredores da capital da Grã-Bretanha.
- e) A diferença entre o regime das marés em países insulares e países continentais.

Exercício 53

(Unesp 2013) Leia.

A modernidade não pertence a cultura nenhuma, mas surge sempre CONTRA uma cultura particular, como uma fenda, uma fissura no tecido desta. Assim, na Europa, a modernidade não surge como um desenvolvimento da cultura cristã, mas como uma crítica a esta, feita por indivíduos como Copérnico, Montaigne, Bruno, Descartes, indivíduos que, na medida em que a criticavam, já dela se separavam, já dela se desenraizavam. A crítica faz parte da razão que, não pertencendo a cultura particular nenhuma, está em princípio disponível a todos os seres humanos e culturas. Entendida desse modo, a modernidade não consiste numa etapa da história da Europa ou do mundo, mas numa postura crítica ante a cultura, postura que é capaz de surgir em diferentes momentos e regiões do mundo, como na Atenas de Péricles, na Índia do imperador Ashoka ou no Brasil de hoje.

(Antonio Cícero. Resenha sobre o livro “O Roubo da História”. Folha de S.Paulo, 01.11.2008. Adaptado.)

Com a leitura do texto, a modernidade pode ser entendida como

- a) uma tendência filosófica especificamente europeia e ocidental de crítica cultural e religiosa.
- b) uma tendência oposta a diversas formas de desenvolvimento da autonomia individual.
- c) um conjunto de princípios morais absolutos, dotados de fundamentação teológica e cristã.
- d) um movimento amplo de propagação da crítica racional a diversas formas de preconceito.
- e) um movimento filosófico desconectado dos princípios racionais do iluminismo europeu.

Exercício 54

(Uepg-pss 1 2020) Sobre o empirismo e o racionalismo, assinale o que for **correto**.

- 01) O racionalismo traz a razão humana como fundamento primordial na busca pelo conhecimento.
- 02) O filósofo empirista John Locke afirmava que nada vem à mente humana sem que antes tenha passado pelos sentidos.
- 04) O filósofo racionalista René Descartes expressa em suas ideias que o homem deve se ancorar na evidência de sua razão.
- 08) Conforme o racionalismo, a razão humana se origina do conhecimento principiado em duas operações: sensação e reflexão.

Exercício 55

(Ueg 2011) No século XIX, influenciados pelo Romantismo, muitos intelectuais brasileiros idealizaram a cultura indígena, considerando-a como autêntica representante do nacionalismo brasileiro. Em termos filosóficos, essa valorização do indígena foi influenciada pelo pensamento do filósofo

- a) Thomas Hobbes, autor da frase “o homem é o lobo do homem”, que valorizava o comportamento típico de tribos selvagens.
- b) Santo Agostinho, que, por meio do “livre arbítrio”, acreditava que as sociedades selvagens eram capazes de alcançar a graça divina.
- c) Montesquieu, que se inspirou na organização social dos indígenas para elaborar a famosa teoria dos “três poderes”.
- d) Jacques Rousseau, que elaborou a teoria do “bom selvagem”, defendendo a pureza das sociedades primitivas.

Exercício 56

(Unicentro 2010) Relacione os fragmentos e argumentos abaixo identificando-os com o pensamento político de seu respectivo autor.

1. Na obra *Filosofia do Direito*, em que são desenvolvidas as teorias sobre o Estado, encontramos uma crítica à tradição jurinaturalista típica dos filósofos contratualistas. Ao contrário destas teorias, a obra em questão nega a anterioridade dos indivíduos na formação da sociedade, pois é o Estado que fundamenta a sociedade, ou seja, não existe o homem em estado de natureza, pois o homem é sempre um indivíduo social. (Cf. ARANHA/ MARTINS. *Filosofando – Introdução à filosofia*. 2ª. Ed., São Paulo, Moderna: 1993 – p. 234.).
2. “É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer, mas a liberdade política não consiste nisso. Num Estado, isto é, numa sociedade em que há leis, a liberdade não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer e não ser constrangido a fazer o que não se deve desejar. / Deve-se ter sempre em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.” (Fragmento retirado da obra *Do Espírito das Leis*. São Paulo, Difel: 1962 - p. 179).
3. A ideia central da obra *Segundo Tratado Sobre o Governo* gira em torno do conceito de propriedade privada. Inicialmente, este conceito é usado num sentido muito amplo, indicando tudo o que pertence a cada indivíduo, isto é, seu corpo, suas capacidades, seu trabalho, seus bens, sua vida e liberdade. Segundo essa concepção, todos são proprietários, mesmo quem não possui bens, pois todos são proprietários de sua vida, de seu corpo, de seu trabalho. Nessa obra, aparece a distinção entre o público e o privado, que devem ser regidos por leis diferentes, de tal modo que o Estado não deve intervir, mas sim garantir e tutelar o livre exercício da propriedade. (Cf. ARANHA/ MARTINS. *Filosofando – Introdução à filosofia*. 2ª. Ed., São Paulo, Moderna: 1993 – p. 219).
4. “Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano (...) A conclusão geral a que cheguei (...) pode formular-se resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (...) O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que

determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (Fragmento retirado da obra intitulada *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977- p. 23).

Os fragmentos e argumentos acima correspondem ao pensamento político de quais filósofos? (Preencha os parênteses com o número do argumento ou fragmento que lhe é correspondente).

- () Karl Marx
 () Friedrich Hegel
 () John Locke
 () Montesquieu

Assinale a alternativa correta.

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
 b) 2 – 3 – 1 – 4.
 c) 4 – 3 – 2 – 1.
 d) 3 – 1 – 4 – 2.
 e) 4 – 1 – 3 – 2.

Exercício 57

(Uem 2012) O filósofo inglês John Locke (1632-1704) construiu uma teoria político-social da propriedade que é, até hoje, uma das referências principais sobre o tema. Afirma ele:

“A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e conveniências da vida. Nenhum trabalho do homem podia tudo dominar ou de tudo apropriar-se. [...] Assim o trabalho, no começo (das sociedades humanas), proporcionou o direito à propriedade sempre que qualquer pessoa achou conveniente empregá-lo sobre o que era comum.”

(LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 48; 45; 52)

Em consonância com essa concepção de propriedade do filósofo, é correto afirmar que

- 01) o direito à propriedade é, prioritariamente, fruto do trabalho.
 02) o direito à propriedade é fundado naquele que primeiro se apossou do bem (terra, animais etc.).
 04) o fato de os recursos naturais serem comuns a todos os homens gera um impedimento à propriedade individual.
 08) o trabalho individualiza o que era propriedade comum, pois agrega algo particular ao bem.
 16) o trabalho antecede a propriedade do bem e não o contrário.

Exercício 58

(Uem 2013) “É de grande utilidade para o marinheiro saber a extensão de sua linha, embora não possa com ela sondar toda a profundidade do oceano. É conveniente que saiba que era suficientemente longa para alcançar o fundo dos lugares necessários para orientar sua viagem, e preveni-lo de esbarrar contra escolhos que podem destruí-lo. Não nos diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas aquelas que se referem à nossa conduta.”

(LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. In: CHALITA, Gabriel. *Vivendo a filosofia: ensino médio*. 4.ª ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 251).

Com base nessa citação em que John Locke considera os conhecimentos do marinheiro, é **correto** afirmar que

- 01) o entendimento humano é ilimitado.
- 02) a profundidade do oceano é maior do que o instrumento de medida do marinheiro.
- 04) a medida da linha não precisa ser maior do que o necessário para orientar a correta navegação do barco.
- 08) a linha está orientada apenas em função da pesca.
- 16) a experiência empírica não é válida.

Exercício 59

(Ufsj 2013) Thomas Hobbes afirma que “Lei Civil”, para todo súdito, é

- a) “construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal”.
- b) “a lei que o deixa livre para caminhar para qualquer direção, pois há um conjunto de leis naturais que estabelece os limites para uma vida em sociedade”.
- c) “reguladora e protetora dos direitos humanos, e faz intervenção na ordem social para legitimar as relações externas da vida do homem em sociedade”.
- d) “calcada na arbitrariedade individual, em que as pessoas buscam entrar num Estado Civil, em consonância com o direito natural, no qual ele – o súdito – tem direito sobre a sua vida, a sua liberdade e os seus bens”.

Exercício 60

(Ufsc 2019) No que se refere à obra *Meditações Metafísicas* de Descartes, é correto afirmar que:

- 01) os sentidos corpóreos são enganadores e, portanto, não são confiáveis para a obtenção de conhecimento.
- 02) só é possível distinguir o sono da vigília com o auxílio do gênio maligno.
- 04) não é possível adquirir conhecimento, portanto só nos resta aceitar o ceticismo.
- 08) Deus não existe, de modo que a melhor posição em filosofia é o ateísmo.
- 16) a dúvida metódica não se deve aplicar às verdades matemáticas.
- 32) a expressão “eu sou, eu existo” é a primeira certeza da filosofia cartesiana.
- 64) Deus existe, e tal verdade pode ser provada pela ideia que temos de Deus como um ser perfeito e pela constatação de que sua inexistência implicaria uma imperfeição.

Exercício 61

(Ufu 2017) Hume descreveu a confiança que o entendimento humano deposita na probabilidade dos resultados dos eventos observados na natureza. Ele comparou essa convicção ao

lançamento de dados, cujas faces são previamente conhecidas, porém, nas palavras do filósofo:

[...] verificando que maior número de faces aparece mais em um evento do que no outro, o espírito [o entendimento humano] converge com mais frequência para ele e o encontra muitas vezes ao considerar as várias possibilidades das quais depende o resultado definitivo.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*.

Tradução de Anoar Aiex.

São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 93. Coleção “Os Pensadores”.

Esse tipo de raciocínio, descrito por Hume, conduz o entendimento humano a uma situação distinta da certeza racional, uma espécie de “falha”, representada pelo(a)

- a) verdade da fantasia, que é superior à certeza racional.
- b) crença, que ocupa o lugar da certeza racional.
- c) sentido visual, que é mais verídico que a certeza sensível.
- d) ideia inata, que atua como o a priori da razão humana.

Exercício 62

(Uem 2013) “Há já algum tempo dei-me conta de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões por verdadeiras e de que aquilo que depois eu fundei sobre princípios tão mal assegurados devia ser apenas muito duvidoso e incerto; de modo que era preciso tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões que recebera até então em minha crença e começar tudo novamente desde os fundamentos, se eu quisesse estabelecer alguma coisa de firme e de constante nas ciências.”

(DESCARTES, R. *Meditações sobre a filosofia primeira*. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009, p. 153).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) A verdadeira ciência ou conhecimento verdadeiro deve refutar toda e qualquer crença ou religião.
- 02) O início do processo filosófico de descoberta da verdade começa com a instauração da dúvida.
- 04) O espírito de investigação filosófica busca alicerces firmes, que não foram dados pelo modo como se adquiria o conhecimento até então.
- 08) A dúvida sobre o conhecimento que se tem decorre das opiniões e dos saberes mal apreendidos na escola.
- 16) Os alicerces firmes do conhecimento devem estar além das opiniões das autoridades acadêmicas.

Exercício 63

(Uepg-pss 1 2019) Sobre o método cartesiano, assinale o que for correto.

- 01) René Descartes buscou encontrar um método que o levasse à verdade indubitável.

- 02) O método cartesiano está fundamentado na razão.
04) O método seguro baseia-se em quatro regras de raciocínio: da evidência, da análise, da ordem e da enumeração.
08) A frase "cogito ergo sum" está se referindo à autoevidência como exercício do sujeito pensante.

Exercício 64

(Ufsj 2007) Segundo Montesquieu, Livro 8º, "Do Espírito das Leis", o espírito da democracia é corrompido quando

- a) se perde o espírito de igualdade.
- b) o espírito de igualdade é esquecido.
- c) o senado quer deliberar pelo povo.
- d) os magistrados querem destruir os juízes.

Exercício 65

(Uece 2019) "Quando um cidadão, não por suas crueldades ou outra qualquer intolerável violência, e sim pelo favor dos concidadãos, se torna príncipe de sua pátria – o que se pode chamar principado civil (e para chegar a isto não é necessário grandes méritos nem muita sorte, mas antes uma astúcia feliz) –, digo que se chega a esse principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos poderosos. É que em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo."

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Coleção "Os Pensadores" - adaptado.

Considerando a questão da política em Maquiavel, analise as seguintes afirmações:

- I. Maquiavel rompe com a tradição política ao não admitir qualquer fundamento anterior e exterior à política.
- II. Maquiavel considera a cidade uma comunidade homogênea nascida da ordem natural ou da razão humana.
- III. Maquiavel considera que a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade e identidade.

É correto o que se afirma em

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I, II e III.

Exercício 66

(Unesp 2019) A maior violação do dever de um ser humano consigo mesmo, considerado meramente como um ser moral (a humanidade em sua própria pessoa), é o contrário da veracidade, a mentira [...]. A mentira pode ser externa [...] ou, inclusive, interna. Através de uma mentira externa, um ser humano faz de si mesmo um objeto de desprezo aos olhos dos outros; através de uma mentira interna, ele realiza o que é ainda pior: torna a si mesmo desprezível aos seus próprios olhos e viola a dignidade da humanidade em sua própria pessoa [...]. Pela mentira um ser humano descarta e, por assim dizer, aniquila sua dignidade como

ser humano. [...] É possível que [a mentira] seja praticada meramente por frivolidade ou mesmo por bondade; aquele que fala pode, até mesmo, pretender atingir um fim realmente benéfico por meio dela. Mas esta maneira de perseguir este fim é, por sua simples forma, um crime de um ser humano contra sua própria pessoa e uma indignidade que deve torná-lo desprezível aos seus próprios olhos.

(Immanuel Kant. *A metafísica dos costumes*, 2010.)

Em sua sentença dirigida à mentira, Kant

- a) considera a condenação relativa e sujeita a justificativas, de acordo com o contexto.
- b) assume que cada ser humano particular representa toda a humanidade.
- c) apresenta um pensamento desvinculado de pretensões racionais universalistas.
- d) demonstra um juízo condenatório, com justificação em motivações religiosas.
- e) assume o pressuposto de que a razão sempre é governada pelas paixões.

Exercício 67

(Uel 2017) Leia os textos a seguir.

Exercita-te primeiro, caro amigo, e aprende o que é preciso conhecer para te iniciares na política; antes, não. Então, primeiro precisarás adquirir virtude, tu ou quem quer que se disponha a governar ou a administrar não só a sua pessoa e seus interesses particulares, como a cidade e as coisas a ela pertinentes. Assim, o que precisas alcançar não é o poder absoluto para fazeres o que bem entenderes contigo ou com a cidade, porém justiça e sabedoria.

PLATÃO, *O primeiro Alcebiades*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2004. p. 281-285.

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo... *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.

KANT, I. *Resposta à pergunta: que é 'Esclarecimento' ('Aufklärung')*. Trad. Floriano de Souza Fernandes, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

Tendo em vista a compreensão kantiana do Esclarecimento (Aufklärung) para a constituição de uma compreensão tipicamente moderna do humano, assinale a alternativa correta.

- a) Fazer uso do próprio entendimento implica a destruição da tradição, na medida em que o poder da tradição impede a liberdade do pensamento.

b) A superação da condição de menoridade resulta do uso privado da razão, em que o indivíduo faz uso restrito do próprio entendimento.

c) A saída da menoridade instaura uma situação duradoura, pois as verdadeiras conquistas do Esclarecimento se afiguram como irreversíveis.

d) A menoridade é uma tendência decorrente da natureza humana, sendo, por esse motivo, superada no Esclarecimento, com muito esforço.

e) A condição fundamental para o Esclarecimento é a liberdade, concebida como a possibilidade de se fazer uso público da razão.

Exercício 68

(Unioeste 2019) “Quem procura alguma coisa acaba chegando a este ponto: ou diz que a encontrou, ou que ela não pode ser encontrada, ou ainda está buscando. Toda a filosofia está distribuída por estes três gêneros. Seu intento é buscar a verdade, a ciência e a certeza. Os peripatéticos, epicuristas, estoicos e outros pensaram havê-la encontrado. Estes estabeleceram as ciências que temos e trataram-nas como conhecimentos certos. Clitômaco, Carnéades e os acadêmicos desesperaram de sua busca e declararam que a verdade não podia ser compreendida com nossos meios. [...] Pirro e outros cétricos ou eféticos – [...] – dizem que estão ainda em busca da verdade. Estes declaram que os que pensam havê-la encontrado enganam-se infinitamente; e que há ainda vaidade ousada demais nesse segundo escalão que assegura que as forças humanas não são capazes de atingi-la. Pois, estabelecer a medida de nossa capacidade de conhecer e julgar a dificuldade das coisas é uma ciência grande e extrema, da qual duvidam que o homem seja capaz”

(MONTAIGNE, *Ensaio II*, 12).

Sobre o excerto acima que trata dos partidos dos filósofos, seguem as seguintes afirmações:

I. De acordo com os Acadêmicos e outros, a verdade, a ciência e a certeza podem ser encontradas mediante esforço mental.

II. Pirro e outros cétricos ou eféticos estão seguros de ter encontrado a verdade porque são vaidosos.

III. Os peripatéticos, epicuristas e estoicos estabelecem que ainda não encontraram a verdade, mas continuam buscando.

IV. Não há diferença entre os três gêneros de filosofia.

A partir dessas afirmações,

- a) apenas uma está correta.
- b) somente uma está incorreta.
- c) duas estão corretas e duas incorretas.
- d) todas estão corretas.
- e) todas estão incorretas.

Exercício 69

(Uem 2020) Na obra *Discurso do método*, René Descartes, filósofo francês do século XVII, propõe quatro regras que esclarecem a forma como a liberdade do arbítrio deve ser disciplinada segundo a razão, a fim de se aplicar na tarefa de

separar os juízos verdadeiros dos juízos falsos, e, com isso, realizar o projeto do conhecimento humano a partir de fundamentos sólidos.

De acordo com o pensamento de Descartes, assinale o que for **correto**.

01) Uma das quatro regras do método cartesiano afirma que só se deve aceitar alguma coisa como verdadeira se não houver causa para dela duvidar.

02) A filosofia de Descartes é uma forma de ceticismo, porque propõe suspender o juízo sobre a existência do mundo exterior.

04) O método cartesiano pressupõe que todo problema verdadeiro tem uma solução, porque, sendo o mundo racional, deve ser sempre possível descobrir as razões que nele se encontram.

08) A quarta e última regra do método cartesiano estipula que se deve garantir a correta aplicação das regras anteriores a um problema por meio da revisão exaustiva de todos os passos de sua solução.

16) O uso disciplinado da razão exige que a construção do conhecimento comece com os objetos mais complexos para decompô-los em seus elementos mais simples.

Exercício 70

(Ufsj 2012) Sobre os ídolos preconizados por Francis Bacon, é **CORRETO** afirmar que:

a) “A consequência imediata da ação dos ídolos é a inscrição do Homem num universo de massacre e sofrimento racional-indutivo, onde o conhecimento científico se distancia da filosofia, se deteriora e se amesquinha”.

b) “Toda idolatria é forjada no hábito e na subjetividade humanos”.

c) “Os ídolos invadem a mente humana e para derrogá-los, é necessário um esforço racional-dedutivo de análise, como bem advertiu Aristóteles”.

d) “Os ídolos da caverna são os homens enquanto indivíduos, pois cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza”.

Exercício 71

(Unioeste 2013) “I. Objeção: **o conhecimento colocado em ideias deve ser todo uma pura visão**. Não duvido que meu leitor, neste momento, deve estar apto para pensar que eu tenho estado todo este tempo construindo apenas um castelo no ar, e estar pronto para dizer: ‘Qual é o propósito de tudo isto? O conhecimento, você afirma, é apenas a percepção de acordo ou desacordo de nossas ideias: mas quem sabe o que estas ideias podem ser? Se isto for verdadeiro, as visões de um entusiasta e os raciocínios de um homem sóbrio deverão ser igualmente evidentes. Não consiste em verificar o que são as coisas, de sorte que um homem observa apenas o acordo de suas próprias imaginações e se expressa em conformidade com isso, sendo, pois, tudo verdadeiro, tudo certeza. Tais castelos no ar serão fortalezas da verdade como as demonstrações de Euclides. Uma harpa não constitui um centauro: revelamos, por este meio, um conhecimento tão certo e tão verdadeiro como o que afirma que o quadrado não é um círculo.

‘Mas para que serve todo este conhecimento refinado das próprias imaginações dos homens que pesquisam a realidade das coisas? Não importa o que são as fantasias dos homens, trata-se apenas do conhecimento das coisas a ser capturado; unicamente este valoriza nossos raciocínios e mostra o predomínio do conhecimento de um homem sobre o outro, dizendo respeito às coisas como realmente são, e não de sonhos e fantasias’.

II. Resposta: **não exatamente, onde as ideias concordam com as coisas.** A isto respondo: se nosso conhecimento de nossas ideias termina nelas, e não vai além disso, onde há algo mais para ser designado, nossos mais sérios pensamentos serão de pouco mais uso que os devaneios de um cérebro louco; e as verdades construídas deste modo não pesam mais que os discursos de um homem que vê coisas claramente num sonho e com grande segurança as expressa. Mas espero, antes de terminar, tornar evidente que este meio de certeza, mediante o conhecimento de nossas ideias, vai um pouco além da pura imaginação; e acredito que será mostrado que toda a certeza das verdades gerais pertencentes a um homem não se encontra em nada mais.”

Locke.

“Aristóteles e Locke consideram que o conhecimento se realiza por graus contínuos, partindo da sensação até chegar às ideias. [...] Para o racionalismo, a fonte do conhecimento verdadeiro é a razão operando por si mesma, sem o auxílio da experiência sensível e controlando a própria experiência sensível. Para o empirismo, a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível, responsável pelas ideias da razão e controlando o trabalho da própria razão.”

Marilena Chauí.

Considerando os textos acima que versam sobre a noção de conhecimento moderna e, especificamente, sobre a noção de conhecimento em Locke, é INCORRETO afirmar que

- a) a teoria do conhecimento de John Locke se caracteriza por criticar fortemente a ideia de que o conhecimento funda-se em ideias inatas.
- b) é possível, segundo Locke, construir uma ciência mesmo que as ideias formadoras de seu corpo de conhecimento não concordem com as coisas mesmas.
- c) a teoria do conhecimento de Locke pretende demonstrar uma tese: nosso conhecimento é fundado na experiência sensível e na experiência interna.
- d) verdades derivadas de ideias que não encontram nenhum referencial em sensações, pelo menos em sua base, não passam de devaneios da imaginação.
- e) acordo ou desacordo de nossas ideias, segundo Locke, produz o conhecimento que temos do mundo e quanto mais precisa for esta relação, mais próximos estaremos da verdade.

Exercício 72

(Uel 2018) Leia o texto a seguir.

Resta-nos um único e simples método, para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas.

(BACON, F. *Novum Organum* Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 26.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o problema do método de investigação da natureza em Bacon, assinale a alternativa correta.

- a) O preceito metodológico do “trato direto das coisas” supõe que cada um já possui em si as condições para realizar a investigação da natureza.
- b) A investigação da natureza consiste em aplicar um conjunto de pressupostos metafísicos, cuja função é orientar a investigação.
- c) As “séries e ordens” referentes aos fatos particulares resultam da aplicação dos pressupostos do método de investigação.
- d) A renúncia às noções que cada um possui é o princípio do método de investigação, que levará a ida aos fatos particulares.
- e) O método de interpretação da natureza propõe uma nova atitude com relação às coisas e uma nova compreensão dos poderes do intelecto.

Exercício 73

(Ufsc 2018) Na obra *Meditações Metafísicas*, Descartes apresenta a dúvida metódica. Sobre esse tema, é correto afirmar que Descartes:

- 01) pratica a dúvida porque muitas das suas opiniões haviam-se mostrado falsas e desejava fundamentar bem seus conhecimentos.
- 02) propõe-se a desconfiar apenas daquelas suas opiniões que forem manifestamente falsas, mantendo as que forem relativamente seguras.
- 04) constata que os seus sentidos raramente o enganam, sendo por isso fontes confiáveis de conhecimento.
- 08) acaba dando-se conta de que a dúvida metódica impede que obtenhamos conhecimento.
- 16) pensa que as matemáticas, devido à sua clareza, não podem nos enganar.
- 32) percebe que a dúvida metódica deve ser aplicada constantemente, a fim de refutar suas opiniões tradicionais.
- 64) lembra que acreditamos nas coisas sonhadas como se fossem reais, o que estimula a dúvida sobre todas as nossas opiniões.

Exercício 74

(Unioeste 2018) O filósofo alemão Immanuel Kant formulou, na *Crítica da Razão Pura*, uma divisão do conhecimento e acesso da razão aos fenômenos. Fenômenos não são coisas; eles nomeiam aquilo que podemos conhecer das coisas, através das formas da sensibilidade (Espaço e Tempo) e das categorias do entendimento (tais como Substância, Relação, Necessidade etc.). Assim, Kant afirma que o conhecimento humano é finito (limitado por suas formas e categorias). Como poderia haver, então, algum conhecimento universalmente válido? Ele afirma que tal

conhecimento se formula num “juízo sintético *a priori*”. Juízos são afirmações; o adjetivo “sintéticos” significa que essas afirmações reúnem conceitos diferentes; “*a priori*”, por sua vez, indica aquilo que é obtido sem acesso à experiência dos fenômenos, antes deles e para que os fenômenos possam ser reunidos em um conhecimento que tenha unidade e sentido.

Com base nisso, indique a alternativa CORRETA.

- a) Para Kant, o conhecimento humano é diretamente dado pela experiência das coisas, acessíveis pelos sentidos (visão, audição, etc.).
- b) Juízos sintéticos *a priori* são afirmações de conhecimento cuja natureza é particular e que se altera caso a caso.
- c) Se a Metafísica é o conhecimento da essência das coisas elas mesmas, Kant é, na *Crítica da Razão Pura*, um defensor da Metafísica, e não um defensor da finitude do conhecimento.
- d) Para Kant, Espaço e Tempo são categorias do entendimento mediante as quais conhecemos os fenômenos.
- e) Juízos sintéticos *a priori* permitem organizar o conhecimento, dando a ele validade universal e unicidade.

Exercício 75

(Uel 2019) Leia o texto a seguir.

E se escrevo em francês, que é a língua de meu país, e não em latim, que é a de meus preceptores, é porque espero que aqueles que se servem apenas de sua razão natural inteiramente pura julgarão melhor minhas opiniões do que aqueles que não acreditam senão nos livros dos antigos. E quanto aos que unem o bom senso ao estudo, os únicos que desejo para meus juízes, não serão de modo algum, tenho certeza, tão parciais a favor do latim que recusem ouvir minhas razões, porque as explico em língua vulgar.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção “Os pensadores”. p. 79.

Com base nos conhecimentos sobre Descartes e o surgimento da filosofia moderna, assinale a alternativa correta.

- a) A língua vulgar, o francês, expressa de modo mais adequado o espírito da modernidade por estar livre dos preconceitos da língua dos doutos, o latim.
- b) Redigir o *Discurso do Método* em francês teve propósito similar à tradução da Bíblia para o alemão feita por Lutero: facilitar o acesso à sacralidade do texto em língua vulgar.
- c) O desencantamento do mundo, resultante da radical crítica cartesiana à tradição, teve como consequência o abandono da referência à divindade.
- d) As ideias expressas por Descartes em seu *Discurso do Método* refletem a postura tipicamente moderna de ruptura total com o passado.
- e) A razão natural inteiramente pura é um atributo inerente à natureza humana, independentemente da tradição ou da cultura à qual o humano se vincula.

Exercício 76

<https://www.biologiatotal.com.br/medio/filosofia/exercicios/filosofia-moderna/ex.-8-rene-descartes>

(Ufsj 2007) Segundo Montesquieu, Livro 12º: “Das leis que formam a liberdade política na sua relação com o cidadão”, é CORRETO afirmar que

- a) nas coisas que perturbam a tranquilidade ou a segurança do Estado, as ações ocultas são da alçada do poder executivo.
- b) a liberdade política consiste no cumprimento do dever ou na opinião que se tem do cumprimento do dever.
- c) as leis que condenam à morte segundo depoimento de uma única testemunha são apoiadas pela liberdade.
- d) a liberdade filosófica consiste no exercício de sua vontade ou na opinião que se tem do exercício da vontade.

Exercício 77

(Unioeste 2013) “Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. [...] E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis da natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos”.

Hobbes.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Hobbes, seguem as afirmativas abaixo:

- I. A situação dos homens, sem um poder comum que os mantenha em respeito, é de anarquia, geradora de insegurança, angústia e medo, pois os interesses egoísticos são predominantes, e o homem é lobo para o homem.
- II. As consequências desse estado de guerra generalizada são as de que, no estado de natureza, não há lugar para a indústria, para a agricultura nem navegação, e há prejuízo para a ciência e para o conforto dos homens.
- III. O medo da morte violenta e o desejo de paz com segurança levam os indivíduos a estabelecerem entre si um pacto de submissão para a instituição do estado civil, abdicando de seus direitos naturais em favor do soberano, cujo poder é limitado e revogável por causa do direito à resistência que tem vigência no estado civil assim instituído.
- IV. Apesar das leis da natureza, por não haver um poder comum que mantenha a todos em respeito, garantindo a paz e a segurança, o estado de natureza é um estado de permanente temor e perigo da morte violenta, e “a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta”.
- V. O poder soberano instituído mediante o pacto de submissão é um poder limitado, restrito e revogável, pois no estado civil permanecem em vigor os direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade, bem como o direito à resistência ao poder soberano.

Das afirmativas feitas acima

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) as afirmações I e III estão corretas.
- c) as afirmações II e IV estão incorretas.
- d) as afirmação III e V estão incorretas.
- e) as afirmações II, III e IV estão corretas.

Exercício 78

(Uem 2018) Considere os trechos selecionados abaixo.

Texto 1: “Todavia, mais do que para qualquer outro animal, é natural para o ser humano ser um animal social e político, ou seja, viver junto a muitos, como o demonstra a necessidade natural. Com efeito, no caso dos demais animais, a natureza preparou-lhes a comida; como vestimento, proveu-os de pelos; [...]. Mas a natureza não dotou o ser humano dessas coisas. Ao invés disso, foi-lhe dada a razão que o habilita a preparar tudo isso com suas mãos. Porém, como um único ser humano não é suficiente para fazer todas essas coisas, então um ser humano sozinho não pode levar, de maneira suficiente, sua vida. Logo, é natural ao ser humano que ele viva em sociedade junto a muitos.”

TOMÁS DE AQUINO. A realeza: dedicado ao rei de Chipre. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: Seed, 2009, p. 667).

Texto 2: “[...] durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra, e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida.”

(HOBBES, T. *Leviatã*, São Paulo: Abril, 1988, p. 54).

A partir dos textos acima e de teses do pensamento político de Tomás de Aquino e de Thomas Hobbes, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01) A cidade, para Tomás de Aquino, é forma superior de organização natural e visa ao bem viver do homem.
- 02) Hobbes não considera que haja uma disposição natural à socialização dos homens, sendo necessária a intervenção artificial para congregá-los em sociedade.
- 04) Para Tomás de Aquino, não é possível pensar a noção de autoridade como meio de alcançar o bem comum para todos aqueles que vivem em sociedade.
- 08) Para Hobbes, a autoridade coercitiva do Estado é o único meio de assegurar a boa convivência em sociedade.
- 16) O pensamento político de Tomás de Aquino tem origem comunitária, e o de Hobbes, origem individualista.

Exercício 79

(Uem 2009) “(...) com exceção de Rousseau, o pensamento liberal do século XVIII permanece restrito aos interesses dos proprietários e portanto elitista.” “Embora o pensamento de Montesquieu tenha sido apropriado pelo liberalismo burguês, as

suas convicções dão destaque aos interesses de sua classe e portanto o aproximam dos ideais de uma *aristocracia liberal*.”

(ARANHA, Maria L. de Arruda e MARTINS, Maria H. Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003, p. 249).

Assinale o que for **correto**.

- 01) Para Rousseau, o soberano é o povo entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos, portanto o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.
- 02) Montesquieu fundamenta-se na teoria política do contrato social de Rousseau para elaborar sua teoria da formação da sociedade civil e do Estado.
- 04) O Estado republicano, para Montesquieu, permite a melhor forma de governo, pois possibilita aos cidadãos exercer um controle eficaz sobre os governantes eleitos, limitando seu poder.

08) Na sua obra *O Espírito das Leis*, Montesquieu trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares.

16) Montesquieu elabora uma teoria do governo fundamentada na separação dos poderes, isto é, do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário, cada um desses três poderes deve manter sua autonomia; é dessa forma que se pretende evitar o abuso do poder dos governantes.

Exercício 80

(Ufsc 2019) Na obra *Meditações Metafísicas*, Descartes tece considerações sobre um pedaço de cera. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- 01) a análise da cera contradiz a dúvida metódica.
- 02) a cera é conhecida pelo poder da imaginação.
- 04) somente através do pensamento podemos obter conhecimento da essência da cera.
- 08) nossos sentidos não são uma fonte segura de conhecimento.
- 16) a análise da cera reforça a certeza de Descartes sobre sua própria mente.
- 32) a análise permite-nos concluir que a matéria é a essência dos corpos.
- 64) Descartes escolhe a cera para mostrar o poder do tato no conhecimento do mundo.

Exercício 81

(Uel 2018) Leia o texto a seguir.

Rochedos audazes sobressaindo-se por assim dizer ameaçadores, nuvens carregadas acumulando-se no céu, avançando com relâmpagos e estampidos, vulcões em sua inteira força destruidora, furacões com a devastação deixada para trás, o ilimitado oceano revoltado, uma alta queda d'água de um rio poderoso etc. tornam nossa capacidade de resistência de uma pequenez insignificante em comparação com o seu poder. Mas o seu espetáculo só se torna tanto mais atraente quanto mais

terrível ele é, contanto que, somente, nos encontremos em segurança; e de bom grado denominamos estes objetos sublimes, porque eles elevam a fortaleza da alma acima de seu nível médio e permitem descobrir em nós uma faculdade de resistência de espécie totalmente diversa, a qual encoraja a medir-nos com a aparente onipotência da natureza.

(KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. Antonio Marques e Valério Rohden. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 107.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o juízo de gosto e o sublime na estética moderna, particularmente em Kant, assinale a alternativa correta.

- a) O conceito de beleza, resultante da atividade do entendimento, permite apreender o sentido dos eventos ameaçadores, protegendo o sujeito da destruição.
- b) Os elementos da natureza compõem o núcleo da teoria kantiana do juízo de gosto, constituindo, também, parte importante da sua concepção de gênio.
- c) Os eventos naturais de proporções ameaçadoras provocam nosso interesse quando nos situam na possibilidade iminente de sermos por eles destruídos.
- d) O sublime não está contido em nenhuma coisa da natureza, e sim em nosso ânimo, quando nos tornamos conscientes de nossa superioridade à natureza.
- e) A faculdade de resistência à dimensão ameaçadora e destruidora dos eventos naturais de grande magnitude é a faculdade produtora do belo.

Exercício 82

(Uem 2017) “Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere”.

BACON, F. *Novum Organum*. In: ARANHA, M. *Filosofar com textos: temas e história da filosofia*. São Paulo: Moderna, 2012, p. 400.

A partir desse texto, assinale o que for **correto**.

- 01) Bacon acusa os racionalistas de serem dogmáticos.
- 02) O conhecimento científico elaborado como quem retira de si mesmo o conhecimento, à semelhança das aranhas, não é suficiente para Bacon.
- 04) O fazer científico, para Bacon, deve ser uma combinação de experiências empíricas e a elaboração racional desses dados.
- 08) O empirismo é o único modo correto de produzir conhecimento científico.
- 16) O conhecimento empírico anula o conhecimento racional e se contrapõe a ele.

Exercício 83

(Uem 2017) “Passemos, então, aos atributos da alma e vejamos se há alguns que existam em mim. [...] Um outro é pensar, e verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; somente ele não pode ser separado de mim. *Eu sou, eu existo*: isto é certo; mas por quanto tempo? Durante todo o tempo em que eu penso; pois talvez poderia acontecer que, seu eu parasse de pensar, ao mesmo tempo pararia de ser ou de existir. Nada admito agora que não seja obrigatoriamente verdadeiro: nada sou, então, a não ser uma coisa que pensa, ou seja, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são palavras cujo significado me era anteriormente desconhecido.”

DESCARTES, R. *Meditações*, 2ª Meditação. São Paulo: Nova Cultural, 2004, p. 260 e 261.

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) A faculdade de pensar é um atributo que não pode ser separado do sujeito, ligado intimamente ao seu *eu*.
- 02) O pensamento é um atributo ligado ao corpo do sujeito, visto que é somente por meio desse pensamento que elaboramos nossas ideias.
- 04) Os pensamentos são efêmeros, uma vez que desaparecem quando deixamos de pensar, não restando nada em nós.
- 08) Os pensamentos e o conhecimento das coisas já estão na alma humana, e é necessário rememorá-la por um ato de autorreflexão.
- 16) No processo de autoconhecimento, a primeira constatação a que se chega é que o homem é, prioritariamente, um ser que pensa, uma coisa pensante.

Exercício 84

(Uepg 2020) Sobre o pensamento ético moderno, assinale o que for **correto**.

- 01) Para o filósofo escocês David Hume, os atos morais dizem respeito a aspectos concernentes a sentimentos de aprovação ou desaprovação acerca de uma ação.
- 02) A ética kantiana se fundamenta em uma pluralidade de princípios morais.
- 04) Para Hume, toda ação de um agente moral é motivado pelos traços de caráter (virtuosos ou viciosos).
- 08) Para Kant, o entendimento da lei moral só é possível por meio de um sistema consistente, que se utilize apenas da experiência individual como lei plural, universal e hipotética.

Exercício 85

Uem 2018) “O assunto deste ensaio não é assim a chamada Liberdade da Vontade, tão desgraçadamente oposta à doutrina erroneamente intitulada Necessidade Filosófica, mas a Liberdade Civil ou Social: a natureza e os limites do poder que pode ser legitimamente exercido pela sociedade sobre o indivíduo. Uma questão raramente colocada, e mesmo dificilmente discutida, em termos gerais, mas que influencia profundamente as controvérsias práticas contemporâneas pela sua presença latente e que provavelmente logo se fará reconhecida como a questão vital do futuro. Ela está tão longe de ser nova que, num certo

sentido, dividiu a humanidade desde as eras mais remotas; mas no estágio de progresso no qual as parcelas mais civilizadas da espécie agora entraram, ela se apresenta sob novas condições e exige um tratamento diferente e mais fundamental.”

(MILL, J. S. Sobre a liberdade. In: WEFFORT, F. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, p. 200).

A partir do texto acima e de seus conhecimentos acerca do liberalismo, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01) A liberdade civil ou social, para John Stuart Mill, não pode se opor à liberdade da vontade dos indivíduos.
- 02) A liberdade dos indivíduos, para John Stuart Mill, é algo que possibilitará ao homem alcançar a felicidade em sociedade.
- 04) Democracia e liberdades cívicas não ocupam um lugar de destaque no liberalismo de John Stuart Mill.
- 08) Transformações políticas e econômicas da Inglaterra no tempo de John Stuart Mill são fundamentais para o desenvolvimento de suas posições políticas e filosóficas.
- 16) O indivíduo existe para o grupo social, de modo que suas ações devem espelhar o grupo do qual participa.

Exercício 86

(Uem 2018) “Devemos recorrer a dois princípios bastante manifestos na natureza humana. O primeiro é a *simpatia*, ou seja, a comunicação de sentimentos e paixões [...]. Tão estreita e íntima é a correspondência entre as almas dos seres humanos que, assim que uma pessoa se aproxima de mim, ela me transmite todas as suas opiniões, influenciando meu julgamento em maior ou menor grau. Embora, muitas vezes, minha simpatia por ela não chegue ao ponto de me fazer mudar inteiramente meus sentimentos e modos de pensar, raramente [a simpatia] é tão fraca que não perturbe o tranquilo curso do meu pensamento, dando autoridade à opinião que me é recomendada por seu assentimento. O segundo princípio para o qual chamarei a atenção é o da *comparação*, ou seja, a variação de nossos juízos acerca dos objetos segundo a proporção entre estes e aqueles com os quais comparamos. [...]. Nenhuma comparação é mais óbvia que a comparação conosco; por isso, ela tem lugar em todas as ocasiões e influencia a maioria de nossas paixões. Esse tipo de comparação é diretamente contrário à simpatia em seu modo de operar.”

(HUME, D. Tratado da natureza humana. In: SAVIAN FILHO, J. *Filosofia e filosofias: existência e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 272).

A partir do texto, assinale o que for **correto**.

- 01) Entende-se que a simpatia consiste na experiência na qual uma pessoa é influenciada por outra.
- 02) Para Hume, não é a razão que leva os seres humanos a agir, e sim as emoções.
- 04) Hume desenvolveu um sistema filosófico moral fundamentado na razão e nos limites dela.

08) É próprio da comparação o fechamento em si, pois aquele que compara não está sujeito à influência.

16) Simpatia e comparação não interferem diretamente em nosso comportamento moral.

Exercício 87

(Ufu 2018 - Anulada*) De acordo com o pensamento do filósofo Immanuel Kant (1724-1804), os juízos *a priori* são todos analíticos e os juízos *a posteriori* são todos sintéticos.

Assinale as alternativas que define corretamente as noções de juízo analítico e juízo sintético.

*Questão anulada, há mais de uma resposta correta.

- a) O juízo analítico é uma proposição que não pode ser pensada sem ser simultaneamente acompanhada de sua necessidade, já o juízo sintético não é uma proposição necessária.
- b) No juízo analítico, o sujeito está contido no conceito do predicado, mas, no juízo sintético, o predicado advém da experiência.
- c) No juízo analítico, o predicado pertence ao sujeito como algo que está contido nele, já no juízo sintético, o predicado está totalmente fora do conceito do sujeito.
- d) O juízo analítico é uma proposição necessária, já no juízo sintético, o predicado vai além do conceito do sujeito, acrescentando algo a esse.

Exercício 88

(Uem 2017) “É justo que se considere uma temeridade imperdoável julgar todo o curso da natureza a partir de um experimento singular, apesar da sua precisão e certeza. Mas quando uma espécie particular de eventos sempre esteve, em todos os casos, conjugada com outra, não temos nenhum escrúpulo em prever um desses eventos a partir da aparição do outro, empregando aquele raciocínio que, sozinho, nos assegura de qualquer fato ou existência. Então, chamamos um objeto de *Causa*; o outro de *Efeito*. Supomos que haja alguma conexão entre eles; alguma força, no primeiro, pela qual ele produz infalivelmente o segundo, operando com a maior certeza e a mais forte necessidade. Parece, então, que a ideia de uma conexão necessária entre os eventos surge de uma quantidade de situações similares, que decorrem da conjunção constante desses eventos.”

HUME, D. Uma investigação sobre o entendimento humano. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 107.

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) O conhecimento da natureza não pode decorrer da consideração de eventos particulares e isolados.
- 02) A noção de causa é uma força que impulsiona os objetos e a noção de efeito é a ação resultante sobre esse mesmo objeto.
- 04) A relação de causalidade se estabelece entre objetos parecidos e não necessariamente entre eventos similares.
- 08) A noção de causalidade entre objetos decorre da inferência de que há uma conexão necessária entre eventos similares e

constantes.

16) Não basta analisar um evento singular para emitir juízos sobre o curso da natureza, ainda que ele seja certo e preciso.

Exercício 89

(Uem 2018) “De que todo o nosso conhecimento comece com a experiência, não há a mínima dúvida; pois de que outro modo a faculdade de conhecer deveria ser despertada para o exercício, se não ocorresse mediante objetos que impressionam os nossos sentidos e em parte produzem espontaneamente representações, em parte põem em movimento a nossa atividade intelectual de comparar essas representações, conectá-las ou separá-las, e deste modo transformar a matéria bruta das impressões sensíveis em conhecimento de objetos, que se chama experiência? [...] Mas, ainda que todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele origina-se *da* experiência.”

(KANT, I. *Crítica da razão pura*. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 117).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) O conhecimento tem seu início na experiência sensível; isso não significa, todavia, que ele esteja preso à experiência e limitado por ela.
- 02) A faculdade de conhecer está em repouso e é despertada pela experiência sensível, sendo essa a fonte primeira do conhecimento.
- 04) As representações sensíveis das coisas são espontâneas e não precisam de qualquer interferência dos sentidos.
- 08) A faculdade de conhecer pode produzir conhecimentos por si mesma, visto que as impressões sensíveis não são a origem de todo o conhecimento.
- 16) A faculdade de conhecer opera sobre as representações das coisas advindas por meio dos sentidos e produz, assim, novos conhecimentos.

Exercício 90

(Uem 2019) “Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos, ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária; recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intato na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional.”

BACON, F. *Novo organum*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 76).

Com base no fragmento acima, assinale o que for **correto**.

01) Os “empíricos” mencionados são aqueles que afirmam a prevalência da experiência direta e constituem um saber sem forma.

02) Os “dogmáticos” mencionados são aqueles que afirmam com a autoridade própria e constituem uma razão sem matéria.

04) Pode-se afirmar que, na interpretação de Bacon, o intelecto interfere na produção do conhecimento.

08) Há na alma humana, para Bacon, algumas ideias inatas que permitiriam a compreensão dos dados captados pelos sentidos.

16) Bacon propõe a aliança da faculdade racional com a faculdade experimental até então jamais realizada.

Exercício 91

(Uem 2018) As linhas iniciais do *Discurso do Método*, de Descartes, afirmam, primeiramente, que o bom senso ou razão “é a coisa mais bem partilhada do mundo” e, posteriormente, a modo de complemento, que “não é suficiente ter o espírito bom, mas aplicá-lo bem”.

A propósito dessas frases e de conhecimentos sobre o racionalismo de Descartes, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

- 01) O uso da razão por si só não garante a identificação da verdade.
- 02) A razão não se estende à análise da moralidade, pois esta diz respeito aos costumes e aos sentimentos humanos.
- 04) Diferentemente da tradição agostiniana e escolástica, a razão cartesiana não é marcada pelo pecado original.
- 08) O bom uso da razão está vinculado a condições determinadas de sua aplicação.
- 16) A razão bem conduzida pode se voltar para os assuntos da fé e da religião.

Exercício 92

(Uem 2017) “O propósito desta crítica da razão especulativa pura consiste na tentativa de reformular o procedimento habitual da metafísica, propondo-nos deste modo uma completa revolução em relação a esta segundo o exemplo dos geômetras e pesquisadores da natureza. Ela é um tratado do método e não um sistema da própria ciência; ainda assim desenha o contorno total da metafísica, tanto no que respeita seus limites quanto à estrutura interna total de seus membros”.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 111.

A partir do texto citado, é **correto** afirmar que o projeto da *crítica* de Kant

- 01) busca ater-se apenas aos métodos das ciências teóricas, como a metafísica.
- 02) reformula o modo como são adquiridos os conhecimentos metafísicos.
- 04) volta-se para a razão especulativa, no tocante aos seus procedimentos mais recorrentes.
- 08) visa ser tão somente uma ciência pura, haja vista sua preocupação com a definição de um método próprio.

16) busca transformar a razão pura, a razão prática e a estética em um sistema científico.

Exercício 93

(Uem 2019) “Em todos os juízos em que for pensada a relação de um sujeito com o predicado (se considero apenas os juízos afirmativos, pois a aplicação aos negativos torna-se depois fácil), essa relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A, como algo que está contido (ocultamente) nesse conceito A; ou B encontra-se totalmente fora do conceito A, ainda que esteja em conexão com ele. No primeiro caso denomino o juízo de *analítico*, no outro de *sintético*.”

(KANT, I. Crítica da razão pura. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 119).

Com base nas ideias de Kant sobre juízos analíticos e sintéticos, assinale o que for **correto**.

- 01) Juízos analíticos, tais como “o triângulo tem três lados”, expressam a identidade entre sujeito e predicado.
- 02) Os princípios de nossas ações morais devem ser fundados em juízos sintéticos *a priori* teóricos, isto é, de validade universal e necessária.
- 04) De acordo com a definição de Kant, as proposições “todos os corpos ocupam lugar no espaço” e “todos os corpos são pesados” são juízos analíticos.
- 08) As proposições das ciências da natureza obtidas por meio da experiência, à medida que expressam conhecimentos verdadeiros sobre o mundo, podem ser juízos analíticos ou sintéticos.
- 16) A função do juízo analítico é elucidar aquilo que já está contido no conceito de algo, e nada acrescenta a esse conceito.

Exercício 94

(Uem 2011) O Iluminismo moderno é um período da história da Filosofia que vai dos últimos decênios do século XVII aos últimos decênios do século XVIII. Como linha filosófica, caracteriza-se pelo empenho em estender a razão como guia a todos os campos da experiência humana. Sobre o Iluminismo, assinale o que for **correto**.

- 01) Os iluministas ingleses fizeram uma crítica à Igreja oficial, pregaram a tolerância religiosa e desenvolveram uma religião natural chamada Deísmo.
- 02) Para Immanuel Kant, não há nenhuma relação entre a razão e a experiência. Fundamentado na filosofia platônica, Kant afirma que o conhecimento do mundo sensível é fruto das ideias inatas.
- 04) Tanto na França de Montesquieu quanto na Alemanha de Immanuel Kant, o Iluminismo adotou uma posição política de defesa do sufrágio universal como único instrumento para instaurar um Estado democrático.
- 08) O Iluminismo inglês teve, na teoria do pacto social de Thomas Hobbes, um dos seus expoentes, pois, ao realizar um pacto entre si, os indivíduos preservavam diante do Estado sua autonomia política.
- 16) Jean-Jacques Rousseau desenvolveu uma filosofia política inovadora ao distinguir o conceito de soberania do conceito de

governo, atribuindo, dessa maneira, ao povo, uma soberania inalienável.

Exercício 95

(Uem 2017) Acerca do belo e do juízo de gosto, assinale o que for **correto**.

- 01) Platão definiu critério objetivo e universal para a arte e a beleza ao propor que, mesmo os objetos sensíveis, devem se conformar ao “belo em si”, essência ideal e objetiva destes.
- 02) O Classicismo define uma estética normativa na qual o belo é obtido se a obra de arte atende a regras predeterminadas de proporção, produzindo, por exemplo, sensação agradável, independentemente do espectador que aprecia o objeto artístico.
- 04) Para Kant, o belo é uma propriedade objetiva do objeto belo, e o princípio do juízo estético não se refere ao conceito do objeto. É possível universalizar esse juízo porque a faculdade de julgar é comum a todo o gênero humano.
- 08) A estética contemporânea quebra a tríade belo-verdadeiro-justo, típica do pensamento clássico, como defendida por Platão na *República*. Tal ruptura permite reabilitar a representação do feio como obra de arte.
- 16) A partir do momento em que se abandona o modelo de arte como representação fiel da realidade, a obra de arte passa a ser considerada feia se, e somente se, ela for mal executada pelo artista, não correspondendo, assim, à proposta original a que este se propunha.

Exercício 96

(Uem 2020) “[...] uma observação que deverá servir de base a todo sistema social: o pacto fundamental, em lugar de destruir a igualdade natural, pelo contrário substitui por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, os quais, podendo ser desiguais na força ou no gênio, todos se tornam iguais por convenção e direito. Afirmando, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade.”

(ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. *Apud* ARANHA, M. L. de A. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 1993, p. 229).

A partir desse fragmento e do pensamento político de Rousseau, assinale o que for **correto**.

- 01) O contrato social para Rousseau se origina do consentimento unânime, em que cada associado se aliena de todos os seus direitos.
- 02) Ao alienar-se em favor da comunidade, cada associado nada perde, pois, como povo incorporado, mantém sua soberania.
- 04) A soberania do povo para Rousseau é inalienável, ou seja, não pode ser representada.
- 08) Como a vontade geral é a soma da vontade de todos (considerados individualmente), ela não pode ser a expressão da lei.

16) O homem, no pensamento político de Rousseau, é livre na medida em que oferece o livre consentimento à lei.

Exercício 97

(Ufsc 2018) Na obra *Meditações metafísicas*, Descartes apresenta a dúvida metódica. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- 01) não é possível alcançar a certeza absoluta.
- 02) a dúvida metódica visa alcançar a certeza.
- 04) a dúvida metódica nos conduz necessariamente ao ceticismo.

08) somente a religião pode nos levar ao conhecimento e à certeza.

16) a dúvida metódica atinge as opiniões vulgares, porém não atinge as ciências.

32) a hipótese do gênio maligno é introduzida para refutar a existência de Deus.

64) mediante a dúvida metódica podemos chegar à certeza de nossa existência.

Exercício 98

(Uel 2020) Leia o texto a seguir.

Na verdade, os sentidos, por si mesmos, são algo débil e enganador; nem mesmo os instrumentos destinados a ampliá-los e aguçá-los são de grande valia. E toda verdadeira interpretação da natureza se cumpre com instâncias e experimentos oportunos e adequados, onde os sentidos julgam somente o experimento e o experimento julga a natureza e a própria coisa.

BACON, F. *Aforismo sobre a interpretação da natureza e o reino do homem*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 44.

Francis Bacon, filósofo inglês nascido em 1561, contribuiu significativamente para a construção do modelo de ciência moderna.

Com base na leitura do texto e nos conhecimentos sobre a obra do filósofo, explique como o autor compreende a experimentação como base metodológica do conhecimento científico.

Exercício 99

Um dos elementos centrais do pensamento mítico e de sua forma de explicar a realidade é o apelo ao sobrenatural, ao mistério, ao sagrado, à magia. As causas dos fenômenos naturais, aquilo que acontece aos homens, tudo é governado por uma realidade exterior ao mundo humano e natural, a qual só os sacerdotes, os magos, os iniciados são capazes de interpretar. Os sacerdotes, os rituais religiosos, os oráculos servem como intermediários, pontes entre o mundo humano e o mundo divino. Os cultos e os sacrifícios religiosos encontrados nessas sociedades são, assim, formas de se agradecer esses favores ou de se aplacar a ira dos deuses.

(Danilo Marcondes. *Iniciação à história da filosofia*, 2001. Adaptado.)

Texto 2

Ao longo da história, a corrente filosófica do Empirismo foi associada às seguintes características: 1. Negação de qualquer conhecimento ou princípio inato, que deva ser necessariamente reconhecido como válido, sem nenhuma confirmação ou verificação. 2. Negação do 'suprassensível', entendido como qualquer realidade não passível de verificação e aferição de qualquer tipo. 3. Ênfase na importância da realidade atual ou imediatamente presente aos órgãos de verificação e comprovação, ou seja, no fato: essa ênfase é consequência do recurso à evidência sensível.

(Nicola Abbagnano. *Dicionário de filosofia*, 2007. Adaptado.)

Com base nos textos apresentados, comente a oposição entre o pensamento mítico e a corrente filosófica do empirismo.

Exercício 100

Ufpr 2020) “Vejo tão manifestamente que não há indício concludente algum nem marcas suficientemente certas por cujo meio se possa distinguir nitidamente a vigília do sono que me sinto inteiramente espantado; e meu espanto é tal que ele é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo”.

(DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.) *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 155.)

Na passagem acima, Descartes apresenta um argumento para que se duvide das percepções sensíveis. Aponte e explique o argumento do autor.

Exercício 101

(Ufpr 2020) “Eu já me persuadira de que não havia nada no mundo, de que não havia céu algum, terra alguma, espíritos alguns, nem corpos alguns; não me persuadi, então, de que eu tampouco existia? Com certeza, não; eu existia sem dúvida, se me persuadi de algo ou se apenas pensei algo”.

(DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M.E. (Orgs.) *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 160-1.)

Por que, de acordo com Descartes, não há como negar a existência do Eu ou do Sujeito do pensamento?

Exercício 102

(Ufjf-pism 3 2018) Leia a frase abaixo:

“Porém, igual a um homem que caminha solitário e na absoluta escuridão, decidi ir tão lentamente, e usar de tanta ponderação em todas as coisas, que, mesmo se avançasse muito pouco, ao menos evitaria cair.”

(DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999. P. 48.)

No trecho, Descartes advoga a prudência cética no trato do conhecimento. Com base nessa atitude comum entre filósofos responda:

Qual é o papel da dúvida na busca pelo conhecimento?

Exercício 103

(Ufu 2013) Suporei, portanto, que há não um Deus ótimo, fonte soberana da verdade, mas algum gênio maligno, e ao mesmo tempo, sumamente poderoso e manhoso, que põe toda a sua indústria em que me engane: pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas externas nada mais são do que ludíbrios dos sonhos, ciladas que ele estende à minha credulidade.

DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Primeira Meditação /12/, Tradução de Fausto Castilho. Campinas: IFCH- Unicamp, 1999, p. 25

- Qual é, para Descartes, a relação existente entre o gênio maligno e a coisa pensante (*Res cogitans*)?
- Que argumento é utilizado por Descartes para afirmar a existência do Mundo?

Exercício 104

(Uel 2012) Leia o texto a seguir.

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

(DESCARTES, René. *Meditações*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.100 - Coleção Os Pensadores.)

A partir do texto e dos conhecimentos acerca de Descartes:

- Apresente o propósito e os graus da dúvida metódica.
- Demonstre como Descartes descobre que o pensamento é a verdade primeira.

Exercício 105

(Uel 2019) Leia o texto a seguir.

Mesmo supondo que as faculdades racionais de Adão fossem inteiramente perfeitas desde o primeiro momento, ele não poderia ter inferido da fluidez e da transparência da água que ela o afogaria, ou da luz e do calor do fogo, que este o consumiria. Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, tanto as causas que o produziram como os efeitos que surgirão dele; nem pode nossa razão, sem o auxílio da

experiência, jamais tirar uma inferência acerca da existência real e de um fato.

HUME, D. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 50.

Com base na interpretação do texto, explique o conceito de causalidade na epistemologia de David Hume.

Exercício 106

(Ufpr 2018) “Parece evidente que, se todas as cenas da natureza fossem continuamente alteradas de tal maneira que jamais dois acontecimentos tivessem qualquer semelhança um com o outro mas cada objeto fosse sempre inteiramente novo, sem nenhuma semelhança com qualquer coisa que se tivesse visto antes, jamais teríamos, nesse caso, alcançado a mais tênue ideia de necessidade, ou de uma conexão entre esses objetos”.

(Hume, D. Uma Investigação sobre o Entendimento Humano, Seção 8, In: *Antologia de textos filosóficos*, SEED, 2009, p. 378.)

Com base na passagem acima e no conjunto do texto, responda: segundo Hume, como se forma a ideia de necessidade? Por que essa ideia não teria lugar se “as cenas da natureza se alterassem continuamente”?

Exercício 107

(Unesp 2018) Se um estranho chegasse de súbito a este mundo, eu poderia exemplificar seus males mostrando-lhe um hospital cheio de doentes, uma prisão apinhada de malfeitores e endividados, um campo de batalha salpicado de carcaças, uma frota naufragando no oceano, uma nação desfalecendo sob a tirania, fome ou pestilência. Se eu lhe mostrasse uma casa ou um palácio onde não houvesse um único aposento confortável ou aprazível, onde a organização do edifício fosse causa de ruído, confusão, fadiga, obscuridade, e calor e frio extremados, ele com certeza culparia o projeto do edifício. Ao constatar quaisquer inconveniências ou defeitos na construção, ele invariavelmente culparia o arquiteto, sem entrar em maiores considerações.

(David Hume. *Diálogos sobre a religião natural*, 1992. Adaptado.)

- Explicita o tema filosófico abordado no texto e sua relação com a criação do mundo.
- Explique como os argumentos do filósofo evidenciam um ponto de vista empirista (fundamentado na experiência) e cético (baseado na dúvida), em contraste com uma concepção metafísica sobre o tema.

Exercício 108

(Ufu 2018) De acordo com Kant, filósofo alemão que viveu entre 1724 e 1804,

“Nenhum conhecimento em nós precede a experiência e todo conhecimento começa com ela. Mas, embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina da experiência. Pois, poderia bem acontecer que,

mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que nossa própria faculdade de conhecimento fornece de si mesma. (...) Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência.”

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Introdução, São Paulo, Abril Cultural, 1980, coleção Os Pensadores (adaptado).

Já Hume, filósofo escocês que viveu entre 1713 e 1784, cuja obra despertara o maior interesse em Kant, por sua vez escrevera

“O hábito é, pois, o grande guia da vida humana. É aquele princípio único que faz com que nossa experiência nos seja útil e nos leve a esperar, no futuro, uma sequência de acontecimentos semelhantes aos que se verificaram no passado. Sem a ação do hábito, ignoraríamos completamente toda questão de fato além do que está imediatamente presente à memória ou aos sentidos”

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, Seção IV, Parte II, 36. São Paulo, Abril Cultural, coleção Os Pensadores.

Comparando-se os trechos dos escritos desses dois pensadores, explique

- o que é o ceticismo de Hume.
- de que maneira cada um desses filósofos considera a experiência dos sentidos.

Exercício 109

(Unesp 2016) Suponhamos, pois, que a mente é um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra: da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento.

(John Locke. *Ensaio acerca do entendimento humano* [publicado originalmente em 1690], 1999. Adaptado.)

Qual é a interpretação de Locke sobre as ideias inatas? Explique quais foram as implicações do pensamento desse filósofo no que se refere à metafísica.

Exercício 110

(Unesp 2010) Segundo John Locke, filósofo britânico do século XVII, a mente humana é como uma tábua rasa, uma folha em branco na qual a experiência deixa suas marcas. Responda a qual escola filosófica ele pertenceu e explique duas de suas características.

Exercício 111

(Uel 2020) Leia os textos a seguir.

Nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe, existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo, conforme seja maior ou menor a *virtú* de quem o conquistou. Aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados. Consideremos Ciro e os demais conquistadores ou fundadores de reinos: acharemos todos admiráveis. Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes apossasse. E sem a ocasião a *virtú* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtú*, a ocasião teria seguido em vão.

Adaptado de: MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, capítulo VI. 2.ed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.24.

Como a vida de um príncipe não é duradoura, o Estado inevitavelmente se arruinará logo que a *virtú* deste vier a faltar. Disto decorre que os reinos, cuja sorte depende da *virtú* de um único homem, são pouco duráveis, porque aquela *virtú* se extingue com a morte deste e, raras vezes, acontece que seja recuperada pelo seu sucessor.

Adaptado de MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Livro I, capítulo XI. 3. ed. rev. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1994. pp. 58-59.

Com base na leitura dos textos de Maquiavel, disserte sobre o significado da *virtú* na ação política do príncipe diante das vicissitudes da *fortuna*.

Exercício 112

(Uel 2018) Leia os textos a seguir.

Como é meu intento escrever algo útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que pelo que delas se possa imaginar. Muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca se viram e que jamais existiram verdadeiramente.

(Adaptado de: MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.63. Cap. XV.)

A preocupação de Maquiavel em suas obras é o Estado. Não o melhor Estado, aquele tantas vezes imaginado, mas que nunca existiu. Mas o Estado real, capaz de assegurar a ordem. Seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta. Daí a ênfase na “verdade efetiva das coisas”. Isso leva Maquiavel a se perguntar: como fazer reinar a ordem, como instaurar um Estado estável?

(Adaptado de: SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In. WEFFORT, F. (org.). *Os Clássicos da Política*. vol.1. 13.ed. São Paulo: Ática, 2001. p.17.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre o pensamento político de Maquiavel, apresente a relação entre a busca da “verdade efetiva das coisas” e o modo como o príncipe deve pautar sua ação política tendo em vista a estabilidade e a ordem do Estado.

Exercício 113

(Ufu 2017) A respeito da filosofia política de Maquiavel, leia a citação a seguir.

Maquiavel certamente se dirige a um príncipe, mas trata-se de um *príncipe novo*, não um desses miseráveis tiranetes que, para usar astúcias e violências, contudo só sabem rastejar ao rés de uma História privada de sentido, mas a um homem de *virtú*, sem tradição dinástica, sem raiz no mundo da feudalidade, ocupado apenas com a conquista do poder e a quem é importante dar a convicção de que terá o povo ao seu lado.

LEFORT, C. A primeira figura da filosofia da práxis. In: QUIRINO, C. G.; SOUZA, M. T. S. de (Orgs). *O pensamento político clássico*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: T. A Queirós, 1980, p. 9/10 – grifos do autor.

Responda:

- O que é *Virtú* na obra *O Príncipe*, de Maquiavel?
- Com base na mesma obra, e na citação, descreva como deve ser a relação do novo príncipe com o povo.

Exercício 114

(Unesp 2016) Texto 1

Sócrates – Ao atingir os cinquenta anos, os que tiverem se distinguido em tudo e de toda maneira, no seu agir e nas ciências, deverão ser levados até o limite e forçados a elevar a parte luminosa da sua alma ao Ser que ilumina todas as coisas. Então, quando tiverem vislumbrado o bem em si mesmos, usá-lo-ão como um modelo para organizar a cidade, os particulares e a sua própria pessoa, pelo resto da sua vida. Passarão a maior parte do seu tempo estudando a filosofia e, quando chegar sua vez, suportarão trabalhar nas tarefas de administração e governo, por amor à cidade, pois que verão nisso um dever indispensável. Assim, depois de terem formado sem cessar homens que lhes sejam semelhantes, para lhes deixar a guarda da cidade, irão habitar as ilhas dos bem-aventurados.

Glauco – São mesmo belíssimos, Sócrates, os governantes que modelaste como um escultor!

(Platão. *A República*, 2000. Adaptado.)

Texto 2

Origina-se aí a questão a ser discutida: se é preferível ao príncipe ser amado ou temido. Responder-se-á que se preferiria uma e outra coisa; porém, como é difícil unir, a um só tempo, as

qualidades que promovem aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se veja obrigado a falhar numa das duas. Os homens costumam ser ingratos, volúveis, covardes e ambiciosos de dinheiro; enquanto lhes proporcionas benefícios, todos estão contigo. Todavia, quando a necessidade se aproxima, voltam-se para outra parte. Os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que for conveniente, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona.

(Maquiavel. *O Príncipe*, 2000. Adaptado.)

Considerando os conceitos filosóficos de “idealismo”, “metafísica” e “ética”, explique as diferenças entre as concepções de política formuladas por Platão e por Maquiavel.

Exercício 115

(Ufu 2015) A respeito da fortuna, Maquiavel escreveu:

[...] penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção “Os Pensadores”. p. 103.

Com base na citação, responda:

- O que é a fortuna para Maquiavel?
- Como deve agir o príncipe em relação à fortuna?

Exercício 116

(Unesp 2014) Texto 1

A verdade é esta: a cidade onde os que devem mandar são os menos apressados pela busca do poder é a mais bem governada e menos sujeita a revoltas, e aquela onde os chefes revelam disposições contrárias está ela mesma numa situação contrária. Certamente, no Estado bem governado só mandarão os que são verdadeiramente ricos, não de ouro, mas dessa riqueza de que o homem tem necessidade para ser feliz: uma vida virtuosa e sábia.

(Platão. *A República*, 2000. Adaptado.)

Texto 2

Um príncipe prudente não pode e nem deve manter a palavra dada quando isso lhe é nocivo e quando aquilo que a determinou não mais exista. Fossem os homens todos bons, esse preceito seria mau. Mas, uma vez que são pérfidos e que não a manteriam a teu respeito, também não te vejas obrigado a cumpri-la para com eles. Nunca, aos príncipes, faltaram motivos para dissimular quebra da fé jurada.

(Maquiavel. *O Príncipe*, 2000. Adaptado.)

Comente as diferenças entre os dois textos no que se refere à necessidade de virtudes pessoais para o governante de um Estado.

Exercício 117

(Unesp 2013) Texto 1

Para santo Tomás de Aquino, o poder político, por ser uma instituição divina, além dos fins temporais que justificam a ação política, visa outros fins superiores, de natureza espiritual. O Estado deve dar condições para a realização eterna e sobrenatural do homem. Ao discutir a relação Estado-Igreja, admite a supremacia desta sobre aquele. Considera a Monarquia a melhor forma de governo, por ser o governo de um só, escolhido pela sua virtude, desde que seja bloqueado o caminho da tirania.

Texto 2

Maquiavel rejeita a política normativa dos gregos, a qual, ao explicar “como o homem deve agir”, cria sistemas utópicos. A nova política, ao contrário, deve procurar a verdade efetiva, ou seja, “como o homem age de fato”. O método de Maquiavel estipula a observação dos fatos, o que denota uma tendência comum aos pensadores do Renascimento, preocupados em superar, através da experiência, os esquemas meramente dedutivos da Idade Média. Seus estudos levam à constatação de que os homens sempre agiram pelas formas da corrupção e da violência.

(Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins. *Filosofando*, 1986. Adaptado.)

Explique as diferentes concepções de política expressadas nos dois textos.

Exercício 118

(Unesp 2012) “O homem é o lobo do homem” é uma das frases mais repetidas por aqueles que se referem a Hobbes. Essa máxima aparece coroada por uma outra, menos citada, mas igualmente importante: “guerra de todos contra todos”. Ambas são fundamentais como síntese do que Hobbes pensa a respeito do estado natural em que vivem os homens. O estado de natureza é o modo de ser que caracterizaria o homem antes de seu ingresso no estado social. O altruísmo não seria, portanto, natural. No estado de natureza o recurso à violência generaliza-se, cada qual elaborando novos meios de destruição do próximo, com o que a vida se torna “solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta, na qual cada um é lobo para o outro, em guerra de todos contra todos”. Os homens não vivem em cooperação natural, como fazem as abelhas e as formigas. O acordo entre elas é natural; entre os homens, só pode ser artificial. Nesse sentido, os homens são levados a estabelecer contratos entre si. Para o autor do *Leviatã*, o contrato é estabelecido unicamente entre os membros do grupo, que, entre si, concordam em renunciar a seu direito a tudo para entregá-lo a um soberano capaz de promover a paz. Não submetido a nenhuma lei, o soberano absoluto é a própria fonte legislativa. A obediência a ele deve ser total.

(João Paulo Monteiro. *Os Pensadores*, 2000.)

Caracterize a diferença entre estado de natureza e vida social, segundo o texto, e explique por que a é atribuída a Hobbes a concepção política de um “absolutismo sem teologia”.

Exercício 119

(Ufu 2008) Leia a afirmação a seguir e responda.

A função que Hobbes atribui ao pacto de união é a de fazer passar a humanidade do estado de guerra para o estado de paz, instituindo o poder soberano.

BOBBIO, Norberto. *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p. 43.

- Por que, sem o pacto, não há paz entre os homens?
- Por que a instituição do poder soberano é resultado de uma passagem?

Exercício 120

(Uel 2017) Leia os textos a seguir.

A natureza fez os homens tão iguais quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isso em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele.

Desta igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins. Portanto, se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro.

HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 107-108.

Tendo como referência a obra *O Leviatã*, de Thomas Hobbes, e essas passagens, como Hobbes concebe as relações humanas e as relaciona com a política?

Exercício 121

Leia o texto a seguir.

Tendo o homem nascido com um direito à liberdade perfeita e em pleno gozo de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, da mesma forma que qualquer outro homem ou grupo de homens no mundo; tem ele por natureza o poder não apenas de preservar sua propriedade – ou seja, sua vida, sua liberdade, seus bens –

contra as depredações e intentos de outros homens, como também de julgar e punir as violações dessa lei por outros. [...] Sempre que qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de modo que cada um renuncie ao poder executivo da lei da natureza e o confie ao público, então, e somente então, haverá uma sociedade política ou civil.

Adaptado de LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo: ensaio referente à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. §§ 87- 88. In: LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Com base na leitura do texto, discorra sobre como Locke fundamenta a formação da sociedade política.

Exercício 122

(Uel 2015) Leia os fragmentos a seguir.

A monarquia absoluta é incompatível com a sociedade civil, não podendo ser uma forma de governo civil, porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em seu próprio caso, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar por qualquer dano que lhe causem ou controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão que obedecer.

[...]

Quem julgará se o príncipe ou o legislativo agem contrariamente ao encargo recebido? A isto respondo: O povo será o juiz; porque quem poderá julgar se o depositário ou o deputado age bem e de acordo com o encargo a ele confiado senão aquele que o nomeia, devendo, por tê-lo nomeado, ter ainda o poder para afastá-lo quando não agir conforme seu dever?

Adaptado de: LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo (ou Ensaio sobre o Governo Civil)*. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.250 e p.312.

Com base nos fragmentos e nos conhecimentos sobre a filosofia política de John Locke, descreva o modelo de governo civil proposto pelo filósofo.

Exercício 123

Leia os textos a seguir.

A única maneira de instituir um tal poder comum é conferir toda sua força e poder a um homem ou a uma assembleia de homens. É como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado.

(Adaptado de: HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.109. Coleção Os Pensadores.)

O ponto de partida e a verdadeira constituição de qualquer sociedade política não é nada mais que o consentimento de um número qualquer de homens livres, cuja maioria é capaz de se unir e se incorporar em uma tal sociedade. Esta é a única origem possível de todos os governos legais do mundo.

(Adaptado de: LOCKE, J. *Segundo tratado do governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.141. Coleção Os Pensadores.)

A partir da análise dos textos e dos conhecimentos sobre o jusnaturalismo e contratualismo no que se refere à instituição do Estado, explique as diferenças entre o contrato proposto por Hobbes e o proposto por Locke.

Exercício 124

(Ufu 2019) Se separar-se, pois, do pacto social aquilo que não pertence à sua essência, ver-se-á que ele se reduz aos seguintes termos: 'Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] essa pessoa pública, que se forma desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de *cidade* e, hoje, o de *república* ou de *corpo político* o qual é chamado por seus membros de *Estado* quando passivo, *soberano*, quando ativo, e *potência*, quando comparado aos seus semelhantes. Quanto aos associados, recebem eles, coletivamente, o nome de *povo* e se chama, em particular, *cidadãos* enquanto partícipes da autoridade soberana e *súditos* enquanto submetidos à autoridade do Estado. Estes termos, no entanto, confundem-se frequentemente e são usados, indistintamente; basta saber distingui-los quando são empregados com inteira precisão.'

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Coleção Os Pensadores. Tradução: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 39. (Adaptado)

- Explique por que a expressão "Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral" não conduz a um regime autoritário.
- Disserte, a partir do excerto acima, sobre a diferença entre cidadãos e súditos na teoria do *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau.

Exercício 125

(Unesp 2017) **Texto 1**

Entre os que se consideram a parte civilizada da Humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivas para a determinação da propriedade, ainda vigora esta lei original da natureza e, em virtude dessa lei, o peixe que alguém apanha no oceano torna-se propriedade daquele que teve o trabalho de apanhá-lo, pelo esforço que o retira daquele estado comum em que natureza o deixou. Deus, ao dar o mundo em comum a todos os homens,

ordenou-lhes também que trabalhassem. Aquele que, em obediência a esta ordem de Deus, dominou, lavrou e semeou parte da terra, anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia, a que nenhum outro tinha direito.

Locke. *Ensaio acerca do entendimento humano*, 1991. Adaptado.

Texto 2

Ora, nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil, é impedido pela piedade natural de fazer mal a alguém. Mas, desde o instante em que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos que se impôs regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas.

Rousseau. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, 1991. Adaptado.

Qual a diferença entre os dois textos no tocante à origem do direito à propriedade? A partir dos textos, explique como os autores influenciaram o desenvolvimento do pensamento liberal e do pensamento socialista.

Exercício 126

(Ufpr 2012) Considere a afirmação de Rousseau abaixo:

"Por serem os laços da servidão formados unicamente pela dependência mútua dos homens e pelas necessidades recíprocas que os unem, é impossível subjugar um homem sem antes tê-lo colocado na situação de não poder viver sem o outro, situação essa que, por não existir no estado de natureza, nele deixa cada um livre do jugo e torna inútil a lei do mais forte".

(*Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, primeira parte)

Levando em conta o trecho acima, explique:

Por que, segundo Rousseau, seria difícil explicar ao homem selvagem o que é a servidão e a dominação?

Exercício 127

(Ufmg 2010) Leia estes dois trechos:

E há de se entender o seguinte: que um príncipe [...] não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe vencer e conservar o Estado. Os

meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados [...]

MAQUIAVEL, *O Príncipe*. Trad. L. Xavier. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1979, XVIII, pp. 74-75.

Num combate da guerra civil contra Cina, um soldado de Pompeu, tendo matado involuntariamente o irmão, que era do partido contrário, ali mesmo matou-se de vergonha e tristeza; e alguns anos depois, numa outra guerra civil desse mesmo povo, um soldado, por haver matado o irmão, pediu recompensa a seus comandantes. Explicamos mal a honestidade e a beleza de uma ação por meio de sua utilidade; e concluímos mal ao estimar que todos estejam obrigados a ela e que ela seja honesta para todos se for útil.

MONTAIGNE, *Os Ensaios*. Trad. R. C. Abílio. São Paulo: Martinus Fontes, 2001, III, 1, p. 25.

Nos dois trechos, os filósofos, que viveram no início da Era Moderna, propõem duas perspectivas distintas □ a da vida política e a da vida privada □, para a apreciação do valor das ações humanas.

Cada uma dessas duas perspectivas gera, por sua vez, critérios distintos de avaliação.

A partir da leitura dos dois trechos transcritos, redija três textos,

- um, contrastando as duas perspectivas propostas.
- um, identificando os critérios que cada um dos dois autores adota para avaliar as ações humanas.
- um, argumentando a favor de ou contra a possibilidade de se conciliarem as duas perspectivas.

Exercício 128

(Ufmg)



Preparo da Carne Humana em Episódio Canibal. Gravura de Theodore de Bry que ilustra os relatos das viagens de Hans Staden ao Brasil. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva Metalivros, 1999. p. 70.

A propósito da prática de canibalismo entre os selvagens do Novo Mundo, Montaigne escreveu:

“Não me aborrece que salientemos o horror barbaresco que há em tal ação [o canibalismo], mas sim que, julgando com acerto sobre as faltas deles, sejamos tão cegos para as nossas. Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo que em comê-lo morto, em dilacerar por tormentos e por torturas um corpo ainda cheio de sensibilidade, assá-lo aos poucos, fazê-lo ser mordido e rasgado por cães e porcos [...] do que assá-lo e comê-lo depois que ele morreu. (...)”

Portanto bem podemos chamá-los de bárbaros com relação às regras da razão, mas não com relação a nós, que os sobrepujamos em toda espécie de barbárie.”

MONTAIGNE, M. Dos canibais. *Ensaaios*, Livro I. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000. p. 313-314.

Com base na leitura desse trecho e considerando outras ideias contidas nessa obra de Montaigne, identifique e comente o objetivo do filósofo no capítulo citado de *Ensaaios*

Exercício 129

(Uffj-pism 3 2020) Qual é a relação entre liberdade e conhecimento? Redija sua resposta tendo em vista o texto de Immanuel Kant: "Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?".

Exercício 130

(Ufpr 2019) É tão cômodo ser menor. Posso um livro que faz as vezes de meu entendimento; um guru espiritual, que faz as vezes de minha consciência; um médico, que decide por mim a dieta etc.; assim não preciso eu mesmo dispender nenhum esforço. Não preciso necessariamente pensar, se posso apenas pagar; outros se incumbirão por mim dessa aborrecida ocupação.

(KANT, I. Resposta à questão: O que é esclarecimento? Trad. Vinicius de Figueiredo. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 407.)

Na passagem citada acima, Kant apresenta alguns exemplos para sua tese de que o homem, mesmo já sendo adulto, prefere muitas vezes permanecer na menoridade. Considerando essa tese, discorra sobre a diferença entre “menoridade” e “esclarecimento”, em Kant, e explique em que sentido o homem pode ser considerado culpado por não atingir o esclarecimento.

Exercício 131

(Ufpr 2018) “Para este esclarecimento, não é exigido nada mais senão liberdade; e, aliás, a mais inofensiva de todas as espécies, a saber, aquela de fazer em todas as circunstâncias *uso público* da sua razão. Só que ouço clamarem de todos os lados: *não raciocineis!* O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai! O conselheiro fiscal diz: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote: não raciocineis, mas crede! (Somente um único senhor no mundo diz: raciocinai tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes; *mas*

obedece!). Por toda parte, o que se vê é limitação da liberdade. Porém, qual limitação à liberdade é contrária ao esclarecimento? Qual não o é, sendo-lhe, antes, favorável?”.

(KANT, Immanuel. Resposta à questão: O que é esclarecimento? Trad. Vinicius de Figueiredo. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 408-409.)

Considerando a passagem acima e o conjunto do texto citado, responda: O que é esclarecimento? Qual a condição básica para se atingir o esclarecimento? Qual o ponto em comum na ação do oficial, do conselheiro fiscal e do sacerdote que obstrui o esclarecimento? Por que Frederico II destoa dessas vozes? Qual o uso da razão que pode ser limitada sem que isso “prejudique sensivelmente o progresso do esclarecimento”?

Exercício 132

(Ufpr 2019) O cidadão não pode recusar-se a arcar com os impostos que lhe são cobrados; uma censura impertinente de tais taxas, na ocasião em que deve pagá-las, pode até mesmo ser punida como um escândalo [...]. Apesar disso, o mesmo indivíduo não age contra o dever de um cidadão, quando, na condição de instruído, exprime publicamente seus pensamentos contra a impropriedade ou mesmo injustiça de tais imposições.

(KANT, I. Resposta à questão: O que é esclarecimento? Trad. Vinicius de Figueiredo. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 410.)

Como fica claro na passagem acima, para Kant os homens não poderiam agir segundo o próprio entendimento quando se trata de cumprir as leis. Construa uma argumentação mostrando em que sentido essa afirmação não constitui uma contradição em relação à defesa que o filósofo faz, no conjunto do texto, de um uso autônomo do entendimento.

Exercício 133

(Ufpr 2018) “Aqui as coisas humanas revelam um curso estranho e não esperado, como também, quando o consideramos em larga escala, quase tudo nele é paradoxal. Um grau maior de liberdade civil parece vantajoso à liberdade de espírito do povo, e lhe coloca, entretanto, barreiras intransponíveis; um grau menor da mesma, em contrapartida, proporciona a este o espaço para expandir-se conforme todas as suas capacidades”.

(KANT, Immanuel. Resposta à questão: O que é esclarecimento? Trad. Vinicius de Figueiredo. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 415.)

Tendo em vista essa passagem e o conjunto do texto, responda: Qual o paradoxo identificado por Kant? É correto afirmar que, segundo Kant, quanto maior o grau de liberdade de um povo,

maior o grau de esclarecimento que ele atinge? Explique. Em que sentido essa parte final do texto volta a se relacionar com Frederico II?

Exercício 134

(Ufpr 2018) Apresente três argumentos que permitiriam afirmar que Sócrates seria o exemplo de um homem esclarecido no sentido pensado por Kant?

Exercício 135

(Uel 2017) Leia o texto a seguir.

Seduzido por uma tal prova de força da razão, o impulso de ir mais além não vê limites. A leve pomba, ao sulcar livremente o ar, cuja resistência sente, poderia crer que, no vácuo, melhor ainda conseguiria desferir seu voo. Foi precisamente assim que Platão, abandonando o mundo dos sentidos que encerra o entendimento em limites tão estreitos, lançou-se nas asas das ideias pelo espaço vazio do entendimento puro. Não reparou que os seus esforços não logravam abrir caminho, porque não tinha um ponto de apoio, como que um suporte, em que se pudesse firmar as suas forças para mover o entendimento. É, porém, o destino corrente da razão humana, na especulação, concluir o seu edifício tão cedo quanto possível e só depois examinar se ele possui bons fundamentos.

Adaptado de: KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 3. ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. p. 41-42.

Com base no texto e na epistemologia de Kant, disserte acerca de sua crítica ao conhecimento humano.

Exercício 136

(Unesp 2013) *Preguiça e covardia são as causas que explicam por que uma grande parte dos seres humanos, mesmo muito após a natureza tê-los declarado livres da orientação alheia, ainda permanecem, com gosto, e por toda a vida, na condição de menoridade. É tão confortável ser menor! Tenho à disposição um livro que entende por mim, um pastor que tem consciência por mim, um médico que prescreve uma dieta etc.: então não preciso me esforçar. A maioria da humanidade vê como muito perigoso, além de bastante difícil, o passo a ser dado rumo à maioridade, uma vez que tutores já tomaram para si de bom grado a sua supervisão. Após terem previamente embrutecido e cuidadosamente protegido seu gado, para que estas pacatas criaturas não ousem dar qualquer passo fora dos trilhos nos quais devem andar, os tutores lhes mostram o perigo que as ameaça caso queiram andar por conta própria. Tal perigo, porém, não é assim tão grande, pois, após algumas quedas, aprenderiam finalmente a andar; basta, entretanto, o perigo de um tombo para intimidá-las e aterrorizá-las por completo para que não façam novas tentativas.*

(Immanuel Kant, *apud* Danilo Marcondes. *Textos básicos de ética – de Platão a Foucault*, 2009. Adaptado.)

O texto refere-se à resposta dada pelo filósofo Kant à pergunta sobre “O que é o Iluminismo?”. Explique o significado da oposição por ele estabelecida entre “menoridade” e “autonomia intelectual”.

Exercício 137

(Ufmg 2013) Os filósofos têm procurado resolver dilemas morais recorrendo a princípios gerais que permitiriam ao agente encontrar a decisão correta para toda e qualquer questão moral. Na filosofia moderna foram apresentados dois princípios dessa natureza, que podem ser formulados do seguinte modo:

- I. Princípio do Imperativo Categórico: *Age de modo que a máxima de tua ação possa ao mesmo tempo se converter em lei universal*
- II. Princípio da Maior Felicidade: *Dentre todas as ações possíveis, escolha aquela que produzirá uma quantidade maior de felicidade para os afetados pela ação.*

Imagine a seguinte situação:

Um trem desgovernado vai atingir cinco pessoas que trabalham desprevenidas sobre os trilhos. Alguém observando a situação tem a chance de evitar a tragédia, bastando para isso que ele acione uma alavanca que está ao seu alcance e que desviará o trem para outra linha. Contudo, ao ser desviado de sua trajetória, o trem atingirá fatalmente uma pessoa que se encontra na outra linha. O observador em questão deve tomar uma decisão que altera significativamente o destino das pessoas envolvidas na situação.

Essa situação é típica de um dilema moral, pois qualquer que seja a nossa decisão, ela terá implicações que preferiríamos evitar. Considere os princípios morais I e II acima e RESPONDA às seguintes questões:

- a) Se o observador em questão fosse um adepto do Princípio I, ele deveria ou não alterar a trajetória do trem? Como ele justificaria a sua decisão?
- b) Se o observador em questão fosse um adepto do Princípio II, ele deveria ou não alterar a trajetória do trem? Como ele justificaria a sua decisão?

Exercício 138

(Ufmg 2011) Leia estes dois trechos:

TRECHO 1

Em todas as épocas do pensamento, um dos mais fortes obstáculos à aceitação da Utilidade ou da Felicidade como critério do certo e do errado tem sido extraído da ideia de justiça.

MILL, John Stuart. *O Utilitarismo*. Tradução de Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 2000. Cap. V, p. 69.

TRECHO 2

A justiça segue sendo o nome adequado para certas utilidades sociais que são muito mais importantes e, portanto, mais absolutas e imperativas do que quaisquer outras

consideradas como classe (embora não mais do que outras possam sê-lo em casos particulares). Elas devem, por isso, ser protegidas, como de fato naturalmente o são, por um sentimento diferente não só em grau mas em qualidade, distinto, tanto pela natureza mais definida de seus ditames como pelo caráter mais severo de suas sanções, do sentimento mais moderado que se liga à simples ideia de promover o prazer ou a conveniência dos homens.

Ibidem, p. 94.

Com base na leitura desses dois trechos e considerando outros elementos presentes no capítulo citado da obra de Mill, responda:

- Qual é o obstáculo ao princípio de utilidade que, segundo o autor, tem sido extraído da ideia de justiça?
- Qual é o argumento utilizado pelo autor para enfrentar esse obstáculo e demonstrar que não há incompatibilidade entre as regras da justiça e o princípio da maior felicidade?

Exercício 139

(Unesp 2011) “O Iluminismo é a saída do homem de um estado de menoridade que deve ser imputado a ele próprio. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio intelecto sem a guia de outro. Imputável a si próprios é esta menoridade se a causa dela não depende de um defeito da inteligência, mas da falta de decisão e da coragem de servir-se do próprio intelecto sem ser guiado por outro. Sapere aude! Tem a coragem de servires de tua própria inteligência!”

(Immanuel Kant, 1784.)

Esse texto do filósofo Kant é considerado uma das mais sintéticas e adequadas definições acerca do Iluminismo. Justifique essa importância comentando o significado do termo “menoridade”, bem como os fatores sociais que produzem essa condição, no campo da religião e da política.

GABARITO

Exercício 1

- René Descartes.

Exercício 2

- Hobbes e o seu conceito clássico de soberania, entendido como o princípio que dá vida e movimento ao corpo inteiro do Estado, por sua vez criado pelo artifício humano para a sua proteção e segurança.

Exercício 3

- é de inspiração iluminista e liberal, sob influência de grandes pensadores do século XVIII, tais como Locke e Rousseau.

Exercício 4

- afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.

Exercício 5

- Locke é um representante do empirismo e Descartes é um representante do racionalismo.

Exercício 6

- A separação e independência entre os poderes é uma das condições fundamentais para que os cidadãos possam exercer sua liberdade.

Exercício 7

- da autonomia para fazer uso próprio da razão sem a tutela de outrem.

Exercício 8

- Montaigne argumenta que a filosofia é brincalhona e jovial, aberta a muitos, inclusive para as crianças.

Exercício 9

- da experiência com os objetos reais e empíricos.

Exercício 10

- 2, 4, 1, 3.

Exercício 11

- um pensamento científico racional afastado de paixões e preconceitos.

Exercício 12

- A condição natural do homem é de guerra de todos contra todos. Resolver tal condição é possível apenas com um poder estatal pleno.

Exercício 13

- A dúvida, o questionamento rigoroso e o espírito crítico são fundamentos do pensamento filosófico moderno.

Exercício 14

- contratualismo, manifesto na reação ao Antigo Regime e na defesa dos direitos de cidadania.

Exercício 15

- O imperativo categórico vincula a conduta moral a uma norma universal.

Exercício 16

d) Monarquia Absolutista.

Exercício 17

a) deontológica ou kantiana.

Exercício 18

c) a mudança da maneira com que os filósofos da modernidade passaram a pensar a realidade foi radical em relação aos antigos, representando uma ruptura com um tipo de saber retórico e a adoção de um pensamento focado na pesquisa sobre os fatos e as coisas.

Exercício 19

e) Maquiavel defende que, como o príncipe precisa da opinião livre dos sábios, deve dar-lhes o direito de falar-lhes a verdade, mas apenas das coisas que ele lhe perguntar.

Exercício 20

a) O pensamento de Maquiavel volta-se à realidade e busca alternativas para estabelecer um Estado estável onde a ordem possa reinar.

Exercício 21

d) promover a efetivação da vontade geral.

Exercício 22

e) A Revolução Industrial.

Exercício 23

c) II e III apenas.

Exercício 24

a) O poder emanado do príncipe deve ter a capacidade de não apenas levar a cabo os planos de expansão de seu próprio governo, mas sobretudo criar condições para que esse poder mantenha-se de forma plena e garanta a legitimidade da própria dominação.

Exercício 25

e) depende sobretudo da qualidade valorativa estabelecida por cada indivíduo diante de sua vida.

Exercício 26

a) a linguagem, quer seja sonora quer seja em sinais, tem a função de fazer o pensamento ser entendido pelos outros.

Exercício 27

b) a dualidade entre mente e cérebro foi conceituada por Descartes como separação entre pensamento e extensão.

Exercício 28

b) Indução.

Exercício 29

02) Maquiavel utiliza as expressões "virtú" e "fortuna", para descrever a ação do príncipe.

04) Maquiavel estabelece uma distinção entre moral política e moral pessoal.

08) O poder está fundamentado na força, porém, é necessário "virtú" para o exercício da manutenção desse poder.

Exercício 30

c) A causa e o efeito são noções que se baseiam na experiência e, por meio dela, são apreendidas.

Exercício 31

c) na postulação de leis universais com base em casos observados na experiência, os quais apresentam regularidade.

Exercício 32

e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

Exercício 33

e) se tratou de um pensamento responsável pela fundamentação do método científico moderno.

Exercício 34

d) partir de princípios seguros e proceder com método.

Exercício 35

c) está sendo usada conforme adequação de costumes e inclinação de cada povo.

Exercício 36

c) o conhecimento filosófico salienta a importância capital de bem conduzir a própria razão para a aquisição da ciência.

Exercício 37

a) regra da análise.

Exercício 38

b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.

Exercício 39

b) A estabilidade do Estado resulta de ações humanas concretas que pretendem evitar a barbárie, mesmo que a realidade seja móvel e a ordem possa ser desfeita.

Exercício 40

04) A lei moral pode ser entendida com implicação à consciência do dever, da necessidade de ação moral e da universalidade da moral.

08) O imperativo categórico pode ser designado também como um imperativo universal.

Exercício 41

02) sendo Kant um defensor da lei moral, ele não concordaria com a ação de empresas que poluem o meio ambiente visando ao lucro desordenado.

08) para Kant, devemos pensar e agir de tal modo que todas as nossas ações se transformem em lei universal; assim, o uso indiscriminado de agrotóxicos pelas indústrias alimentícias não está de acordo com o imperativo categórico de Kant.

64) após a Segunda Guerra Mundial, a questão ambiental emergiu como importante movimento social que se refletiu em mudanças na visão do mundo, pois percebeu-se que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o seu fim, surgindo, dessa forma, a consciência ambiental.

Exercício 42

b) A instauração da propriedade e da sociedade civil cria uma ruptura radical do homem consigo mesmo e de distanciamento da natureza.

Exercício 43

a) Somente as afirmativas I e II são corretas.

Exercício 44

c) Descartes inaugura um tipo de busca pela verdade que se ampara no exercício.

Exercício 45

02) Para o filósofo, aquilo que é conforme a natureza não pode ser qualificado como bárbaro.

04) O filósofo chama a atenção para o critério de qualificação de outros povos e de seus costumes, mostrando o quanto tais critérios são particulares e não universais.

16) Para o filósofo, o critério “bárbaro” ou “selvagem” decorre de uma visão particular e restrita dos costumes dos outros.

Exercício 46

b) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.

Exercício 47

d) F, V, V, F.

Exercício 48

b) I e III

Exercício 49

c) I e II apenas.

Exercício 50

a) I e III apenas.

Exercício 51

04) O trabalho confere a propriedade de algo, ou seja, somente temos propriedade daquilo que adquirimos com o trabalho.

16) O trabalho se mistura à natureza da coisa, tornando essa coisa própria daquele que trabalhou, tornando-a sua propriedade.

Exercício 52

c) A diferença entre a metafísica estritamente mecanicista da física cartesiana e a dinâmica exposta na física newtoniana.

Exercício 53

d) um movimento amplo de propagação da crítica racional a diversas formas de preconceito.

Exercício 54

01) O racionalismo traz a razão humana como fundamento primordial na busca pelo conhecimento.

02) O filósofo empirista John Locke afirmava que nada vem à mente humana sem que antes tenha passado pelos sentidos.

04) O filósofo racionalista René Descartes expressa em suas ideias que o homem deve se ancorar na evidência de sua razão.

Exercício 55

d) Jacques Rousseau, que elaborou a teoria do “bom selvagem”, defendendo a pureza das sociedades primitivas.

Exercício 56

e) 4 – 1 – 3 – 2.

Exercício 57

01) o direito à propriedade é, prioritariamente, fruto do trabalho.

08) o trabalho individualiza o que era propriedade comum, pois agrega algo particular ao bem.

16) o trabalho antecede a propriedade do bem e não o contrário.

Exercício 58

02) a profundidade do oceano é maior do que o instrumento de medida do marinheiro.

04) a medida da linha não precisa ser maior do que o necessário para orientar a correta navegação do barco.

Exercício 59

a) “construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal”.

Exercício 60

01) os sentidos corpóreos são enganadores e, portanto, não são confiáveis para a obtenção de conhecimento.

32) a expressão “eu sou, eu existo” é a primeira certeza da filosofia cartesiana.

64) Deus existe, e tal verdade pode ser provada pela ideia que temos de Deus como um ser perfeito e pela constatação de que sua inexistência implicaria uma imperfeição.

Exercício 61

b) crença, que ocupa o lugar da certeza racional.

Exercício 62

02) O início do processo filosófico de descoberta da verdade começa com a instauração da dúvida.

04) O espírito de investigação filosófica busca alicerces firmes, que não foram dados pelo modo como se adquiriria o conhecimento até então.

16) Os alicerces firmes do conhecimento devem estar além das opiniões das autoridades acadêmicas.

Exercício 63

01) René Descartes buscou encontrar um método que o levasse à verdade indubitável.

02) O método cartesiano está fundamentado na razão.

04) O método seguro baseia-se em quatro regras de raciocínio: da evidência, da análise, da ordem e da enumeração.

08) A frase "*cogito ergo sum*" está se referindo à autoevidência como exercício do sujeito pensante.

Exercício 64

a) se perde o espírito de igualdade.

Exercício 65

b) I e III apenas.

Exercício 66

b) assume que cada ser humano particular representa toda a humanidade.

Exercício 67

e) A condição fundamental para o Esclarecimento é a liberdade, concebida como a possibilidade de se fazer uso público da razão.

Exercício 68

e) todas estão incorretas.

Exercício 69

01) Uma das quatro regras do método cartesiano afirma que só se deve aceitar alguma coisa como verdadeira se não houver causa para dela duvidar.

04) O método cartesiano pressupõe que todo problema verdadeiro tem uma solução, porque, sendo o mundo racional, deve ser sempre possível descobrir as razões que nele se encontram.

08) A quarta e última regra do método cartesiano estipula que se deve garantir a correta aplicação das regras anteriores a um problema por meio da revisão exaustiva de todos os passos de sua solução.

Exercício 70

d) "Os ídolos da caverna são os homens enquanto indivíduos, pois cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza".

Exercício 71

b) é possível, segundo Locke, construir uma ciência mesmo que as ideias formadoras de seu corpo de conhecimento não concordem com as coisas mesmas.

Exercício 72

e) O método de interpretação da natureza propõe uma nova atitude com relação às coisas e uma nova compreensão dos poderes do intelecto.

Exercício 73

01) pratica a dúvida porque muitas das suas opiniões haviam-se mostrado falsas e desejava fundamentar bem seus conhecimentos.

32) percebe que a dúvida metódica deve ser aplicada constantemente, a fim de refutar suas opiniões tradicionais.

64) lembra que acreditamos nas coisas sonhadas como se fossem reais, o que estimula a dúvida sobre todas as nossas opiniões.

Exercício 74

e) Juízos sintéticos *a priori* permitem organizar o conhecimento, dando a ele validade universal e unicidade.

Exercício 75

e) A razão natural inteiramente pura é um atributo inerente à natureza humana, independentemente da tradição ou da cultura à qual o humano se vincula.

Exercício 76

d) a liberdade filosófica consiste no exercício de sua vontade ou na opinião que se tem do exercício da vontade.

Exercício 77

d) as afirmações III e V estão incorretas.

Exercício 78

01) A cidade, para Tomás de Aquino, é forma superior de organização natural e visa ao bem viver do homem.

02) Hobbes não considera que haja uma disposição natural à socialização dos homens, sendo necessária a intervenção artificial para congregá-los em sociedade.

08) Para Hobbes, a autoridade coercitiva do Estado é o único meio de assegurar a boa convivência em sociedade.

16) O pensamento político de Tomás de Aquino tem origem comunitária, e o de Hobbes, origem individualista.

Exercício 79

01) Para Rousseau, o soberano é o povo entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos, portanto o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.

08) Na sua obra *O Espírito das Leis*, Montesquieu trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares.

16) Montesquieu elabora uma teoria do governo fundamentada na separação dos poderes, isto é, do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário, cada um desses três poderes deve manter sua autonomia; é dessa forma que se pretende evitar o abuso do poder dos governantes.

Exercício 80

- 04) somente através do pensamento podemos obter conhecimento da essência da cera.
- 08) nossos sentidos não são uma fonte segura de conhecimento.
- 16) a análise da cera reforça a certeza de Descartes sobre sua própria mente.

Exercício 81

- d) O sublime não está contido em nenhuma coisa da natureza, e sim em nosso ânimo, quando nos tornamos conscientes de nossa superioridade à natureza.

Exercício 82

- 02) O conhecimento científico elaborado como quem retira de si mesmo o conhecimento, à semelhança das aranhas, não é suficiente para Bacon.
- 04) O fazer científico, para Bacon, deve ser uma combinação de experiências empíricas e a elaboração racional desses dados.

Exercício 83

- 01) A faculdade de pensar é um atributo que não pode ser separado do sujeito, ligado intimamente ao seu *eu*.
- 16) No processo de autoconhecimento, a primeira constatação a que se chega é que o homem é, prioritariamente, um ser que pensa, uma coisa pensante.

Exercício 84

- 01) Para o filósofo escocês David Hume, os atos morais dizem respeito a aspectos concernentes a sentimentos de aprovação ou desaprovação acerca de uma ação.
- 04) Para Hume, toda ação de um agente moral é motivado pelos traços de caráter (virtuosos ou viciosos).

Exercício 85

- 01) A liberdade civil ou social, para John Stuart Mill, não pode se opor à liberdade da vontade dos indivíduos.
- 02) A liberdade dos indivíduos, para John Stuart Mill, é algo que possibilitará ao homem alcançar a felicidade em sociedade.
- 08) Transformações políticas e econômicas da Inglaterra no tempo de John Stuart Mill são fundamentais para o desenvolvimento de suas posições políticas e filosóficas.

Exercício 86

- 01) Entende-se que a simpatia consiste na experiência na qual uma pessoa é influenciada por outra.
- 02) Para Hume, não é a razão que leva os seres humanos a agir, e sim as emoções.
- 08) É próprio da comparação o fechamento em si, pois aquele que compara não está sujeito à influência.

Exercício 87

- c) No juízo analítico, o predicado pertence ao sujeito como algo que está contido nele, já no juízo sintético, o predicado está totalmente fora do conceito do sujeito.
- d) O juízo analítico é uma proposição necessária, já no juízo sintético, o predicado vai além do conceito do sujeito,

acrescentando algo a esse.

Exercício 88

- 01) O conhecimento da natureza não pode decorrer da consideração de eventos particulares e isolados.
- 08) A noção de causalidade entre objetos decorre da inferência de que há uma conexão necessária entre eventos similares e constantes.
- 16) Não basta analisar um evento singular para emitir juízos sobre o curso da natureza, ainda que ele seja certo e preciso.

Exercício 89

- 01) O conhecimento tem seu início na experiência sensível; isso não significa, todavia, que ele esteja preso à experiência e limitado por ela.
- 02) A faculdade de conhecer está em repouso e é despertada pela experiência sensível, sendo essa a fonte primeira do conhecimento.
- 08) A faculdade de conhecer pode produzir conhecimentos por si mesma, visto que as impressões sensíveis não são a origem de todo o conhecimento.
- 16) A faculdade de conhecer opera sobre as representações das coisas advindas por meio dos sentidos e produz, assim, novos conhecimentos.

Exercício 90

- 01) Os “empíricos” mencionados são aqueles que afirmam a prevalência da experiência direta e constituem um saber sem forma.
- 02) Os “dogmáticos” mencionados são aqueles que afirmam com a autoridade própria e constituem uma razão sem matéria.
- 04) Pode-se afirmar que, na interpretação de Bacon, o intelecto interfere na produção do conhecimento.
- 16) Bacon propõe a aliança da faculdade racional com a faculdade experimental até então jamais realizada.

Exercício 91

- 01) O uso da razão por si só não garante a identificação da verdade.
- 04) Diferentemente da tradição agostiniana e escolástica, a razão cartesiana não é marcada pelo pecado original.
- 08) O bom uso da razão está vinculado a condições determinadas de sua aplicação.

Exercício 92

- 02) reformula o modo como são adquiridos os conhecimentos metafísicos.
- 04) volta-se para a razão especulativa, no tocante aos seus procedimentos mais recorrentes.

Exercício 93

- 01) Juízos analíticos, tais como “o triângulo tem três lados”, expressam a identidade entre sujeito e predicado.
- 16) A função do juízo analítico é elucidar aquilo que já está contido no conceito de algo, e nada acrescenta a esse conceito.

Exercício 94

01) Os iluministas ingleses fizeram uma crítica à Igreja oficial, pregaram a tolerância religiosa e desenvolveram uma religião natural chamada Deísmo.

16) Jean-Jacques Rousseau desenvolveu uma filosofia política inovadora ao distinguir o conceito de soberania do conceito de governo, atribuindo, dessa maneira, ao povo, uma soberania inalienável.

Exercício 95

01) Platão definiu critério objetivo e universal para a arte e a beleza ao propor que, mesmo os objetos sensíveis, devem se conformar ao “belo em si”, essência ideal e objetiva destes.

02) O Classicismo define uma estética normativa na qual o belo é obtido se a obra de arte atende a regras predeterminadas de proporção, produzindo, por exemplo, sensação agradável, independentemente do espectador que aprecia o objeto artístico.

08) A estética contemporânea quebra a tríade belo-verdadeiro-justo, típica do pensamento clássico, como defendida por Platão na *República*. Tal ruptura permite reabilitar a representação do feio como obra de arte.

Exercício 96

01) O contrato social para Rousseau se origina do consentimento unânime, em que cada associado se aliena de todos os seus direitos.

02) Ao alienar-se em favor da comunidade, cada associado nada perde, pois, como povo incorporado, mantém sua soberania.

04) A soberania do povo para Rousseau é inalienável, ou seja, não pode ser representada.

16) O homem, no pensamento político de Rousseau, é livre na medida em que oferece o livre consentimento à lei.

Exercício 97

02) a dúvida metódica visa alcançar a certeza.

16) a dúvida metódica atinge as opiniões vulgares, porém não atinge as ciências.

64) mediante a dúvida metódica podemos chegar à certeza de nossa existência.

Exercício 98

Francis Bacon objetiva, ao pensar a ciência, construir um novo edifício para o conhecimento. E como tal, a instauração de uma nova compreensão de ciência demanda o enfrentamento do pensamento grego ainda vigente. Aristóteles, dominante à época, é o filósofo a ser combatido. Bacon busca aproximar-se das novas leituras que se faziam no seu tempo, a exemplo de Galileu, que tinham entendido a necessidade de sedimentar novos pilares para a compreensão do conhecimento. As categorias aristotélicas não explicavam nem satisfaziam a busca pelo conhecimento. A ênfase no debate retórico não levava ao cerne das questões da ciência e relegava para segundo plano o contato real com a natureza. O mesmo problema acometia a escolástica. E, assim, o debate filosófico acabava se perdendo em intermináveis controvérsias sem resultados efetivos. É neste contexto que podemos entender a

importância da experiência, que é de onde parte a ciência. Temos aqui um problema de método. A experiência adquire importância central na construção da ciência, que tem como propósito o domínio da natureza. E, para se atingir tal propósito, faz-se necessário conhecê-la, obedecê-la e dominá-la para que possamos avançar no conhecimento. E o método para tal propósito não é mais o aristotélico, mas a indução. O novo método de investigação até utiliza os sentidos como ponto inicial, mas avança com o auxílio de “instrumentos” e “experimentos” para chegar a uma nova ciência.

Exercício 99

O texto 1 coloca que a explicação mítica da realidade foi o recurso disponível aos homens daquela época para poder compreender a realidade que os cercava. Neste período a realidade exterior ao mundo natural somente poderia ser conhecida por meio de explicações que tivessem a magia, o sobrenatural como base fundante. Desta forma, somente aqueles que se dedicavam exclusivamente a esta atividade poderiam, ser aqueles capazes de compreender os desígnios dos deuses. Os sacerdotes representavam os intermediários entre os dois mundos (humano e divino). Assim, a autoridade de sua palavra era por si só critério suficiente para estabelecer “verdades” míticas que serviam como forma de explicação para os fenômenos naturais.

No texto 2, diferente da explicação mítica, o empirismo, tendo como principais teóricos: John Locke, Francis Bacon e David Hume, não recorre à autoridade da mesma maneira que os mitos, para explicar os fenômenos. Esta corrente de pensamento rejeita que o conhecimento seja inato, descarta, não considera como válido aquilo que não pode ser aferido, verificado, aquilo que não for evidente. A verdade reside não mais na autoridade de quem fala, mas na evidência, na constatação, naquilo que pode ser captado pelos sentidos. O suprassensível é negado, pois não é passível de investigação, verificação.

Exercício 100

A filosofia desenvolvida por Descartes dá as bases do que hoje chamamos de “racionalismo cartesiano”, que é uma perspectiva crítica acerca do processo da obtenção do conhecimento, segundo a qual não se aceita a possibilidade de alcançar a verdade pura através dos sentidos humanos, mas através da racionalidade. Assim, Descartes defende o uso da dúvida metódica como o “caminho seguro” para a obtenção de verdades sólidas. Para ele, a dúvida metódica era necessária frente à ilusão dos sentidos, pois que estes seriam limitados e enganosos. Tal postura leva, portanto, ao questionamento generalizado acerca de tudo que se coloca como “verdade” e que é dado como certo. A dúvida, nesse sentido, é necessária para se chegar à certeza das coisas, e envolve a rejeição de todos os sentidos. Junto a esse questionamento, é fundamental, ainda, um ordenamento, que seria o método. Dessa forma, pode-se dizer que é preciso uma organização metódica desse questionamento para se obter certezas.

Exercício 101

A filosofia desenvolvida por Descartes traz uma perspectiva crítica acerca do processo da obtenção do conhecimento, segundo a qual não se aceita a possibilidade de alcançar a verdade pura através dos sentidos humanos, mas através da racionalidade. Assim, Descartes defende o uso da dúvida metódica como o “caminho seguro” para a obtenção de verdades sólidas. Para ele, a dúvida metódica envolve a rejeição de tudo que é dado como certo, sendo necessária frente à ilusão dos sentidos, pois que estes seriam limitados e enganosos.

Tal percepção colocou, entretanto, uma outra questão: se tudo deve ser posto em dúvida, também a própria existência do sujeito pensante deve ser questionada. Nesse sentido, Descartes coloca que seria impossível duvidar do pensamento, pois o ato da dúvida pressupõe a existência do pensamento e, por sua vez, do sujeito pensante. Esse é, para Descartes, o ponto de partida que estrutura o conhecimento. O famoso axioma “Penso, logo existo” expressa essa certeza.

Exercício 102

Para Descartes, a dúvida metódica constitui o instrumento de investigação do conhecimento. A partir da dúvida, o indivíduo rejeita como falsas as noções preestabelecidas como verdadeiras, para então buscar a certeza das coisas. O método cartesiano, portanto, reconhece a dúvida como “ponto de partida” para se chegar a um conhecimento sólido dos objetos de investigação.

Exercício 103

a) A primeira meditação pretende estabelecer uma dúvida forte sobre todas as coisas. A finalidade deste estabelecimento é forçar o encontro com um conhecimento forte o bastante para aguentar a contundência de tal dúvida e superá-la. O gênio maligno e o Deus enganador possuem a mesma função, porém como diz Gérard Lebrun na nota 21 do texto das meditações:

“o gênio maligno é um artifício psicológico que, impressionando mais a minha imaginação, levar-me-á a tomar a dúvida mais a sério e a inscrevê-la melhor em minha memória (“é preciso ainda que cuide de lembrar-me dela”).” (R. Descartes. *Meditações*. In Coleção *Os pensadores*. São Paulo : Abril Cultural, 1979, p. 88)

Sendo assim, torna-se claro que a função do gênio maligno é, como artifício psicológico, manter a dúvida a respeito de tudo na sua última consequência e garantir que esta nulidade de conhecimentos seguros não seja esquecida. Porém, é esse mesmo gênio maligno que me iludindo a respeito de tudo não consegue me fazer duvidar de que algo é iludido enquanto pensa, isto é, não consegue me fazer duvidar desta *res cogitans*.

b) O mundo exterior é derivado, segundo a filosofia cartesiana, da existência de Deus, isto é, o ser perfeitíssimo que só pode ser assim caso ele seja maior do que a ideia dele possuída pela *res cogitans*. A coisa pensante estaria encerrada em si mesma se não houvesse nela uma ideia de Deus, e como esta ideia

existe então o mundo exterior pode começar a ser investigado com alguma segurança.

Exercício 104

a) Em Descartes, a dúvida expressa a tentativa de estabelecer um princípio firme e constante nas ciências. Seguindo a ordem das razões, serão submetidos à crítica os fundamentos do conhecimento, partindo do sensível (argumento dos sentidos), passando pela imaginação (argumento do sonho) e chegando às verdades matemáticas (argumento do deus enganador e do gênio maligno). Sendo metódica, a dúvida converter-se-á em universal, e se dela não resultar um princípio positivo para fundamentar o sistema da ciência, pelo menos não se tomará por verdadeiro o que for dubitável.

b) Para Descartes, o pensamento aparece como uma evidência, tanto resultante como logicamente necessária do método da dúvida. Para que se possa duvidar, é necessário pensar, de tal forma que mesmo que o gênio maligno me engane, ao menos será certo que estarei pensando e, por isso, poderei afirmar que sou e existo enquanto coisa pensante. É sobre esta verdade que Descartes desenvolve seu sistema de ciência.

Exercício 105

A experiência, para Hume, constitui fonte de conhecimento ao revelar a relação causal existente entre os fenômenos naturais. Toda causa gera, como consequência, um efeito. A experiência, e não a razão, é quem captura a relação existente entre uma causa e seu efeito. Logo, a experiência é fonte reveladora da relação causal. O que Hume questiona é o fato de a experiência, assim como a razão, serem insuficientes na justificação da existência de uma conexão causal entre os fenômenos naturais. Que o fogo, em razão do calor que lhe é inerente, produz queimaduras, é um conhecimento empírico. Ou seja, há uma relação direta entre o fogo (causa) e a queimadura (efeito) revelada pela experiência. No entanto, a experiência é incapaz de inferir a existência de uma conexão necessária entre fogo e calor. Não há nada na experiência que garanta a manutenção da relação causal entre fogo e calor. Nem a experiência nem a razão podem inferir sobre a determinação causal entre os fenômenos naturais. Sabemos apenas que há uma relação causal, mas não sabemos se há, de fato, uma conexão causal (de forma necessária) entre o fogo e o calor. Enfim, identificar a causa de um efeito não envolve um conhecimento objetivo da causa em si, de suas qualidades e poderes não perceptíveis, nos quais o efeito estaria necessariamente implicado. Essa necessidade causal não se pode conhecer, isto é, não se tem acesso àquilo que na causa implica necessariamente o efeito. Só notamos uma relação uniforme e regular ou uma conjunção constante entre o que consideramos causa de um determinado efeito produzido, ambos percebidos pela experiência, numa sucessão temporal.

Exercício 106

Hume defende que a ideia de necessidade se forma a partir da imaginação humana que cria a relação de necessidade a partir da identificação reiterada das mesmas “cenas da natureza”. Por exemplo: não há relação necessária entre fumaça e fogo, mas,

devido a percepção, em vários momentos, da existência de fogo quando se tem fumaça nos céus, passou-se a relacionar, quase que imediatamente, a existência de fogo quando se tem fumaça nos céus. Essa ideia não teria lugar diante da inconstância da natureza pois a repetição é fundamental na criação de relações entre os elementos que compõem as cenas naturais, os fenômenos.

Exercício 107

a) O tema a que ele se refere é a questão metafísica acerca da natureza do bem e do mal. Segundo ele, o bem e o mal são resultado da ação humana, e não da vontade divina.

b) David Hume, ao demonstrar os males do mundo, não se utiliza de deduções lógicas, mas do efeito de ações que causam algum tipo de mal-estar para o homem. Ou seja, o mal é resultado da experiência humana. Além disso, ele não apela para explicações metafísicas e religiosas para categorizar esse mal. Ou seja, o seu empirismo o conduz também a uma atitude de ceticismo. Essa visão é oposta ao racionalismo cartesiano, bem como ao idealismo platônico, uma vez que não há, segundo Hume, qualquer noção inata de bem e de mal no homem.

Exercício 108

a) O ceticismo de Hume consiste na crítica empirista ao princípio da causalidade. Para ele, não existem certezas irrefutáveis e não é possível conhecer de modo universal e necessário; em vez disso operamos no conhecimento apenas com probabilidades. Como a base de todo conhecimento são impressões variáveis e inconstantes, não é possível obter leis universais. É tão somente pelo costume, adquirido pela sucessão recorrente dos eventos observados, que estabelecemos relações de causa e efeito. Tal conhecimento causal, tudo o que nos leva para além de nossa experiência imediata, não se baseia em princípios racionais ou justificáveis, mas apenas em uma tendência psicológica natural e inalterável de esperar que as experiências futuras se assemelhem às que tivemos no passado. Desse modo, nossas convicções em nexos causais resultam apenas da observação da repetição ou do hábito, e qualquer tentativa para defendê-las nos conduz ao absurdo e à contradição.

b) A teoria do conhecimento de Hume segue a tradição empirista, atribuindo a origem das ideias às experiências sensíveis. Para ele, as percepções da mente são de dois tipos: impressões e ideias, que se diferem por seus graus de força e de vivacidade. Nossas ideias são cópias das nossas impressões e as representam em todas as suas partes, por isso são mais fracas e têm menos vivacidade do que as impressões; é o caso das faculdades da nossa mente, como a memória e a imaginação. A lembrança de uma dor experimentada, por exemplo, não possui tanto vigor quanto à sensação da dor no momento em que ela ocorre, pois a experiência dos sentidos é, primeiro, sentida no presente, como impressão, depois relembrada na memória e projetada na imaginação como ideia. Para Kant, a experiência dos sentidos ocorre a partir de certas condições de possibilidade a

priori da experiência. Essas condições de possibilidade estão presentes no intelecto humano e são as formas puras da sensibilidade: o espaço e o tempo. O espaço e o tempo preexistem como faculdades do sujeito e são formas que atuam na organização dos fenômenos da experiência e proporcionam a sua intuição empírica. Para Kant, as intuições em composição com os conceitos do entendimento são o fundamento de todo conhecimento. O conhecimento da realidade é a maneira como a razão, por meio de sua estrutura a priori, organiza de modo universal e necessário os dados da experiência. Por isso, é graças às formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e dos conceitos a priori do entendimento (as categorias de substância, de causalidade, de relação, de quantidade, de qualidade, etc.), que possuímos uma capacidade de conhecimento inata, universal e necessária que não depende da experiência, mas se realiza por ocasião da experiência sobre os objetos que essa nos oferece.

Exercício 109

Para Locke, pensador representante do empirismo britânico, a existência de “ideias” inatas, ou seja, independentes de qualquer experiência anterior, não encontra fundamento lógico. Para ele, a apreensão da realidade só é possível a partir da empiria. Na perspectiva metafísica, a teoria de Locke rompe com a tradição clássica no que diz respeito à epistemologia ao considerar as experiências sensíveis concretas como fundamento para o conhecimento humano. Dessa forma, até mesmo conceitos abstratos, como a ideia de Deus, só seriam possíveis posteriormente à uma experiência sensível.

Exercício 110

John Locke está junto Thomas Hobbes, George Berkeley e David Hume entre as figuras mais famosas e conhecidas da filosofia inglesa dos séculos XVI e XVIII, por isso eram chamados de empiristas ingleses. Na verdade, o empirismo é uma característica muito marcante da filosofia inglesa. Na Idade Média, por exemplo, temos Roger Bacon e Guilherme de Ockham e mais próximos de nós Bertrand Russel. Os empiristas afirmam que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós pela experiência. Em grego, experiência se diz *empeiria*, donde, empirismo, conhecimento empírico, isto é, conhecimento adquirido por meio da experiência.

Duas características do empirismo:

1. Nossos conhecimentos começam com a experiência dos sentidos, isto é, com as sensações. Os objetos exteriores excitam nossos sentidos e vemos cores, sentimos sabores e odores, ouvimos sons, sentimos a diferença entre o áspero e o liso, o quente e o frio, etc.
2. As ideias trazidas pela experiência, isto é, pela sensação, pela percepção e pelo hábito, são levadas à memória e, de lá, a razão as apanha para formar os pensamentos.

Exercício 111

Em *O Príncipe*, ao dedicar sua atenção à análise dos principados novos, Maquiavel nos remete à importância da *virtú* e seu confronto com os caprichos da fortuna na política.

Essa relação *virtú-fortuna* constitui o lugar por excelência para interpretar o pensamento maquiaveliano sobre a manutenção do poder do príncipe e a segurança do Estado diante da instabilidade do mundo e da condição humana. A *virtú*, cuja compreensão se apresenta desvinculada de uma hierarquia a priori de valores e virtudes morais elevados segundo modelos tradicionais de legitimação, determina a ação política do governante no enfrentamento das vicissitudes da realidade (a fortuna) tendo em vista resultados que assegurem seu propósito de conservar o poder conquistado e evitar as armadilhas que corroam sua reputação e reconhecimento pelo povo (honra e glória). Assim, de um lado, por essa orientação pragmática, a noção de *virtú* implica compreender a ação política determinada por uma racionalidade instrumental. O príncipe deve usar todos os meios necessários para a eficácia da ação. Por sua vez, para Maquiavel, a ação política move-se sempre na mutabilidade e na transitoriedade de uma realidade marcada por incertezas e conflitos de interesses. Nesse sentido, de outro lado, a noção de *virtú* implica conceber que a política transita no domínio da contingência. O príncipe, pelo contínuo exercício da *virtú*, deve estar preparado para alterar sua conduta quando os ventos da fortuna e a variação das circunstâncias o forcem a isso. O sucesso do príncipe não depende da virtuosidade de seu caráter ou da hereditariedade a que pertença por uma eventual linhagem. Tampouco submete-se ao determinismo da sorte. Para alcançar o propósito de manter seu domínio, não basta a força que lhe permitiu conquistá-lo. É preciso que o príncipe possua a *virtú*: a capacidade de controlar e de antecipar os efeitos da fortuna, isto é, enfrentar e aproveitar as circunstâncias concretas que se lhe apresentam na arena política, de modo a interferir nelas, como lhe aprouver, forjando a ocasião e atuando na necessidade.

Exercício 112

O objeto das reflexões de Maquiavel é a realidade política pensada em termos de prática humana tendo por foco o fenômeno do poder formalizado na instituição do Estado. A busca pela “verdade efetiva das coisas” determinou o ponto de ruptura no pensamento maquiaveliano. Como tal, impõe-se como critério para pensar e regular as ações do príncipe e a ordem do Estado frente a uma realidade política marcada pelo conflito latente decorrente da correlação de forças (desejos e interesses antagônicos) que a move e que a submete, por suas contingências e incertezas, ao inexorável ciclo de estabilidade e caos. A questão é de como as iniciativas políticas podem se ajustar às circunstâncias que se apresentam. Não interessa especular para que serve ou qual o fim elevado da política. Tudo nela regula-se pela busca estratégica de estabilidade de modo a garantir a manutenção do poder e a ordem do Estado. Enfim, a “verdade efetiva das coisas” deve determinar o pensar a política e o agir político. A ação do príncipe deve ser movida de modo pragmático pela realidade dos fatos e não pelo “como deveria ser”. É a necessidade diante das circunstâncias (transitórias e mutáveis) que deve reger a ação política do príncipe. Deste modo, Maquiavel, em sua obra, reivindica a autonomia da política, por sua radical imanência, e afirma sua racionalidade própria.

Exercício 113

a) A ideia de *virtú* na obra de Maquiavel se refere à capacidade do príncipe de agir ponderadamente diante de circunstâncias que fogem ao seu controle, ou seja, diante do acaso, de modo a garantir a manutenção da ordem e do seu poder.

b) Segundo Maquiavel, o príncipe tem como principal dever a garantia da manutenção do poder, sendo preferível ser temido à ser amado pelo povo. Assim, o príncipe deve buscar aparentar as qualidades morais valorizadas pelos súditos, sendo, no entanto, necessário que esteja disposto a abrir mão delas sempre que for necessário para o cumprimento do dever.

Exercício 114

A ideia de política defendida por Platão se baseia no conceito de Idealismo, ou seja, na representação da prática política a partir de uma perspectiva idealizada e distanciada da forma que essa prática assume na realidade concreta, sendo, portanto, uma representação que se limita ao plano metafísico das ideias. Essa concepção de um mundo metafísico idealizado funda uma ética baseada na dicotomia entre as ideias de bem e mal, sendo a ação boa alcançável na medida em que o governante se aproxima do plano das ideias, o que levaria à uma prática política ideal e capaz de garantir a justiça plena. Na teoria política formulada por Maquiavel identifica-se uma crítica à concepção da política presente na filosofia platônica. Para Maquiavel, a política é uma construção humana e, por extensão, uma construção histórica e por isso não deve ser entendida a partir de idealizações, mas sim a partir da percepção pragmática da forma como se deve agir a fim de garantir a ordem social e a manutenção do poder. Assim, Maquiavel rompe com a ideia da ética baseada na ideia de bem e mal como guia da prática política.

Exercício 115

a) O conceito de fortuna em Maquiavel diz respeito à sorte, isto é, são acontecimentos que ocorrem sem que o governante possua controle, pois estes escapam a seu alcance. Assim não é possível prever ou programar todos os acontecimentos que o cercam, por que eles dependem de fatores externos que não podem ser previstos. Contudo, os acontecimentos podem se revelar tanto uma oportunidade quanto um adversidade.

b) O príncipe, segundo Maquiavel, deve manter-se atento no intuito de prevenir acontecimentos que podem ser desfavoráveis. Ele deve aproveitar as oportunidades e agindo corretamente nas adversidades a fim de manter o poder. Esta característica de possuir ímpeto, virilidade, bravura e coragem para aproveitar as oportunidades e precaver-se nas adversidades, Maquiavel determina como “*virtú*”. Esta representa os atributos e qualidades necessárias para calcular o conjunto de eventos propícios ou desfavoráveis para intervir no momento mais oportuno da cadeia causal.

Exercício 116

No texto 1 Platão desenvolve a tese de que cidade seria melhor administrada pelo “Filósofo Rei”, nesta teoria

desenvolvida no livro “A República” o filósofo é o melhor administrador por ser aquele que possui conhecimento da “verdade” que se identifica com o Bom, o Bem e o Belo que residem no Mundo das Ideias. Ele (Filósofo Rei) seria o único capaz de guiar os habitantes da cidade na busca do melhor desenvolvimento de cada um segundo suas aptidões naturais, ou seja, o bem que reside dentro de cada indivíduo pode ser alcançado e permitir uma vida feliz a todos. A virtude do governante centra-se na busca da concretização do bem a todos os habitantes da cidade. Não sendo o filósofo guiado por interesses particulares, ele se torna o administrador ideal para a cidade. Já no texto 2, Nicolau Maquiavel, em seu livro “O Príncipe”, desenvolve uma tese que rompe com lógica estabelecida entre ética e poder. Seu pressuposto de que os homens são maus, faz com que o príncipe deve buscar manter o poder mediante estratégias que não possuem ligação com o comportamento virtuoso. Elementos como *virtú* (entendida como impetuosidade, coragem) e fortuna (entendida como ventura, oportunidade), somado a um conhecimento da moralidade dos homens, são recursos que permitem ao governante agir de modo calculado, não objetivando o desenvolvimento de uma bondade natural nos homens como acredita Platão, mas tendo como foco a condução dos homens rumo a uma melhor condição de vida que não siga necessariamente o caminho da virtude enquanto retidão moral.

Exercício 117

A primeira concepção é por princípio uma concepção política teológica. O poder político é instituído por Deus e a finalidade da ação política é a salvação. O Estado, por conseguinte, deve se conformar de tal maneira que permita, ou melhor, condicione o homem a viver em função do fim maior, em função da eternidade representada na salvação. São Tomás é evidentemente um católico, considerando a primazia de sua religião sobre quaisquer necessidades mundanas, organizando o poder político e a ação do cidadão de tal maneira que reflita apropriadamente os dogmas da Igreja.

A segunda concepção é por princípio uma concepção política moderna, ou pré-moderna. A primeira superação perpetrada por Maquiavel é a superação do discurso antigo a respeito da necessidade do homem manter um hábito guiado pelas virtudes cardiais: sabedoria, coragem, temperança e magnanimidade. Não que o homem não deva possuir tais características, todavia elas não devem de modo algum impedi-lo de realizar uma ação cruel se assim se demonstrar útil para que ele efetive o seu poder. A segunda superação perpetrada por Maquiavel é a superação do discurso escolástico que predispunha o começo, meio e fim das coisas a partir da certeza da palavra revelada. O mundo da experiência é guiado pela fortuna e não se faz sentido impedir que certas ações se realizem, pois circunstancialmente elas podem ser as melhores.

Exercício 118

O estado de natureza pode ser considerado como um estado de natural insegurança, na medida em que impera a “guerra de todos contra todos” na luta pela sobrevivência. Em oposição, o estado de vida social é caracterizado pela segurança. Na

medida em que todos transferem ao soberano, mediante o contrato social, o direito do uso legítimo e exclusivo da força, o soberano se torna a fonte da segurança civil. Dado que os homens não podem quebrar o contrato social para não caírem em contradição, Hobbes afirma que ninguém pode questionar o poder do soberano. É nesse sentido que Hobbes é considerado como idealizador de um absolutismo sem teologia, por considerar que o poder do soberano é advindo do contrato social, sem fazer qualquer referência a uma fonte divina.

Exercício 119

a) Porque para Hobbes, que é um contratualista absolutista, os indivíduos são todos iguais no poder e na força de lutar uns contra os outros para assegurarem sua própria sobrevivência e liberdade (“o homem é o lobo do homem”) e isso é o estado-de-guerra vigente (chamado por Hobbes de estado de natureza), que gera incerteza, desconfiança, insegurança e caos (não há paz). Somente se renunciam ao uso do próprio poder e da própria força, transferindo tal uso para um governante (poder público), ou seja, somente se pactuam uns com os outros, criando o poder soberano que esteja acima de todos e a todos possa governar, é que se produz a ordem e a segurança que pode acabar com o caos (com a guerra)

b) Porque para Hobbes, o pacto ou contrato, em que todos transferem o poder ao governante como monopolizador do uso da força, produz a passagem ou transformação dos indivíduos, de um estado-de-natureza (como estado de guerra de todos contra todos) para um estado civil ou sociedade política (como estado de lei e ordem). Isto significa, ao mesmo tempo, a passagem para uma situação em que exista um poder soberano legítimo (público), que não existiria sem o consentimento dos súditos.

Exercício 120

Como destaca Renato Janine Ribeiro (*Hobbes: o medo e a esperança*), Hobbes não afirma que os homens são iguais, mas que há uma igualdade suficiente para que, na disputa entre si, um não consiga ter vantagem significativa sobre o outro. Diferenças existem, porém podem ser compensadas pelo conjunto das faculdades do corpo e do espírito. Essa igualdade aproximada faz com que cada um, por não poder se diferenciar pela força ou intelecto em profusão, tenha que presumir a atitude do outro. Diante do impasse e da desconfiança, por ainda não existir o meu e o teu, o justo e o injusto, isto é, o Estado, a postura mais sensata visando à autoconservação tende a ser o ataque preventivo. Não é prudente adotar a postura defensiva, afinal o oponente pode agir antes da reação e não adianta apelar a posteriori por não existir o Estado para realizar a justiça. Nada é justo ou injusto. A desconfiança generalizada acaba por instaurar a guerra de todos contra todos, fato que não significa necessariamente conflito em si, mas o período de tensão enquanto durar a convivência sem um poder comum. Diante do quadro, a conduta racional é adotar todos os meios disponíveis para a defesa da vida. Diferentemente de Aristóteles, Hobbes pensa as relações humanas como conflituosas. Nesse sentido, assim como em

Maquiavel, a política será mais bem compreendida se antes entendermos o homem sem idealizações. Como decorrência, também tenderemos a pensar o Estado com mais consistência.

Exercício 121

Para John Locke, no Segundo Tratado sobre o Governo Civil, a legitimidade do poder político – base do governo civil – encontra-se radicada no consentimento unânime dos governados. Com efeito, segundo ele, “não é qualquer pacto que põe fim ao estado de natureza entre os homens, mas apenas o acordo mútuo pelo qual todos se obrigam juntos a constituir uma comunidade e formar um corpo político”. Assim, a justificação do exercício do poder civil não se encontra na tradição e, tampouco, na força. O contrato lockeano, diferentemente do contrato hobbesiano, é firmado por homens que, iguais, absolutamente livres e dotados de razão, concordam mutuamente em formar a sociedade civil, confiando-lhe o propósito de preservar aquilo que lhes pertence, em sua condição natural, ou seja, proteger e consolidar seus direitos naturais inalienáveis e irrenunciáveis: sua vida, sua liberdade, seus bens. Intentam, por meio do pacto, evitar e remediar as inevitáveis inconveniências do estado de natureza quando, pela ausência de juízes e de leis positivas, cada indivíduo exerce seu poder de julgar e punir por qualquer dano que lhe foi causado. Para John Locke, só existe uma sociedade política onde cada um dos membros renunciou a esse poder natural e o depositou nas mãos da comunidade política. Há de se ressaltar que, diferentemente de Hobbes e outros contratualistas, John Locke não concebe um pacto de sujeição, no qual os pactuantes se submetem a um poder comum. Ele concebe apenas o pacto de associação pelo qual os homens consentem em formar uma sociedade política. Nela, o povo, como verdadeiro detentor do poder soberano, outorga aos poderes constituídos no governo civil a sua confiança, sem se submeter a eles. Por essa razão, a rebelião apresenta-se como uma possibilidade caso a autoridade civil não cumpra seus objetivos. Enfim, a justificação do poder político legítimo conjuga duas interfaces indissociáveis do contrato lockeano: sua constituição a partir do consentimento mútuo firmado por homens livres e iguais, que se unem voluntariamente, e sua finalidade, a de garantir a segurança da propriedade dos indivíduos (vida, liberdade e bens). Realiza-se, assim, a instituição de um verdadeiro corpo político regido pela vontade de seus membros livres para alcançar a paz comum.

Exercício 122

Segundo Locke, o modelo de governo civil vincula-se ao pacto proveniente do mútuo consentimento entre indivíduos igualmente livres, pelo direito natural. Portanto, tem seu fundamento na condição livre e igualitária dos homens, rompendo com a visão hierárquica do mundo que servia de base de legitimação das monarquias absolutas. Aqui, não se refere a um contrato entre governantes e governados. Como cidadãos, os indivíduos não renunciam aos seus próprios direitos naturais – absolutamente privados, inalteráveis e inalienáveis – em favor do poder dos governantes. A

sociedade política é instituída pelos participantes do pacto, tendo por finalidade empregar sua força coletiva na proteção e na execução das leis naturais. Estas, no estado natural, estariam ameaçadas, sobretudo, a preservação da vida, a conservação da liberdade e da igualdade e o gozo da propriedade proveniente do trabalho. Por isso, a instituição da sociedade civil, sobretudo, tem por objetivo reprimir quaisquer violações a estes direitos naturais e, deste modo, para que possam ser assegurados e usufruídos, garantir a paz necessária. O mútuo consentimento permite aos cidadãos – neste modelo – instalar a forma de governo que julgarem conveniente. Aos governantes, é outorgado o poder que, no entanto, além de limitado, é revogável pelo poder originário e soberano dos cidadãos. São eles que decidem seu destino político e o da sociedade. Neste modelo de governo civil, Locke defende o direito de resistência e insurreição quando ocorre abuso do poder por parte das autoridades que usurpam de suas prerrogativas e violam o pacto e suas finalidades.

Exercício 123

Para Hobbes, o contrato é firmado pelos homens naturais entre si, que outorgam a um terceiro o poder soberano, sendo a instituição deste apenas a conclusão do contrato. O Estado é instituído, quando uma multidão de homens escolhe um representante e aceita todos os seus atos e decisões como se fossem seus atos e decisões. Assim, em Hobbes os seres humanos, com o objetivo de preservar suas vidas, transferem a outro homem ou assembleia a força de coerção da comunidade; trocam voluntariamente a liberdade que possuíam no estado de natureza pela segurança do Estado - *Leviatã*. Para Locke os seres humanos concordam em estabelecer a sociedade política - civil - com o objetivo de preservar e consolidar os direitos que já possuíam no estado de natureza - direito à vida, à liberdade e aos bens. Locke acredita que no estado civil os direitos naturais inalienáveis estarão mais bem protegidos sob o amparo da lei, do arbítrio e da força do corpo político unitário.

Exercício 124

a) A partir do pensamento contratualista de Rousseau, a submissão à vontade geral não implica um regime baseado no autoritarismo, pois essa submissão tem origem no Contrato Social, que os indivíduos, enquanto corpo coletivo, reconhecem racionalmente como sendo sua própria vontade. Assim, para Rousseau, “o que o homem perde pelo Contrato Social são a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que tenta e pode alcançar; o que ganha são a liberdade civil e a garantia da propriedade de tudo o que possui”. Por ter origem no uso da própria liberdade e racionalidade, esse “pacto de submissão” não teria caráter autoritário.

b) A partir da resposta do item anterior, o aluno deve compreender que, quando o “pacto de submissão”, que dá origem ao Contrato Social, não é feito em liberdade e nem por indivíduos reconhecidos como iguais, constitui-se um Estado que é autoritário. Nesse caso, a soberania reside no rei e os indivíduos são súditos. A partir da vontade geral, a soberania

reside nos indivíduos, que existem coletivamente em uma condição de igualdade, sendo, portanto, cidadãos.

Exercício 125

Para Locke, o direito à propriedade privada constituiria um direito de ordem natural, legitimado pelo trabalho, sendo a instituição da sociedade civil o meio para assegurar a garantia desse direito. Já para Rousseau, a propriedade privada, originada a partir do estabelecimento da vida em sociedade, é entendida como origem da escravização e da desigualdade social entre os indivíduos. A interpretação de Locke acerca da propriedade privada fundamenta o pensamento liberal, segundo o qual o direito à propriedade privada, sendo natural, seria por consequência inviolável, cabendo ao Estado proteger e assegurar esse direito aos cidadãos. Por sua vez, o pensamento socialista se aproxima da concepção roussoniana, na medida em que atribui à propriedade privada a existência de males sociais, justificando, a partir dessa ideia, a extinção de toda propriedade privada como meio para assegurar a igualdade entre os indivíduos.

Exercício 126

Segundo Rousseau, os homens são naturalmente livres e independentes, vivendo segundo as suas necessidades e segundo aquilo que a natureza lhes oferece. A servidão pressupõe a dependência mútua entre os homens, dependência essa que não existe para o homem selvagem, sendo, por isso, inconcebível para ele.

Exercício 127

1- A perspectiva moral de Maquiavel é relacionada com o papel do príncipe de vencer e conservar o Estado. A partir do momento em que age em função disso, suas ações serão sempre honrosas e louvadas, podendo, inclusive, para manter o governo, agir contra a caridade, a fé e a religião. Montaigne, ao contrário, ao citar o caso do soldado de Pompeu, faz o elogio das ações honestas, ainda que elas sejam contrárias à utilidade e à ação da maioria.

2- Nicolau Maquiavel se utiliza do conceito de *virtù* para julgar as ações humanas, em particular as do príncipe. Na medida em que esse se utiliza de meios adequados para manter o poder do Estado conquistado, ele está agindo de forma correta. Já para Montaigne, as ações devem ser guiadas pela honestidade e pela beleza, que em nada se relaciona com o critério de utilidade. Uma ação honesta, ainda que seja inútil à maioria, se mantém como tal, inclusive em períodos de guerra.

3- A FAVOR: Pode-se dizer que essas duas perspectivas não são necessariamente antagônicas. De nenhuma maneira Montaigne argumenta sobre a ação política do príncipe. Ele estava preocupado com a moral privada. Portanto, nesse sentido, sua argumentação é racional. Como Maquiavel busca compreender a ação do príncipe no governo, fica bem claro como ele não se refere à vida privada dos indivíduos, mas ao

poder soberano. Nesse âmbito de vida pública, as regras são diferentes da vida privada.

CONTRA: As duas concepções morais são diametralmente antagônicas. Não é possível para um homem agir moralmente bem e mal ao mesmo tempo. Segundo a visão de Montaigne, as ações defendidas por Maquiavel, ainda que para defender o Estado, baseiam-se em critérios de utilidade. Não é só porque na política os homens agem de maneira amoral que tais atos podem ser considerados honrosos.

Exercício 128

Montaigne é constantemente definido como um pensador cético. No texto do enunciado, esse ceticismo aparece em relação às regras da razão europeia. Ainda que segundo estas regras os canibais sejam considerados como bárbaros, Montaigne relativiza essa visão quando compara a prática do canibalismo com a tortura praticada pelo europeu. Assim, ele afirma que os canibais podem ser considerados como bárbaros somente em relação às regras da razão europeia, mas não em relação às práticas do povo europeu. Em termos atuais, pode-se dizer que a crítica de Montaigne é justamente contra o modelo de racionalidade etnocêntrica.

Exercício 129

Ao discutir o que é o esclarecimento, Kant, pensador da tradição iluminista, define que este seria a saída do indivíduo do estado de menoridade. A menoridade, por sua vez, é, para Kant, o estado em que o sujeito, devido ao comodismo e à covardia, não faz uso autônomo da sua razão, servindo-se da razão de outros. O processo de saída da menoridade envolve, portanto, a ação do próprio indivíduo, que deve ter coragem para exercer a própria liberdade, e, assim, para buscar o saber, fazendo uso de seu próprio entendimento. Com efeito, o esclarecimento pressupõe a liberdade. Apenas no exercício de sua liberdade o indivíduo pode ter autonomia para fazer uso da razão, e apenas ao fazer esse uso, o indivíduo pode alcançar a verdadeira emancipação.

Exercício 130

De acordo com a filosofia kantiana, o conceito de “menoridade” se refere ao estado em que o indivíduo não faz uso autônomo de sua própria razão, seguindo, por consequência, a razão de outro e permanecendo em um estado de menoridade do ponto de vista intelectual. O conceito de “esclarecimento”, por sua vez, se relaciona ao estado em que o indivíduo possui liberdade e autonomia para pensar e fazer uso da razão ele próprio. Segundo Kant, muitos indivíduos, entretanto, permanecem no estado de menoridade por conformismo e comodidade ou, ainda, por covardia, diante da possibilidade de pensar por si mesmo e das responsabilidades inerentes a isso.

Exercício 131

Para Kant, esclarecimento é a saída do homem da sua menoridade, estado em que o indivíduo não faz uso de seu próprio entendimento, mas segue a razão de outrem. Para se atingir o esclarecimento, seria necessário ao indivíduo o ato de buscar o saber através do exercício autônomo da sua própria razão, a partir da sua liberdade. Em relação à ação do oficial,

do conselheiro fiscal e do sacerdote, observa-se que o ponto comum consiste na limitação ao uso público da razão, uma vez que todos proferem o “não racioneis”, o que seria um empecilho para o alcance do esclarecimento, haja vista que a liberdade de raciocínio é entendida por Kant como condição básica para atingir esse estado. Assim, ao acatar a liberdade de pensamento e de expressão dos seus súditos, Kant entende que Frederico II destoa da ação do oficial, do conselheiro e do sacerdote, demonstrando uma postura esclarecida, como se observa no trecho “Somente um único senhor no mundo diz: racionai tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes; *mas obedecel!*”. No entanto, na organização da vida em sociedade, o indivíduo tem a sua liberdade limitada pela ação reguladora e pelo aparato jurídico do Estado, exercida através das suas instituições. Para Kant, é dentro dessas condições que a liberdade dos indivíduos deve ser exercida de forma esclarecida, de modo que se possa raciocinar sobre o que se quiser, ainda que dentro dos limites dos deveres coletivos. Com efeito, o esclarecimento é limitado pela autoridade estatal instituída, não se confundindo, entretanto, com a obediência alienada e inquestionável, mas sim com a possibilidade de reflexão crítica em conformidade com o poder normativo.

Exercício 132

Pensando a partir das teorias política e ética de Immanuel Kant, filósofo iluminista, percebe-se que, para ele, na organização da vida em sociedade, o indivíduo tem a sua liberdade limitada pela ação reguladora e pelo aparato jurídico do Estado, exercida através das suas instituições, e seria dentro dessas condições que a liberdade individual deveria ser exercida. Kant aponta que cada indivíduo só pode exercer a liberdade que reconhece igualmente a todos os outros, de modo que essa prática é ela mesma uma solução para as contradições da vida em sociedade. Consequentemente, a liberdade é limitada pelas leis civis instituídas a partir do contrato social, não se confundindo, entretanto, com a obediência alienada e inquestionável, mas sim com a possibilidade de reflexão crítica, inclusive da crítica sobre o próprio Estado, desde que em conformidade com o poder normativo democrático. Agir segundo esse princípio seria, do ponto de vista da ética kantiana, uma ação por dever, e este dever ético estaria, por sua vez, fundamentado na garantia da dignidade dos seres racionais que, fazendo uso de sua liberdade, instituem leis a si mesmos. Nesse sentido, a afirmação presente no texto, não entra em contradição com o uso autônomo do entendimento.

Exercício 133

Para Kant, é desejável que o Estado reconheça como sadio que os cidadãos exerçam o uso público da própria razão, haja vista que o pensamento crítico autônomo é fundamental para o processo de esclarecimento. No entanto, o Estado também pode ser limitador em relação a essa liberdade, uma vez que busca evitar que, no uso dessa liberdade, comprometa-se o funcionamento do próprio Estado e da ordem pública, o que leva à uma situação paradoxal. Kant entende, porém, que cada indivíduo só pode exercer a liberdade que reconhece

igualmente a todos os outros, de modo que o exercício da razão e da liberdade, quando entendidos adequadamente e livremente exercidos, é ele mesmo uma solução para os excessos, favorecendo o pleno funcionamento da unidade da República. Os cidadãos levariam em sua natureza o germe do esclarecimento e a liberdade civil levaria à tendência do uso do pensamento livre, com o qual o povo se torna cada vez mais capaz de agir livremente, condições necessárias para atingir um maior grau de esclarecimento. Assim, um governante verdadeiramente esclarecido reconheceria o uso público da razão dos cidadãos como não prejudicial às normas legais. Nesse sentido, Kant considerava Frederico II um governante esclarecido, uma vez que sua atitude de conceder a liberdade de pensamento e expressão seria um exemplo do exercício desse pensamento.

Exercício 134

Segundo o pensamento kantiano, o esclarecimento seria uma condição na qual o indivíduo faz uso da sua razão de forma autônoma, ou seja, sem seguir a razão de outrem. Para isso, Kant reconhece a liberdade como necessária para a efetivação da autonomia de pensamento que permitiria ao homem atingir o esclarecimento. A comodidade de evitar o uso da própria razão para seguir a tutela de outro indivíduo levaria, para Kant, a um estado de menoridade, no qual o indivíduo permaneceria estagnado e escravizado pelas limitações dessa condição. Nesse sentido, pode-se considerar que o método da ironia e da maiêutica proposto por Sócrates está de acordo com a ideia de esclarecimento de Kant, uma vez que, através dele, Sócrates levava o indivíduo a refletir de forma autônoma sobre suas ideias e sobre a sociedade em que vivia, ou seja, para ele, o indivíduo chegaria ao conhecimento pensando por si mesmo. Ademais, esse método pressupunha o uso da liberdade para que os homens expressassem seus questionamentos e suas dúvidas, acerca do homem, da sociedade e do próprio ato de conhecer, em público. Sócrates também converge com o pensamento kantiano ao entender que os indivíduos que evitam o esforço de servirem-se de seu próprio entendimento racional permanecem em um estado intelectual inferior, o que o impediria de progredir. Partindo-se desses três aspectos, pode-se considerar que Sócrates seria um exemplo de indivíduo esclarecido na perspectiva de Kant.

Exercício 135

Kant é um filósofo moderno conhecido pelas obras críticas que produziu. No caso em tela, destaca-se a obra *Crítica da Razão Pura*, cujo objeto é a reflexão acerca das condições de possibilidade do conhecimento humano. Ao debruçar sobre tal assunto, tão pertinente à Filosofia, Kant tece considerações críticas à metafísica, a saber, àquele conhecimento produzido pela razão humana sem lastro empírico com a realidade. Para Kant, há uma tendência natural de a razão humana se distanciar da realidade, em voos altissonantes, e produzir conhecimentos que mais se aproximam de quimeras do que de verdades. É o que ele chama de uso especulativo da razão. Contrário à metafísica, firma posição pelo conhecimento construído a partir da experiência, sem concordar, no entanto, que a fundamentação do conhecimento esteja circunscrita ao campo empírico. Entre a metafísica e a experiência, entre o

idealismo e o realismo, a fundamentação do conhecimento é fixada na dimensão transcendental, a saber, nas condições de possibilidade de o sujeito conhecer o real. Em outros termos, dir-se-á que o conhecimento para Kant não se fundamenta no além, mas no aquém da experiência.

Exercício 136

A oposição entre menoridade e maioridade (ou autonomia) é o recurso alegórico utilizado para falar sobre o estado do homem e o movimento Iluminista que buscava retirar o homem deste estado. O homem, diz Kant, está acomodado. Preguiçoso e covarde, o homem continua, mesmo depois de adquirir plenas capacidades de ser autônomo (de se dar a própria lei), servo da consciência de outros, das prescrições de terceiros. Além da sua própria preguiça e covardia, o ato mesmo de se tornar maior é visto como perigoso, o que faria a libertação da tutoria uma escolha ainda menos provável. Enfim, passar da menoridade para a maioridade é um ato de libertação do homem das relações de tutela que direcionam opressivamente o seu comportamento.

Exercício 137

Primeiramente, devemos ter consciência da perversidade dessa questão. No caso de A, o observador, se for seguir a regra moral kantiana, simplesmente não poderá tomar nenhuma das decisões indicadas no enunciado, pois em ambos os casos a sua ação não poderá ser universalizada. Se ele proteger o indivíduo que está na outra linha de trem, ele matará todos os outros que estão trabalhando desprevenidos; e se ele salvar todos os outros ele irá, todavia, assassinar o que está inocentemente na linha ao lado. Portanto, ele não teria como universalizar a sua ação, pois esta ação sempre realizaria um homicídio e é impensável a universalização de uma ação que cause um homicídio. No caso de B, o raciocínio é similar, pois se a ação escolhida deve ser aquela cuja

felicidade dos envolvidos seja a maior possível, então, como todas as escolhas do observador afetam fatalmente pelo um dos envolvidos, não seria possível para o observador escolher uma ação que resulte na felicidade de todos os envolvidos.

Exercício 138

a) O obstáculo é a ideia de justiça que é vista como um valor superior ao útil ou ao conveniente. Neste caso, a justiça tem de ser encarada como um senso natural, próprio do ser humano.

b) Stuart Mill considera que a noção de justiça é um conjunto de componentes de ordem emocional como no caso do ser humano defender-se de um mal e racional que está estritamente fundamentada na ideia de justiça que acarreta aos seres humanos sentimentos mais intensos como a segurança, aspectos dos mais desejáveis.

Exercício 139

Ao definir a menoridade como “a incapacidade de servir-se do próprio intelecto sem a guia de outro”, Kant está fazendo uma crítica ao modo restritivo pelo qual o pensamento humano estava condicionado até aquele período, isto é, até o Iluminismo. Esta restrição ao livre pensamento era levado a cabo sobretudo pelas instituições religiosas, isto é – e de modo geral –, pela Igreja, que não deixava espaço para outras interpretações do mundo e de seus fenômenos. É, portanto, justamente contra esta tutela, esta “menoridade”, este “ser guiado por outro”, que Kant e o movimento Iluminista se rebelam, influenciando a mentalidade da época e criando condições para as revoluções burguesas – como a francesa, por exemplo –, determinando a queda dos regimes absolutistas – baseados na religião e apoiados pela Igreja – em prol do estabelecimento de um Estado laico, governado pelo próprio povo.